

AMAZÔNIA SAQUEADA: AS RAÍZES DO CRIME AMBIENTAL EM CINCO PAÍSES AMAZÔNICOS



“Mapeando o Crime Ambiental na Bacia Amazônica”: Introdução à série

A série de estudos “Mapeando o crime ambiental na Bacia Amazônica” busca compreender a dinâmica contemporânea do crime ambiental na Bacia Amazônica e gerar recomendações de políticas para os principais atores envolvidos no combate a crimes ambientais nos níveis regional, nacional e local.

A Bacia Amazônica estende-se por oito países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) e um território (Guiana Francesa). Ao longo das últimas décadas, a comunidade científica e política em toda região avançou imensamente na compreensão do fenômeno do desmatamento e degradação da maior floresta tropical do planeta e de como atores econômicos exploram recursos florestais sob diferentes regimes de concessão ou autorização. Esta série de estudos explora um aspecto menos conhecido das dinâmicas do desmatamento na Amazônia: o papel desempenhado por economias e atores ilícitos.

Os estudos da série traçam um quadro complexo do prolongado impacto socioambiental de atividades econômicas autorizadas e/ou lícitas sobre a floresta amazônica e seus povos, assim como as dinâmicas espaciais e temporais de uma série de atividades ilícitas ou com ilicitudes. Ao apontar para o papel da ilegalidade na atual perda de cobertura florestal na Amazônia, os estudos revelam não apenas sua interface com atividades econômicas ditas legais, operando por meio de uma complexa rede de crimes ambientais, não-ambientais e de violência social, mas também os aspectos da economia política subjacente a estes mercados criminais, as características

organizacionais dos grupos criminosos e o conluio de agências governamentais em crimes contra o meio ambiente. Os estudos também discutem o histórico das medidas adotadas pelos diferentes governos da região, voltadas a dismantelar redes criminosas que diversificaram seus crimes ambientais em toda a Bacia.

Enquanto os estudos demonstram como atores lícitos e ilícitos interagem e alimentam o crime e a degradação ambiental - em tempos de emergência climática e mudanças sociopolíticas aceleradas na região - por outro, apontam para uma crescente, porém insuficiente, atenção e ação governamental para combater a esses crimes. Com o enfraquecimento dos órgãos de proteção ambiental e das regulamentações fundiárias, o combate à redução do desmatamento e da mineração ilegal têm sido desafiador, principalmente em um contexto no qual as elites políticas e econômicas se revelam cúmplices ou omissas à destruição da Floresta Amazônica.

Os estudos dessa série foram financiados pelo governo da Noruega no âmbito do projeto “Mapping Environmental Crime in the Amazon Basin: From Diagnosis to Policy Recommendations” (2019-2022), liderado pelo Instituto Igarapé. Três estudos foram encomendados pelo Instituto Igarapé ao InSight Crime, organização sem fins lucrativos que realiza reportagens, pesquisas e investigações sobre questões relacionadas ao crime organizado na América Latina e no Caribe.

AMAZÔNIA SAQUEADA: AS RAÍZES DO CRIME AMBIENTAL EM CINCO PAÍSES AMAZÔNICOS

O presente estudo foi liderado pelo InSight Crime. As descobertas e análises aqui apresentadas são baseadas em pesquisa documental, trabalho de campo na cidade de Georgetown, capital da Guiana, e entrevistas por telefone realizadas entre janeiro e outubro de 2021 com especialistas em crimes ambientais, funcionários de governos e membros de comunidades locais e de organizações internacionais.

O estudo fornece um panorama complexo da rede de atores (estatais e não estatais) e de suas relações, ao longo de uma década, com crimes ambientais nas regiões amazônicas da Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana e Suriname. Juntos, esses cinco países abrigam cerca de 20% da Amazônia em seus territórios. Alguns dos crimes ambientais detectados nestes pequenos países amazônicos são muito semelhantes àqueles cometidos nos maiores países da região – Brasil, Peru e Colômbia – enquanto outros são específicos a cada um dos cinco países aqui analisados.

Este estudo não oferece um diagnóstico definitivo ou respostas políticas conclusivas. Ao invés disso, lança uma série de novas questões e aponta oportunidades de intervenção. Examinamos de perto as indústrias extrativistas, cada vez mais internacionalizadas, e suas intersecções com organizações criminosas. Também nos concentramos no crescente papel de grupos armados não estatais nas economias florestais ilícitas transfronteiriças. Este relatório

examina, ainda, os desafios de sustentabilidade nas diferentes economias extrativistas de grande escala na Amazônia, que dependem da exploração de recursos naturais em todos os países da Bacia ou da expansão de atividades industriais em áreas florestais. Essa mentalidade predatória – comum à política e aos mercados de todos os países da Amazônia – é ainda mais difícil de ser mudada no contexto dos efeitos econômicos da pandemia de Covid-19 enfrentados por essas nações, muito embora elas estejam diante de uma crise climática crescente. Além de desvendar as dinâmicas do crime ambiental à medida que se espalham por cada um dos países, este relatório lança luz sobre *hotspots regionais* do crime ambiental envolvendo Bolívia, Equador, Venezuela, Guiana e Suriname, sendo eles: extração ilegal de madeira nas fronteiras peruana e equatoriana; cadeias de suprimentos de mineração conectando Suriname, Guiana, Venezuela (e Brasil); e tráfico de animais silvestres em vários países. Territorialmente extensos ou não, os países amazônicos são elos de uma rede complexa e cada vez mais globalizada de cadeias de suprimentos que conectam o mais remoto ecossistema tropical aos mercados de consumo de massa da América do Norte, Europa e da Ásia. Promover transparência, ordem e o Estado de Direito a esse bioma só é possível por meio de um amplo compromisso e cooperação entre as nações amazônicas – e a comunidade internacional – para dismantelar o crime ambiental e proteger a floresta e seus povos.

Sumário

Sumário Executivo	5
Os Motores do Desmatamento na Amazônia.....	10
Por Dentro da Mineração Ilegal de Ouro na Amazônia.....	29
O Tráfico de Animais Silvestres na Bacia Amazônica	46
A Corrupção na Raiz do Crime Ambiental na Amazônia.....	52
A Resiliência do Estado	56
Conclusões e Oportunidades de Intervenção.....	63
Notas de Fim.....	68

AMAZÔNIA SAQUEADA: AS RAÍZES DO CRIME AMBIENTAL EM CINCO PAÍSES AMAZÔNICOS

Sumário executivo

A Bacia Amazônica está sendo devastada em ritmo acelerado. Crimes ambientais aceleram o desmatamento e já criam uma situação em que algumas partes da floresta emitem mais dióxido de carbono do que absorvem.¹ Com o dobro do tamanho da Índia, a Bacia Amazônica abrange mais de 670 milhões de hectares dos territórios de Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.²

Este estudo discute o crime ambiental nas regiões amazônicas da Bolívia, Venezuela, Equador, Guiana e Suriname. A presente pesquisa é fruto de um ano de investigação em fontes abertas e de campo nesses países, incluindo análise documental e entrevistas presenciais e por telefone com especialistas ambientais, funcionários de governos, policiais, acadêmicos e outros atores relevantes.³

A Bacia Amazônica



insightcrime.org

Outubro 022

Fonte: Investigações do InSight Crime

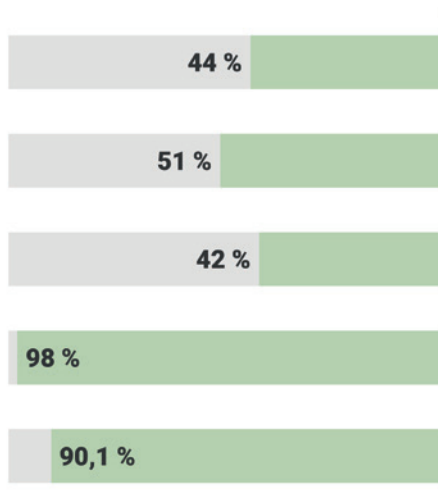
Esses cinco países abrigam cerca de 20% da Amazônia.⁴ Um total de 91 comunidades indígenas vivem nessas nações.⁵

A região amazônica da Bolívia abrange cinco departamentos: Pando, Beni, Cochabamba, La Paz e Santa Cruz. Ao todo, eles cobrem cerca de 60 milhões de hectares.⁶ Três estados da Venezuela compõem a região amazônica do país: Bolívar, Delta Amacuro e Amazonas. Um terço das florestas do país pode ser encontrado em Bolívar.⁷ A região amazônica do Equador abrange apenas 2% da Amazônia,⁸ embora seja o lar de uma das últimas áreas selvagens de alta biodiversidade

do mundo: o Parque Nacional Yasuní.⁹ Seis províncias do Equador compõem a região amazônica do país: Sucumbíos, ao norte; Napo, Orellana e Pastaza, no centro; e Morona Santiago e Zamora Chinchipe, ao sul.¹⁰ Cerca de 98% do território da Guiana é classificado como parte da Amazônia.¹¹ Aproximadamente três quartos do país são cobertos por florestas.¹² De modo similar, mais de 90% do Suriname faz parte da Amazônia.¹³ Três distritos do país, Para, Brokopondo e Sipaliwini, integram a região. O maior dos três, Sipaliwini, compreende cerca de três quartos do território total do Suriname.¹⁴

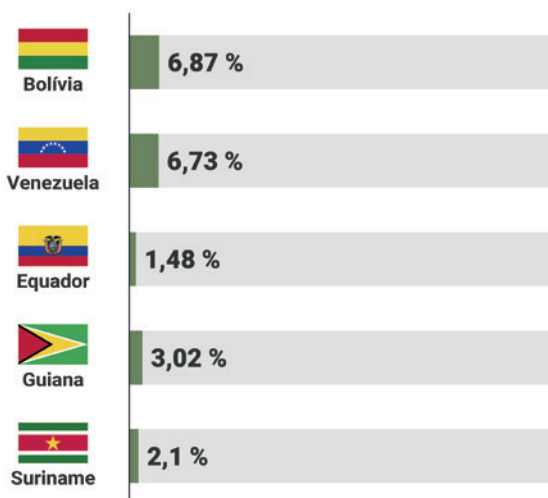
A Floresta **Amazônica**

■ Território de cada país coberto pela Amazônia



Elaboração: insightcrime.org
Outubro 2022

■ Território que a Amazônia ocupa em cada país



Fonte: Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada, Mongabay, BBC, ONU

As informações coletadas durante o estudo foram usadas para desenvolver um panorama de como funciona o crime ambiental; quais são os atores envolvidos; como economias legais e diferentes tipos de atividades ilícitas se sobrepõem; e o que os governos estão fazendo para conter o desmatamento e seus motores. A conclusão do relatório apresenta oportunidades de intervenção.

A Bacia Amazônica abrange uma parcela impressionante de toda a biodiversidade conhecida no planeta.¹⁵ A gigante floresta desempenha um papel fundamental para o sequestro de carbono.¹⁶ Este sumidouro de carbono, no entanto, está em declínio, pois as árvores estão sendo cortadas em um ritmo cada vez mais acelerado.¹⁷

De acordo com a Global Forest Watch – plataforma online que monitora regularmente o desmatamento ao redor do globo usando uma metodologia padronizada –, os cinco países que compõem o presente estudo perderam, juntos, mais de 10 milhões de hectares de cobertura florestal entre 2001 e 2021.¹⁸ A área equivale ao território de Portugal.

A floresta amazônica enfrenta um risco dobrado. Grupos criminosos com atuação no tráfico de drogas da região passam a buscar oportunidades de lucro no crime ambiental, por meio do tráfico de madeira, de animais silvestres e mineração ilegal, por exemplo. Enquanto isso, os governos da região amazônica lutam para buscar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.¹⁹ A crescente demanda por commodities como carne bovina e óleo de palma – e a resultante expansão da fronteira do agronegócio na Amazônia – geram pressão sobre a floresta e suas comunidades.²⁰ Os desafios que os cinco países do estudo enfrentam – incluindo aqueles relacionados à pandemia, à insegurança e ao caos político e criminal – ofuscaram a proteção da Amazônia. A falta de recursos adequados e coesão entre essas nações estimula ainda mais o desmatamento desenfreado, a destruição de habitats e a perda de biodiversidade.²¹

Como acontece no Peru²² e na Colômbia,²³ os principais atores envolvidos em crimes ambientais nesses países se enquadram nas categorias: organizações criminosas, Grupos Armados Não Estatais (GANEs), mão de obra barata e atores legais – como empresas legalmente registradas e autoridades estatais corruptas – que também desempenham um papel para que esses crimes sejam cometidos.

Na Venezuela, devido à presença de grupos armados, prevalece o envolvimento desses atores na mineração ilegal.²⁴ Em outros países, os danos ambientais são estimulados pelos próprios governos, como é o caso de Bolívia e Equador no que diz respeito à agricultura. No entanto, esses danos costumam

estar associados a atos ilegais, como apropriação ilegal de terras ou queimadas descontroladas.²⁵

Embora os principais motores do desmatamento variem conforme o país, um deles é comum a toda a região: a mineração ilegal de ouro. Nos últimos anos, houve um *boom* da mineração ilegal na Colômbia e no Peru. Os lucros e as dinâmicas criminosas que surgiram nesses países resultaram em expansão e desdobramentos nos países vizinhos Brasil, Bolívia, Equador, Venezuela, Guiana e Suriname.²⁶

Na esteira da hiperinflação e dos problemas econômicos da Venezuela, o regime do presidente Nicolás Maduro contou com reservas de ouro para sustentar seus gastos. Os rendimentos ilegais vinculados à exploração do ouro fortaleceram servidores públicos corruptos e grupos armados presentes no país – desde dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)²⁷ e a chamada Máfia Ex-FARC até grupos criminosos locais conhecidos como “sindicatos”.²⁸

O cenário da mineração na Guiana é dominado por um pequeno número de empresas detentoras de títulos minerários em grandes extensões de terra, os quais permitem que mineradores de pequena e média escala operem em suas concessões mediante pagamento de uma taxa. Ao Leste, a dinâmica da mineração do ouro no Suriname é ainda mais concentrada. Duas empresas internacionais mesclam mão de obra local e internacional para operar em suas concessões, controlando o acesso à grande parte da riqueza mineral do país. Em ambos os países, a mineração ilegal de pequena escala impulsiona a demanda por mercúrio, contaminando o meio ambiente e as fontes hídricas. Já no Equador, mineiros ilegais invadem áreas de mineração industrial legal.²⁹ Enquanto isso, na Bolívia, cooperativas de mineração trabalham além de seus limites ou sem licenças.³⁰

A região também é um polo para o tráfico de animais silvestres. A crescente demanda por animais e suas partes ameaça centenas de milhares de pássaros, répteis e mamíferos.³¹ As onças são visadas por seus crânios, peles e garras.³² Essas partes dos animais são enviadas à China por avião ou correio. No país asiático, as partes costumam ser vendidas como se fossem de tigre, animal valorizado por conta de usos medicinais e da fabricação de roupas.³³

Ao contrário do que acontece na Colômbia – onde a Máfia Ex-FARC desempenha um grande papel na mineração ilegal, na ocupação ilegal de terras para atividades agropecuárias e para cultivo de coca –, os grupos armados têm um papel reduzido nos demais países que integram o estudo. Afora a situação da Venezuela, onde grupos armados estão fortemente envolvidos na mineração ilegal, os principais atores nesses países são organizações criminosas ligadas ao tráfico de madeira, à mineração e ao tráfico de animais silvestres.

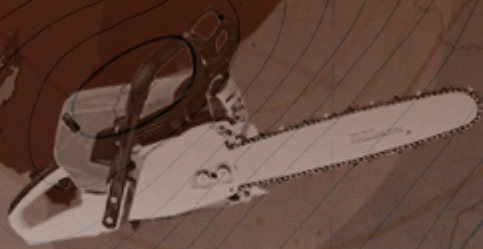
No marco do combate às mudanças climáticas, líderes mundiais se reuniram em Glasgow, na Escócia, durante a Cúpula do Clima da ONU (COP26) em novembro de 2021. Na ocasião, 110 países se comprometeram a conter o desmatamento global até 2030.³⁴ As abstenções de Bolívia e Venezuela, duas das nações com as maiores taxas de desmatamento da Amazônia,³⁵ apontam para um problema maior que tem dificultado os esforços de combate ao desmatamento e aos crimes ambientais que o impulsionam na região: a fraca coesão regional.

Já existem iniciativas regionais voltadas ao enfrentamento de questões de justiça ambiental, como o Acordo de Escazú.³⁶ No entanto, elas foram ofuscadas, pois os países amazônicos não se coordenam para proteger a Amazônia. Interesses nacionais prevalecem sobre os regionais e rivalidades diplomáticas e agendas de desenvolvimento econômico costumam preceder a proteção da Amazônia. Além disso, a corrupção atua como forte barreira contra a sincronização de esforços e deve ser tratada com rigor.

Os países amazônicos não se coordenam para proteger a Amazônia. Interesses nacionais prevalecem sobre os regionais e rivalidades diplomáticas e agendas de desenvolvimento econômico.

OS MOTORES DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

EQUADOR



BOLÍVIA



OS MOTORES DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

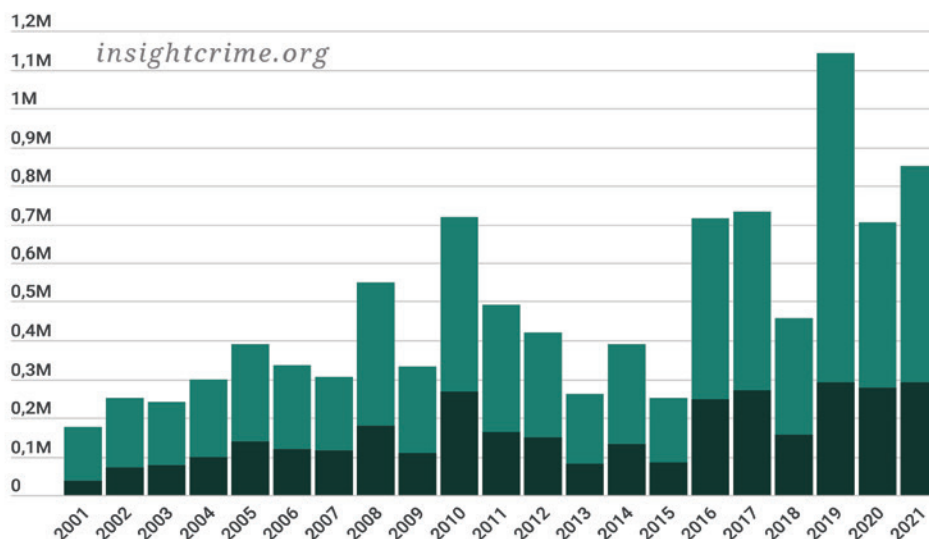
A Bacia Amazônica é coberta por quase 8 milhões de quilômetros quadrados de floresta tropical, o que equivale ao dobro do território da Índia.³⁷ Rica em recursos, a Amazônia está sendo saqueada em ritmo acelerado. Somente em 2021, quase 2 milhões de hectares de floresta primária – as florestas ecologicamente mais significativas para o armazenamento de carbono³⁸ – foram perdidos em toda a região, segundo o Projeto de Monitoramento da Amazônia Andina (MAAP), rede que monitora o desmatamento da Amazônia. O número indica ligeira queda em relação a 2020, quando cerca de 2,3 milhões de hectares foram destruídos.³⁹

Na maioria dos cinco países pesquisados, há ministérios que informam as taxas de desmatamento em seus territórios. No entanto, essas estatísticas geralmente estão desatualizadas e são baseadas em metodologias que variam conforme o país.⁴⁰ Para fins de consistência, este relatório utiliza dados da Global Forest Watch, plataforma

online que usa metodologia padronizada⁴¹ para monitorar regularmente o desmatamento em países que integram o estudo. Segundo a Global Forest Watch, a Bolívia registrou os níveis mais altos de desmatamento entre as cinco nações.⁴² Entre 2001 e 2021, o país perdeu mais de 6 milhões de hectares de floresta.⁴³ A taxa representa uma diminuição de 10% na cobertura florestal total desde o início do milênio.⁴⁴ Em 2021, a Bolívia foi o terceiro país do mundo no ranking de perda de florestas primárias.⁴⁵

A maior parte do desmatamento na Bolívia concentrou-se na área da Amazônia boliviana, sobretudo na região de Chiquitanía, no sudeste do departamento de Santa Cruz.⁴⁶ A perda de florestas também tem sido um problema nas zonas ao norte, nos departamentos de La Paz e Beni; no Parque Nacional Madidi, no noroeste de La Paz; e no noroeste do país, na fronteira da Bolívia com o Peru.⁴⁷

Perda de Cobertura de Árvores e Perda de Floresta Primária (ha) na Bolívia, 2001-2021

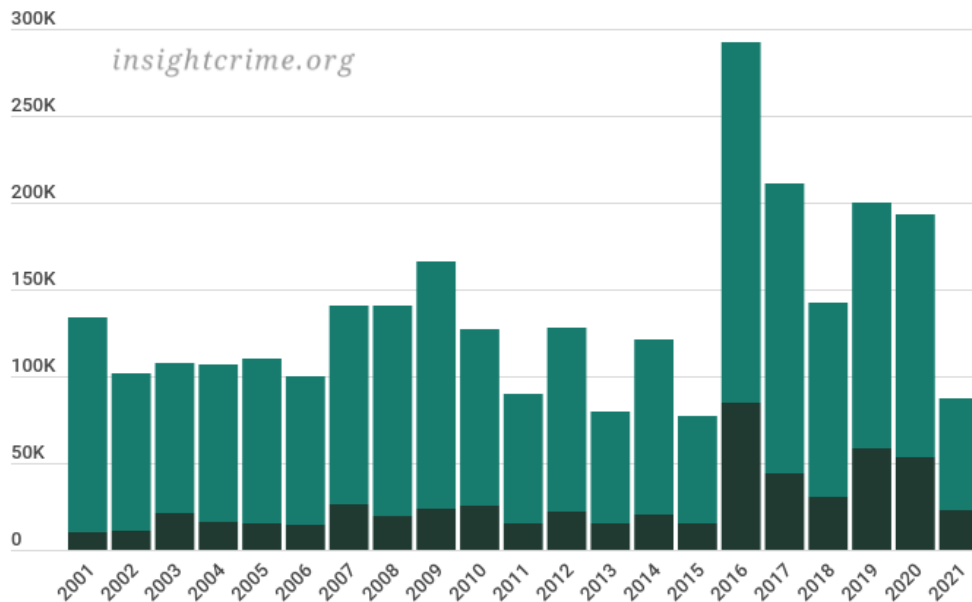


● Perda de floresta primária ● Perda total de cobertura arbórea

Fonte: Global Forest Watch outubro de 2022

No mesmo período, a Venezuela perdeu 2,29 milhões de hectares de floresta, sendo mais de meio milhão de floresta primária.⁴⁸ O desmatamento tem sido um grande problema ao longo do rio Orinoco, ao sul da Amazônia venezuelana, onde se concentram 80% das florestas tropicais do país.⁴⁹

Perda de Cobertura de Árvores e Perda de Floresta Primária (ha) na Venezuela, 2001-2021

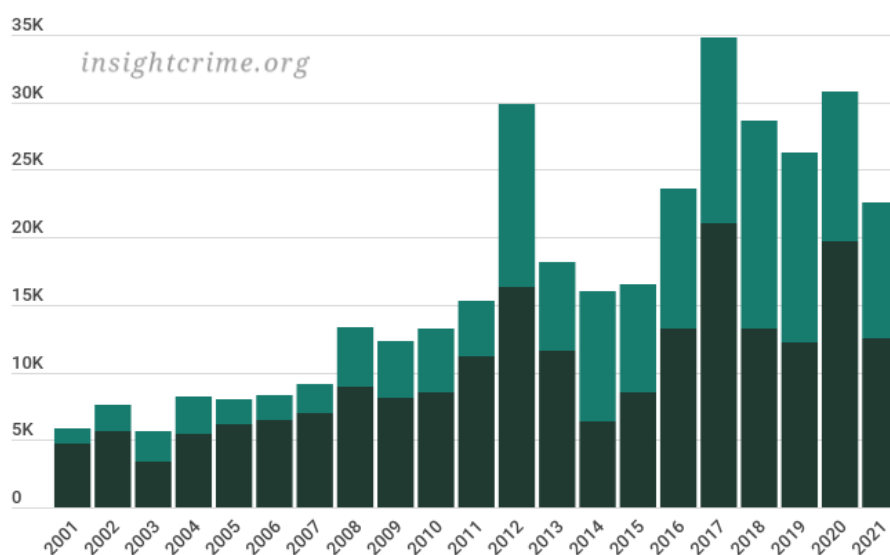


● Perda de floresta primária ● Perda total de cobertura arbórea

Fonte: Global Forest Watch outubro de 2022

Enquanto isso, 902 mil hectares de árvores foram desmatados no Equador, sobretudo nas províncias amazônicas de Pastaza, Napo, Orellana, Morona Santiago e Zamora Chinchipe. Cerca de 15% da Amazônia equatoriana foi desmatada até o momento.⁵⁰

Perda de Cobertura de Árvores e Perda de Floresta Primária (ha) no Equador, 2001-2021

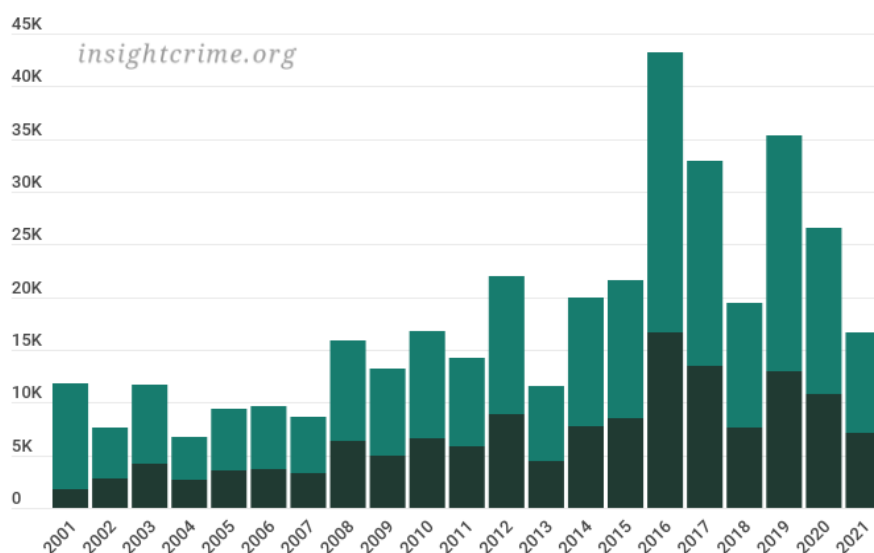


● Perda de floresta primária ● Perda total de cobertura arbórea

Fonte: Global Forest Watch outubro de 2022

Nas últimas duas décadas, cerca de 230 mil hectares de floresta foram destruídos na Guiana. Isso significa que, de modo geral, as taxas de desmatamento permaneceram abaixo de 0,1%, muito menos do que em outros países da Amazônia.⁵¹ A maior parte do desmatamento concentrou-se na Região 10 (Alto Demerara-Berbice), ao leste, e no sudoeste, na Região Nove (Alto Takutu-Essequibo), que faz fronteira com o Brasil.⁵²

Perda de Cobertura de Árvores e Perda de Floresta Primária (ha) na Guiana, 2001-2021

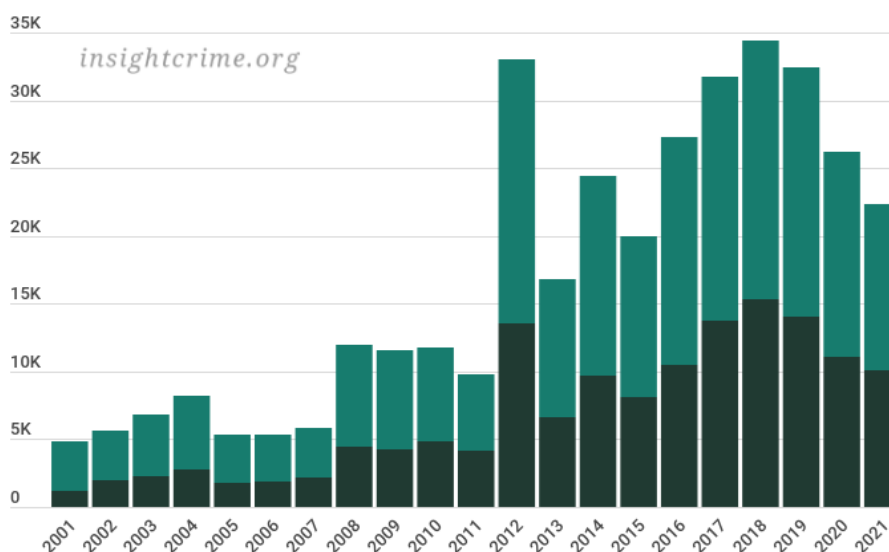


● Perda de floresta primária ● Perda total de cobertura arbórea

Fonte: Global Forest Watch outubro de 2022

No vizinho Suriname, 212 mil hectares de cobertura florestal foram perdidos no mesmo período.⁵³ As áreas mais afetadas são o reservatório de Brokopondo, na região nordeste do país; a aldeia de Baling Soela, na cidade de Centrum, no norte de Suriname; ao longo do córrego Merian Kreek, também no norte; e nas Montanhas Lely, localizadas no nordeste do país.⁵⁴

Perda de Cobertura de Árvores e Perda de Floresta Primária (ha) no Suriname, 2001-2021



● Perda de floresta primária ● Perda total de cobertura arbórea

Fonte: Global Forest Watch outubro de 2022

Principais motores do desmatamento na Bacia Amazônica

O desmatamento na região é motivado por uma série de crimes ambientais, incluindo: i) pecuária e expansão do agronegócio; ii) tráfico de madeira; iii) cultivo de coca (que exploraremos nesta seção); e iv) mineração de ouro legal e ilegal (que será abordada em uma seção subsequente neste estudo).⁵⁵

O peso de cada um desses fatores varia conforme o país. Na Bolívia, as queimadas voltadas à agricultura representam a maior parte do desmatamento.⁵⁶ A maior parcela das perdas de floresta na Amazônia equatoriana resulta de terras convertidas para o cultivo de óleo de palma.⁵⁷ Enquanto isso, as florestas de Venezuela, Suriname e Guiana são as mais afetadas pela mineração de ouro.⁵⁸

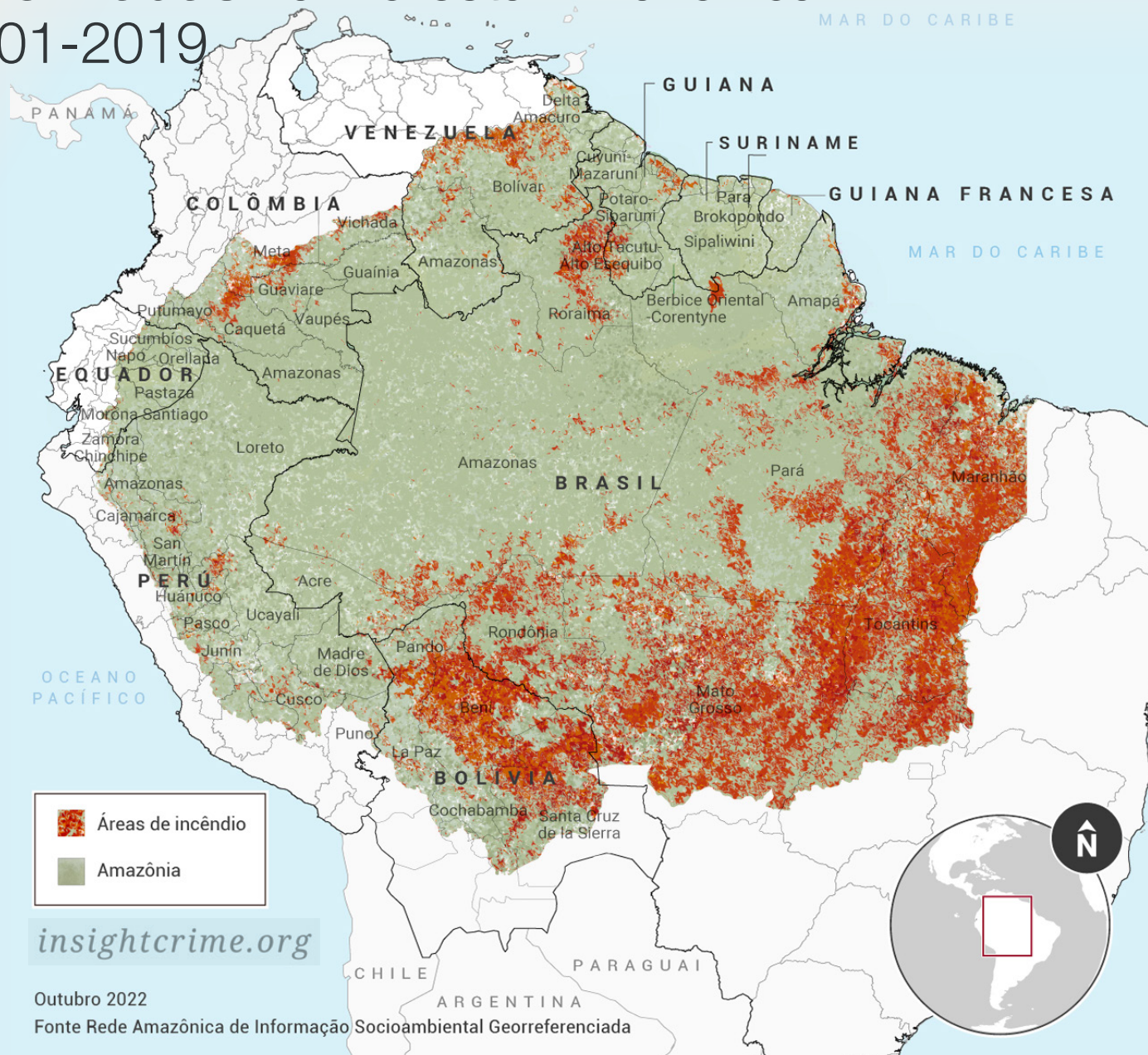
Esta seção terá como foco a Bolívia e o Equador, já que a pecuária e as atividades agrícolas são os principais motores do desmatamento em ambos os países. O cultivo de coca e o tráfico de madeira também abriram caminho para a degradação florestal nessas nações, ao contrário do caso da Venezuela, Suriname e Guiana. A próxima seção abordará estes outros três países, onde a mineração de ouro legal e ilegal é o principal motor de perda florestal. Na Bolívia e no Equador, embora a mineração também contribua para o desmatamento, o impacto dessa atividade é menor. Por isso, os efeitos da mineração em ambos os países não serão abordados neste relatório.

A pecuária e a expansão do agronegócio na Bolívia e no Equador

A pecuária e outras atividades agrícolas foram responsáveis por cerca de 84% do desmatamento total da Bacia Amazônica em 2020, segundo relatório da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), um consórcio de organizações da sociedade civil que busca promover a sustentabilidade em toda a Amazônia.⁵⁹ Em 2000, a pecuária e a agricultura ocupavam 800 mil quilômetros quadrados da região. Nas duas décadas seguintes, essa área aumentou 81,5%.⁶⁰ A expansão se deve ao aumento da demanda internacional de soja, carne bovina e óleo de palma.⁶¹ Grande parte dessa demanda vem da Europa e da Ásia.⁶²

A agricultura de pequena escala – que cobre menos de dois hectares⁶³ –, a agricultura industrial e a pecuária em larga escala estão impulsionando o desmatamento em toda a Amazônia.⁶⁴ As árvores são cortadas e queimadas para dar lugar a plantações e pastagens, em áreas que extrapolam limites legais ou invadem reservas protegidas.⁶⁵ As queimadas costumam se espalhar rapidamente e sem controle, como acontece no Brasil.⁶⁶ “Onde há pecuária e cultivo de soja, há fogo”, explicou Marcelo Coppola, jornalista do *Mongabay*.⁶⁷ Como resultado, 169 mil quilômetros quadrados de floresta foram queimados anualmente em toda a Amazônia nos últimos 20 anos. Isso equivale ao território do Uruguai sendo incinerado a cada ano.⁶⁸

Queimadas na Floresta Amazônica 2001-2019



Bolivia

Na Amazônia boliviana, o desmatamento ilegal de florestas por meio de queimadas é um dos principais motores do desmatamento, por meio de uma prática de “cortar e queimar” conhecida como *chaqueo*.⁶⁹ A falta de manejo adequado, as altas temperaturas e os ventos fortes geram queimadas que se espalham facilmente.⁷⁰

Segundo o MAAp, mais de 120 grandes incêndios foram detectados na Bolívia entre janeiro e setembro de 2020.⁷¹ As queimadas se espalharam pelas áreas protegidas do

Parque Nacional Noel Kempff Mercado, na fronteira nordeste do país com o Brasil, e pela região de Chiquitanía, no departamento de Santa Cruz.⁷²

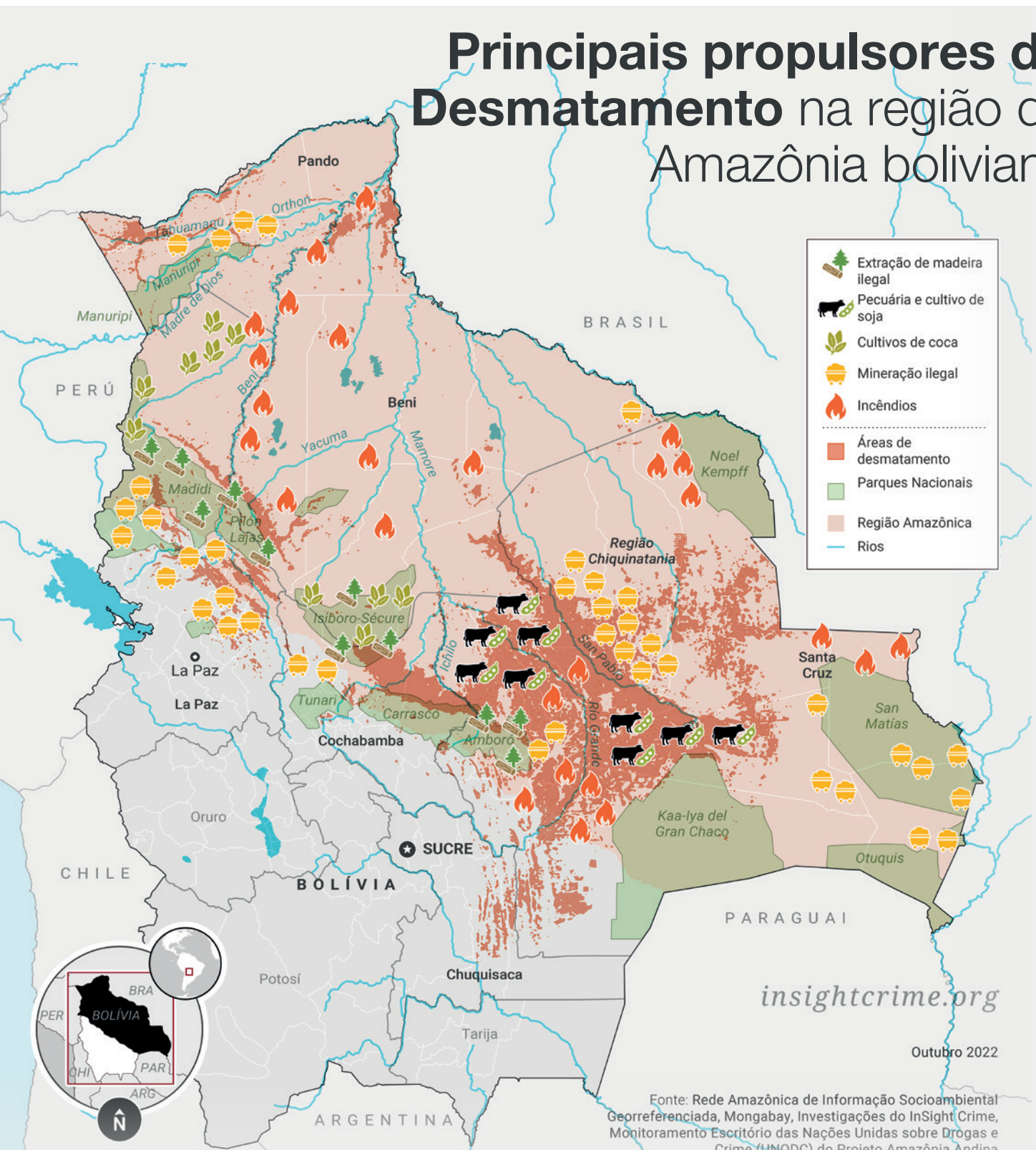
A intensa expansão da atividade agrícola em ambos os lados da fronteira Bolívia-Brasil faz com que o território esteja sob pressão crescente em duas frentes. Na Bolívia, particularmente no departamento de Santa Cruz, a decisão do governo de regularizar terras reivindicadas por agricultores e latifundiários resultou em mais áreas florestais desmatadas e transferidas para as mãos de alguns indivíduos.⁷³ O Brasil, por sua vez, fez do Mato Grosso, estado limítrofe de Santa Cruz,

uma de suas capitais agrícolas e o maior produtor brasileiro de carne bovina.⁷⁴

As áreas mais afetadas por queimadas em Chiquitania, na Bolívia, são povoadas por colonos e *interculturales* – comunidades interculturais que não se identificam como um grupo étnico distinto, mas se afirmam

como uma mistura de imigrantes e locais. Alex Villca Limaco, secretário de Comunicação da Coordenação Nacional de Defesa de Territórios Indígenas Originários Camponeses e Áreas Protegidas (CONTIOCAP), revelou que cerca de 1.500 famílias pertencentes a comunidades interculturais se estabeleceram em Santa Cruz para plantar soja e criar gado.⁷⁵

Principais propulsores do Desmatamento na região da Amazônia boliviana



As atividades agrícolas e a apropriação ilegal ou usurpação de terras – no Brasil chamada de grilagem – costumam andar de mãos dadas na Amazônia boliviana. Inúmeras fontes concordam que houve apropriação ilegal de terras durante a presidência de Evo Morales, entre 2006 e 2019.⁷⁶

Com Morales na presidência, a nação adotou uma política chamada Lei Marco da Mãe Terra e Desenvolvimento Integral para o Viver Bem, em 2012. A legislação proibiu a conversão de áreas cobertas por florestas para outros usos em zonas adequadas para silvicultura⁷⁷ e buscou impedir a expansão da fronteira do agronegócio.⁷⁸ No entanto, e paradoxalmente, o presidente boliviano também promoveu a expansão da agricultura e da pecuária em áreas protegidas.⁷⁹ “Essa é mais uma ferramenta para garantir que a economia continue crescendo”, disse Morales em agosto de 2019, ao comemorar um grande carregamento de carne bovina enviado à China.⁸⁰

Durante o mandato de Morales, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), órgão responsável pela reforma agrária na Bolívia, titulou lotes de terra para o desenvolvimento de atividades agrícolas. Segundo a Fundación Tierra, ONG que promove o desenvolvimento rural sustentável na Bolívia, esses títulos ultrapassaram os limites estabelecidos pela Constituição do país.⁸¹ “O governo concedeu títulos em áreas [protegidas] que não deveriam ser usadas para agricultura ou pecuária”, disse Eduardo Franco Berton, jornalista especializado na cobertura de crimes ambientais na Bolívia.⁸² Essa dinâmica impulsionou o desmatamento desde que Morales foi eleito e continuou crescendo após a saída do mandatário.⁸³

Outras irregularidades foram reportadas. O INRA concedeu títulos de terra a comunidades rurais que migram do altiplano para se estabelecer na região de Chiquitanía, no departamento de Santa Cruz.⁸⁴ Em 2019, o INRA permitiu que 69 comunidades rurais se estabelecessem em 130 mil hectares de terra que integravam áreas florestais estatais em Chiquitanía.⁸⁵ Nessas áreas, as comunidades trabalham além dos limites

legalmente permitidos, derrubando grandes áreas de floresta para uso da agropecuária. Essa situação contribui para o desmatamento e, com frequência, é promovida por comunidades menonitas.⁸⁶

Outros buscaram maneiras de driblar a lei para reivindicar terras. Alcides Vadillo, diretor regional da Fundación Tierra, revelou que “as comunidades [fantasmas] foram inventadas para que a terra pudesse ser reivindicada”.⁸⁷ Ele acrescentou que muitos dos que recebiam títulos vendiam lotes para pecuaristas e agricultores de médio e grande porte. Isso levou ao tráfico de terras⁸⁸ e à concentração da terra nas mãos de poucos indivíduos.⁸⁹

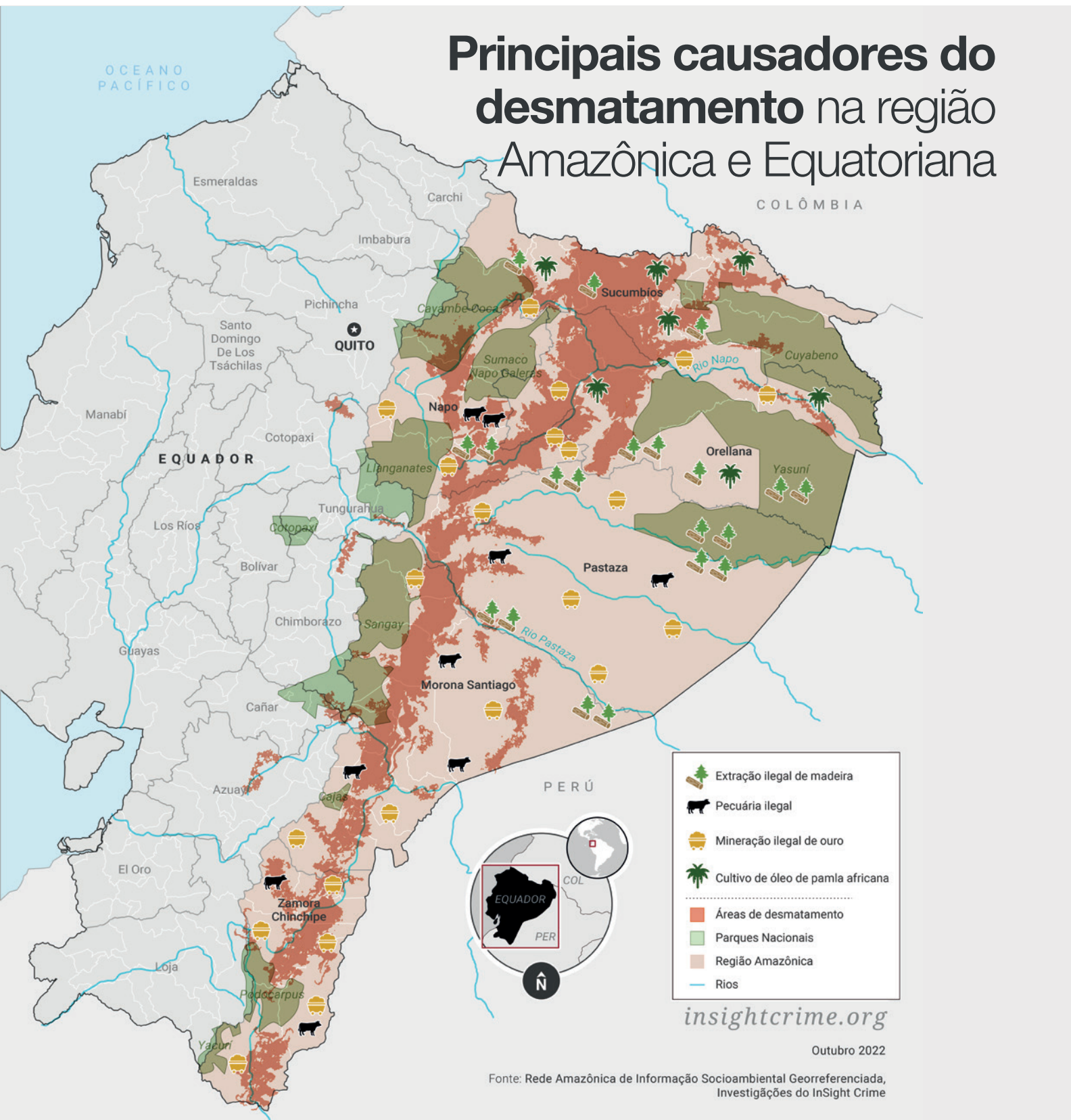
Equador

Como ocorre na Bolívia, o desmatamento na Amazônia equatoriana é impulsionado principalmente por interesses da indústria agropecuária. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 65% da área da Amazônia equatoriana é destinada a pastagens⁹⁰ e a falta de incentivos econômicos desencoraja comportamentos sustentáveis e eficientes entre os agricultores e pecuaristas.⁹¹ Ao mesmo tempo, a expansão da agricultura industrial reduziu as possibilidades dos pequenos agricultores. À medida que o acesso à terra se tornou escasso, a apropriação ilegal de pequenos terrenos aumentou.⁹²

Os interesses agrícolas costumam impulsionar a expulsão inconstitucional de comunidades dos territórios que há séculos lhes pertencem. Em muitos casos, intimidações e documentos falsificados são usados para expulsar as pessoas de suas casas⁹³. Em outros, a apropriação ilegal de terras acaba sendo fomentada por decisões judiciais e autorizações do Estado.⁹⁴

Uma vez que a terra é desmatada, o gado começa a ser criado ou as plantações de óleo de palma africana começam a ser semeadas.⁹⁵ Carlos Mazabanda, coordenador de campo da Amazon Watch para o Equador, disse que a produção de óleo de palma afetou o

norte da região amazônica do país.⁹⁶ A atividade manteve uma forte presença nas províncias equatorianas de Orellana e Sucumbíos.⁹⁷ Diversas florestas protegidas nessas províncias foram invadidas ilegalmente para a produção de óleo de palma, segundo Mónica Navas, responsável pela concepção do Projeto Amazônia Sustentável, promovido pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).⁹⁸ “Estamos falando de mais de 56 mil hectares (invadidos) ao norte”, disse ela. “A Floresta Protegida Napo-Payamino I e II [com área de 1.025 hectares] foi totalmente apropriada, invadida.”⁹⁹



Apropriação ilegal e tráfico de terras na Bacia Amazônica

Os crimes relacionados à terra são um fenômeno recorrente em toda a Amazônia, mas cada país tem sua dinâmica particular. No mundo todo, o fenômeno de apropriação ilegal ou usurpação de terras (ou *land grabbing*) consiste na compra ou no arrendamento de grandes áreas.¹⁰⁰ Lotes em toda a Amazônia são reivindicados por indivíduos, governos e corporações para a produção de alimentos e outras atividades agrícolas.¹⁰¹ Em alguns casos, as empresas agrícolas usam brechas legais e podem receber o apoio de governos locais e nacionais. Em outros, a agricultura é ilegal.

No Brasil, o fenômeno da grilagem está associado a reivindicações ilegais, invasões e ocupações de terras públicas para uso agrícola por organizações criminosas. A apropriação não visa apenas gerar valor econômico, mas legitimar o roubo de terras públicas mascarando-as como empreendimentos produtivos.¹⁰² Já o tráfico de terras diz respeito à aquisição de extensões de terra – grandes ou pequenas, principalmente voltadas à produção de commodities agrícolas – por meio de mecanismos corruptos de titulação. Na Amazônia peruana,¹⁰³ redes criminosas organizam a ocupação das terras amazônicas por fazendeiros e comunidades nativas, dando-lhes segurança jurídica para o acesso a títulos que depois são vendidos conforme a oferta mais lucrativa.

Apesar das diferenças, a usurpação e o tráfico de terras na Amazônia normalmente seguem três etapas: desmatamento, ocupação e comercialização. Durante a fase de desmatamento, partes da floresta são cortadas e queimadas. Isso geralmente ocorre quando uma estrada é construída em um local estratégico ou quando a extração ilegal de madeira retira a maior parte das árvores de uma determinada área.¹⁰⁴ Lotes em áreas protegidas, incluindo parques nacionais, reservas florestais e terras indígenas são os mais visados. A população local também pode ser obrigada a deixar suas casas por invasores. Por vezes, há emprego de violência para deslocar comunidades inteiras.¹⁰⁵ A terra é, então, ocupada. As atividades agropecuárias costumam ser destinadas a provar que a área está sendo usada “produtivamente”. Essas atividades geralmente incluem criação de gado e cultivos de óleo de palma africana e de soja.¹⁰⁶ Uma vez que a terra tenha sido habitada ou trabalhada por vários anos, é possível reivindicar sua posse.¹⁰⁷ Outra possibilidade se dá por meio de títulos de propriedade falsos, que podem ser usados para sustentar uma reivindicação, com o apoio de servidores corruptos.¹⁰⁸ Com frequência, a terra é vendida.¹⁰⁹



Apropriação de terras na Amazônia: como funciona

1. LIMPEZA

A população local é paga para cortar e queimar a floresta.

insightcrime.org

Julho 2021

Fonte: Investigações do InSight Crime

2. OCUPAÇÃO

A terra é ocupada. Nela são instaladas atividades produtivas como pecuária e cultivo agrícola.

3. TRANSFORMAÇÃO / COMERCIALIZAÇÃO

A reivindicação da terra é legalizada e, posteriormente, vendida.

Tráfico de madeira

A extração ilegal de madeira na Bacia Amazônica geralmente ocorre em conjunção com outros crimes ambientais, como a mineração ilegal de ouro, a usurpação de terras e a expansão ilegal de atividades agropecuárias.¹¹⁰ No entanto, árvores também são derrubadas ilegalmente para serem traficadas. Extraída, transportada e processada na Amazônia, a madeira pode inclusive ser vendida em mercados internacionais, como a China e os Estados Unidos.¹¹¹

Em toda a região, organizações criminosas buscam espécies cuja madeira tem alto valor e que, muitas vezes, estão ameaçadas de extinção. Essas madeiras incluem a “Amazon Rosewood” (*Dalbergia Spruceana*), o mogno (*Swietenia macrophylla*) e a madeira cedro (*Cedrus*), todas usadas para a fabricação de móveis e instrumentos musicais.¹¹² Também é possível comprar madeiras mais baratas e leves, como a balsa (*Ochroma Pyramidale*), usada na construção de turbinas eólicas e pranchas de surf.¹¹³

O tráfico de madeira se dá em três etapas: extração, transporte e “transformação”. Primeiro, os cortadores – ou *corteros* – derrubam árvores ilegalmente. Com frequência, essas florestas estão fora dos limites de concessão e em áreas protegidas. Então, organizações criminosas

coordenam o transporte e a lavagem – ou “transformação” da madeira.¹¹⁴ Em toda a Bacia Amazônica, técnicas semelhantes são usadas para maquiagem a procedência da madeira de origem ilegal. Empresas de fachada e documentos fraudulentos mascaram a origem da madeira cortada em áreas proibidas ou em volumes acima dos autorizados.¹¹⁵ Depois de lavada, a madeira é vendida em mercados internacionais.¹¹⁶

Bolívia e Equador abrigam alguns dos principais focos de tráfico de madeira na Bacia Amazônica.

Bolívia

Na Amazônia boliviana, a madeira é extraída ilegalmente nos departamentos de Santa Cruz, Beni e Pando.¹¹⁷ Áreas protegidas são particularmente visadas. Os parques nacionais Madidi, no nordeste da Bolívia, ao longo da bacia do Alto Rio Amazonas, e Amboró, na região central são áreas bastante afetadas. Lá, madeiras de alta qualidade e resistentes como o mogno (conhecido localmente como madeira *mara*) e a Rosewood (*tipa*) são extraídas em nome de organizações criminosas.¹¹⁸

O tráfico de madeira na Amazônia boliviana também é promovido por comunidades em áreas onde a floresta foi convertida em terras agrícolas. “Isso se deve em parte à Lei 741, de 2015”, explicou Alcides Vadillo, da Fundación Terra.¹¹⁹ Através de *Planes de Desmontes Pequeños – PDM-20*, a lei permite que as comunidades desmatem até 20 hectares para dar lugar a atividades agrícolas.¹²⁰ A Autoridade de Fiscalização e Controle Social de Florestas e Terra (ABT) permite a venda da madeira derrubada durante esse processo.¹²¹ No entanto, um ex-jornalista do jornal boliviano *El Deber* disse que, com frequência, as comunidades não respeitam o limite de 20 hectares.¹²² Em vez disso, alguns se envolvem no tráfico de madeira e vendem formulários de desmatamento (PDM-20) para verdadeiras “máfias madeireiras”, que usam a documentação para lavar a madeira.¹²³

Uma vez derrubada, a madeira é lavada por meio de documentos fraudulentos, os quais informam que ela foi colhida em áreas e quantidades legalmente autorizadas. Os Certificados de Origem Florestal (CFO) são frequentemente preenchidos com dados falsos.¹²⁴ Essa documentação também é usada para fazer com que espécies protegidas e ameaçadas de extinção sejam identificadas como madeira que pode ser derrubada legalmente.¹²⁵

A madeira é posteriormente transferida para cidades da região amazônica ou para zonas isentas de impostos.¹²⁶ Nesses locais, é processada em serrarias administradas por comunidades interculturais e cidadãos chineses, segundo Alex Villca Limaco.¹²⁷

Uma vez derrubada, a madeira é "lavada" por meio de documentos fraudulentos, os quais informam que ela foi colhida em áreas e quantidades legalmente autorizadas. Os Certificados de Origem Florestal (CFO) são frequentemente preenchidos com dados falsos.

Equador

Na Amazônia equatoriana, há muito tempo os traficantes de madeira visam árvores de alto valor e espécies ameaçadas. O cedro, por exemplo, é alvo há anos. Em 2011, a Organização Internacional de Madeira Tropical relatou que até 85% do cedro espanhol extraído na Amazônia equatoriana era de origem ilegal.¹²⁸ No entanto, com as espécies de madeira mais finas tornando-se mais escassas, os traficantes passaram a buscar madeira mais barata e de rápido crescimento, como a balsa.¹²⁹

O boom das Balsas no Equador



1. EXPLORAÇÃO MADEIREIRA

As árvores transportadas nas balsas são derrubadas por madeireiros que invadem territórios protegidos a serviço de máfias madeireiras.



2. TRANSPORTE

A madeira é enviada para o Peru, por via fluvial ou rodoviária. Do outro lado da fronteira, ela é transformada em serraria.



3. COMMERCIALIZAÇÃO

O produto acaba chegando aos mercados internacionais, onde é utilizado na construção de turbinas eólicas, pranchas de surf e instrumentos musicais.

insightcrime.org

Outubro 2022

Fontes: Investigações do InSight Crime, Mongabay e The Economist

A balsa, assim como o mogno e o cedro, também é retirada de terras indígenas ao longo dos rios Pastaza e Curaray, que cortam as províncias amazônicas de Pastaza, no centro do país, e Morona Santiago, ao sul.¹³⁰

Ana Cristina Basantes, jornalista que acompanha de perto o crime ambiental no Equador, confirma isso.¹³¹ Ela explica que a derrubada ilegal de balsa aumentou o desmatamento em terras do povo indígena Achuar, que vive ao longo da fronteira do Equador com o Peru.¹³² Entre março e setembro de 2020, cerca de 20 mil árvores de balsa foram cortadas em ilhas situadas junto às comunidades que vivem às margens do rio Copataza, em território Achuar.¹³³ Quando restam poucas árvores, a terra desmatada pode, mais tarde, ser usada para atividades agrícolas, como o cultivo de óleo de palma africana, disse a ecologista Nathalia Bonilla.¹³⁴

Parte da madeira permanece na região para uso local, enquanto outra parte é vendida como matéria-prima de móveis em todo o Equador, na província montanhosa de Azuay e em Pichincha, na província de Sierra, ao norte.¹³⁵ No entanto, o mais comum é que a madeira seja transferida para o vizinho Peru, por via terrestre ou fluvial.

Especialistas em tráfico de balsa revelaram que a madeira da Amazônia equatoriana costuma ser transportada por rio à cidade de Iquitos, na região de Loreto, nordeste do Peru.¹³⁶ As autoridades também já identificaram traficantes usando o rio Napo para cruzar a fronteira e transportar madeira derrubada ilegalmente, conforme investigação do Ojo Público.¹³⁷ A madeira também pode ser transportada por via terrestre. Os formulários de movimentação fornecidos pelo Ministério do Meio Ambiente são preenchidos com informações fraudulentas, como acontece na Bolívia. Os motoristas geralmente carregam mais madeira do que informam os documentos.¹³⁸

A madeira geralmente é processada em serrarias do outro lado da fronteira.¹³⁹ Lá, os traficantes de madeira atuam por meio de empresas fantasmas que são criadas, despacham grandes volumes de madeira durante um período de um ou dois anos e então desaparecem.¹⁴⁰

A corrida pela balsa gerou uma onda de violência na fronteira do Equador com o Peru. Os madeireiros geralmente são enganados na hora de serem pagos pelos seus serviços, o que gera conflitos. Além disso, há denúncias de assédios a mulheres e meninas locais por parte dos madeireiros, incitando ainda mais violência. Em muitos casos, a falta de controle do Estado – somada ao medo de represálias – faz com que as comunidades não denunciem a violência. A insegurança é potencializada, ademais, pelo crescente fluxo de armas, munições e álcool nas comunidades locais.¹⁴¹

A corrida pela balsa gerou uma onda de violência na fronteira do Equador com o Peru. Os madeireiros geralmente são enganados na hora de serem pagos pelos seus serviços, o que gera conflitos. Além disso, há denúncias de assédios a mulheres e meninas locais por parte dos madeireiros, incitando ainda mais violência.

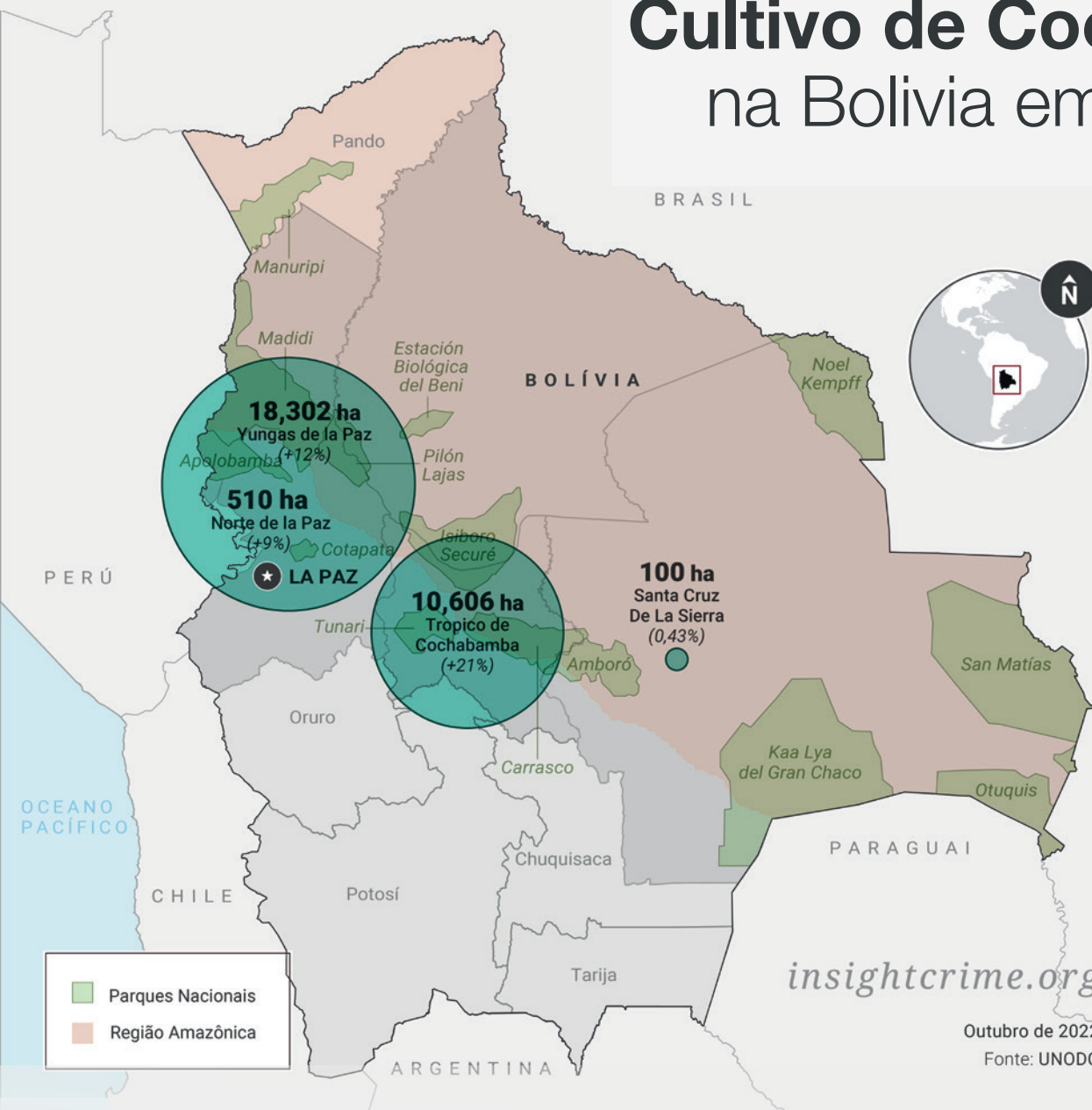
Cultivo de coca

Enquanto nas regiões amazônicas do Equador¹⁴² e da Venezuela é possível observar o aparecimento esporádico de plantações de coca em pequena escala,¹⁴³ a maior parte da matéria-prima da cocaína é encontrada na Colômbia, no Peru e na Bolívia.

Ao contrário do que ocorre na Colômbia, o cultivo de coca nos países deste estudo não constitui um dos principais motores do desmatamento. No entanto, em países como a Bolívia trechos de floresta são desmatados para a plantação de coca, o que significa que a atividade tem sim algum impacto.¹⁴⁴

Na Bolívia, a Lei 1.008, de 1988, permitiu o cultivo legal de coca em 12 mil hectares na região de Yungas, no departamento de La Paz.¹⁴⁵ Em 2017, o governo ampliou essa “zona autorizada” para 22 mil hectares, abrangendo a região de Yungas e os trópicos de Cochabamba, localizados ao norte do departamento de Cochabamba.¹⁴⁶ O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) estimou que as plantações de coca cobriam uma área equivalente a 29.400 hectares na Bolívia em 2020.¹⁴⁷ Isso sugere que pelo menos 7.500 hectares foram desmatados ilegalmente. Dado que a coca cultivada lá pode chegar ao mercado ilegal de cocaína, é possível que esse número seja muito maior.

Cultivo de Coca(ha) na Bolívia em 2020



Outubro de 2022

Fonte: UNODC

Embora a maior parte do cultivo de coca na Bolívia esteja localizada na região andina, plantações foram detectadas em áreas protegidas da Amazônia.¹⁴⁸ Isso inclui os parques nacionais Madidi e Amboró. Plantações de coca também foram vistos no Parque Nacional Apolobamba, a oeste de La Paz, e no Parque Nacional Cotapata, no departamento de Yungas.¹⁴⁹

Na Amazônia boliviana, a coca é processada em áreas rurais remotas, principalmente no departamento de Santa Cruz.¹⁵⁰ Lá, árvores são cortadas para que a área seja transformada em pistas de pouso clandestinas, permitindo a entrada de produtos químicos, pessoal e suprimentos, bem como a exportação de drogas.¹⁵¹

Os atores que impulsionam o desmatamento

Os atores que promovem o desmatamento estão envolvidos em atividades agrícolas, no tráfico de madeira e no cultivo de coca em toda a Bacia Amazônica. Eles se enquadram em quatro categorias principais: atores legais, organizações criminosas, grupos armados não estatais e mão de obra barata.



Organizações criminosas

As organizações criminosas estão no topo da cadeia de todos os crimes ambientais. Elas são atores de mercado, motivados pelo lucro com o comércio de madeira, terra e drogas. Organizações criminosas financiam e orquestram crimes ambientais na Bacia Amazônica e se mantêm pouco visíveis graças à mão de obra barata. Esses atores normalmente formam vínculos estreitos com outras atividades ilícitas como o tráfico de madeira e drogas. As organizações são os grupos que exercem maior influência e poder econômico nas atividades ilícitas.

Elas também coordenam a apropriação e o tráfico de terras nas regiões amazônicas da Bolívia e do Equador. Na Bolívia, a ocupação ilegal costuma ser impulsionada por cidadãos brasileiros e argentinos com poder político¹⁵² e que têm interesses em atividades agrícolas.¹⁵³ Eles subcontratam mão de obra barata para abrir estradas ilegais que ligam terras usurpadas a municípios e cidades.¹⁵⁴

As organizações criminosas também coordenam e financiam o tráfico de madeira nas regiões amazônicas da Bolívia e do Equador.¹⁵⁵ Essas redes geralmente são supervisionadas por chefes, ou *patrones* (patrões), como na Colômbia e no Peru. Na Bolívia, *patrones* foram identificados operando no município de Yapacaní, no noroeste do departamento de Santa Cruz. Eles financiam o tráfico de madeira subcontratando *corteros* (cortadores), que geralmente são moradores e indígenas encarregados de suprir, identificar e cortar madeira em toda a região.¹⁵⁶ Um madeireiro boliviano revelou que, desde 2020, havia pelo menos cinco grandes patrões na região do Parque Nacional do Amboró, em Santa Cruz.¹⁵⁷ Guardas armados que atuam para os patrões protegem os cortadores e montam tendas de corte em parques nacionais.¹⁵⁸

Outro tipo de intermediário, agindo como um *broker*, viaja pelas comunidades amazônicas em busca de espécies de madeira com demanda de mercado.¹⁵⁹ Estes intermediários compram madeira extraída de forma ilícita diretamente de indígenas e madeireiros que atuam na região. No Equador, alguns intermediários trabalham com comunidades locais para extrair as espécies que procuram.¹⁶⁰ Outros pressionam e coagem a população local para encontrar, derrubar e vender árvores. A jornalista Ana Cristina Basantes revelou que esses intermediários extorquem comunidades ou lhes pagam muito pouco pela madeira cortada ilegalmente.¹⁶¹

Os intermediários trabalham com “transportadores” que movimentam a madeira em rodovias ou vias fluviais utilizando guias de transporte em branco ou alvarás preenchidos com irregularidades.¹⁶² Na Bolívia, usando barcos conhecidos localmente como *callapos*, transportadores movimentam a madeira pelos rios Yapacaní e Ichilo, que ligam o Parque Nacional Amboró e as cidades de Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba, segundo Alex Villca Limaco.¹⁶³ Cada viagem leva pelo menos três dias e rende até 580 dólares.¹⁶⁴

Atores legais

Vários atores legais também facilitam crimes ambientais nos países que compõem o estudo. Eles podem ser membros de comunidades locais com permissão para cortar madeira e cultivar a terra, mas que trabalham fora dos limites legais e invadem territórios protegidos. Também podem ser empresas legalmente registradas ou entidades públicas que se envolvem em crimes ambientais. Em alguns casos, esses atores mantêm laços estreitos com organizações criminosas; em outros, atuam com a cumplicidade de autoridades de Estado. O papel dos servidores de governo será explorado mais adiante na seção dedicada à corrupção.

Na Bolívia, membros de comunidades menonitas e interculturais com permissão para derrubar árvores e cultivar a terra invadem áreas protegidas.¹⁶⁵ Em paralelo, nos mais altos escalões, o INRA permitiu que terras em áreas constitucionalmente protegidas fossem usadas por agricultores.¹⁶⁶ Enquanto isso, no Equador, algumas empresas de óleo de palma foram cúmplices do desmatamento na Amazônia e em outras regiões. Segundo a jornalista Ana Cristina Basantes, as empresas de óleo de palma se apropriaram de terras pertencentes a comunidades locais.¹⁶⁷ Além de as plantações devastarem a floresta, os pesticidas usados na produção do óleo de palma contaminam as fontes de água usadas pelas comunidades, acrescenta Basantes.¹⁶⁸

Quanto à extração de madeira, as serrarias desempenham um papel importante no encobrimento das origens ilegais da extração que ocorre na Amazônia. Embora a madeira de balsa extraída ilegalmente possa ser considerada legal no Equador, na maioria das vezes ela é lavada com madeira de origem legal ao cruzar a fronteira com o Peru. Lá, a madeira ilegal passa por serrarias onde a origem ilegal da madeira é ocultada antes da exportação legalizada.¹⁶⁹

Grupos armados não estatais

No contexto de crimes ambientais, os grupos armados trabalham com organizações criminosas para supervisionar a operação de economias ilícitas que impulsionam o desmatamento da Amazônia. Grupos armados são organizações criminosas claramente estruturadas e definidas, incluindo milícias e grupos guerrilheiros. Eles são financiados principalmente por atividades ilícitas. Tais grupos têm quatro características: um nome conhecido, uma liderança definida, controle territorial e membros identificáveis. Ao contrário do que ocorre na Colômbia, nos países que integram este estudo os grupos armados não parecem se envolver na apropriação de terras ou na extração ilegal de madeira, embora estejam envolvidos com o tráfico de drogas na Bolívia.

Um jornalista que cobriu extensivamente a região amazônica da Bolívia disse que facções brasileiras como o Comando Vermelho protegem rotas usadas para transportar cocaína para fora da Bolívia.¹⁷⁰ Rhett Butler, fundador do *Mongabay*, e Alex Villca, da CONTIOCAP, afirmaram que os grupos armados também podem financiar o desmatamento de terras para cultivo e construção de pistas de pouso destinadas ao tráfico de drogas.¹⁷¹ Em 2021, foram desativadas 46 pistas clandestinas em Santa Cruz e Beni.¹⁷² O desmatamento para construir pistas está acontecendo cada vez mais em outros países da região amazônica, incluindo Peru, Brasil, Guiana e Venezuela.¹⁷³

Mão de obra barata

Organizações criminosas e grupos armados empregam ou ameaçam a população local para que forneçam o trabalho manual necessário aos crimes ambientais. As populações em desvantagem socioeconômica que compõem a “mão de obra barata” geralmente se envolvem no crime ambiental por falta de alternativas econômicas ou após ameaças. Integrantes dessas comunidades realizam tarefas básicas de cunho manual, como derrubar árvores ou plantar e colher coca ilícita. Eles podem ser empregados – mas não necessariamente membros – de redes criminosas e grupos armados. Também podem ser terceirizados ou trabalhadores independentes que interagem com atores criminosos pertencentes a elos mais altos na cadeia produtiva. A mão de obra barata constitui e opera na base da cadeia do crime.

A ocupação ilegal de terras para fins de agropecuária costuma depender do trabalho manual de pessoas conhecidas como “limpadores”, que cortam e queimam árvores antes da implementação das atividades agrícolas. Em alguns casos, comunidades locais são pagas por entidades governamentais para desmatar suas próprias terras. Navas, do Projeto Amazônia Sustentável, afirmou que “os bancos deram dinheiro para o desmatamento” na região amazônica do Equador.¹⁷⁴ O povo indígena Secoya, de San Pablo, no cantão Shushufindi da província de Sucumbíos, recebeu um empréstimo de 240 mil dólares da Corporação Financeira Nacional.¹⁷⁵ Embora muitos participantes dessa economia ilícita operem livremente, os governos costumam punir comunidades indígenas que se envolvem no desmatamento. O povo Secoya foi multado em 375 mil dólares, apesar de o Estado lhes fornecer dinheiro para as plantações. Os membros da comunidade não foram penalizados por derrubar mata nativa, mas por supostamente descumprir os “procedimentos estabelecidos”.¹⁷⁶

Para que a extração ilegal de madeira ocorra, os membros das comunidades locais geralmente integram uma força de trabalho que procura e corta árvores. Esses grupos costumam ser compostos por madeireiros e “rastreadores” ou *monteros*, que buscam espécies de árvores com demanda de mercado.¹⁷⁷ Na Bolívia, os cortadores são em grande parte membros de comunidades locais ou interculturais.¹⁷⁸ Recebem cerca de 724 dólares pela extração de oito metros cúbicos de madeira.¹⁷⁹ No Equador, rastreadores e cortadores locais podem ser pagos com bebidas alcoólicas, charutos e dinheiro por seus serviços.¹⁸⁰ No entanto, em alguns casos, trabalham de graça. A jornalista Milagros Aguirre Andrade, que escreveu um livro sobre o comércio de madeira no Equador, revelou que a população local pode ser induzida a entregar madeira sem ser paga.¹⁸¹ Em outros casos, os cortadores podem ganhar até 150 dólares por dia cortando árvores de balsa na região.¹⁸²

Cortadores e rastreadores nem sempre integram comunidades locais. Eles podem ser pessoas de outros países ou regiões em busca de trabalho. A jornalista María Belén Arroyo revelou que colonos da região costeira do Equador migram para a Amazônia para trabalhar como madeireiros.¹⁸³ No Peru, madeireiros invadiram territórios pertencentes ao povo indígena Yasuní, nas províncias de Napo e Pastaza, para obter madeiras finas e balsa.¹⁸⁴

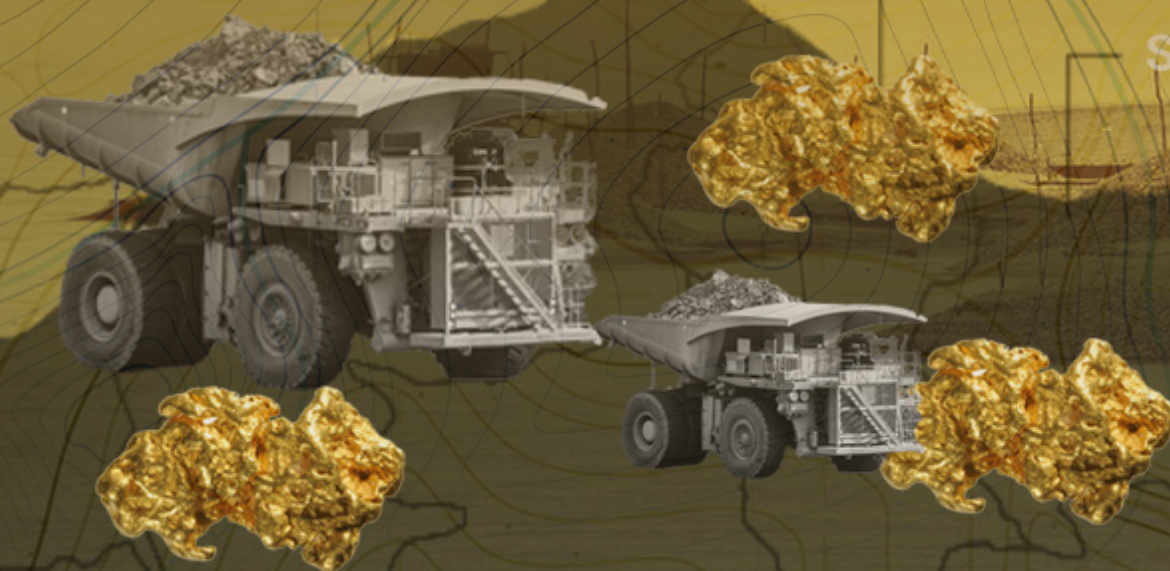
Na Bolívia, carregadores (ou *lomeadores*) também fazem parte dessa força de trabalho. Eles levam pranchas de madeira às margens dos rios para que as peças sejam posteriormente transportadas. Os *lomeadores* movimentam cargas individuais nas costas por até três quilômetros e recebem cerca de 14 centavos por cada 30 centímetros de madeira transportado por quilômetro.¹⁸⁵

POR DENTRO DA MINERAÇÃO ILEGAL DE OURO NA AMAZÔNIA

VENEZUELA

GUIANA

SURINAM



POR DENTRO DA MINERAÇÃO ILEGAL DE OURO NA AMAZÔNIA

Com a disparada do preço do ouro, ocorreu um *boom* da mineração em toda a Bacia Amazônica, acarretando em um profundo impacto ambiental na região. A mineração ilegal tornou-se um dos principais motores do desmatamento, sobretudo na Venezuela, na Guiana e no Suriname. Embora a mineração também contribua para a perda florestal na Bolívia e no Equador, a atividade não é o principal motor nesses países e, portanto, este relatório não se concentrará na mineração de ouro que ocorre neles.

Existem três formas de desmatamento motivado pela mineração na Bacia Amazônica: mineração industrial de ouro em larga escala, mineração de média escala e mineração artesanal de pequena escala (conhecida pela sigla em inglês ASGM).¹⁸⁶ Dados recentes disponibilizados pela RAISG mostram que há pelo menos 4.472 locais de mineração ilegal em toda a região. Alguns deles estendem-se por vários quilômetros quadrados.¹⁸⁷

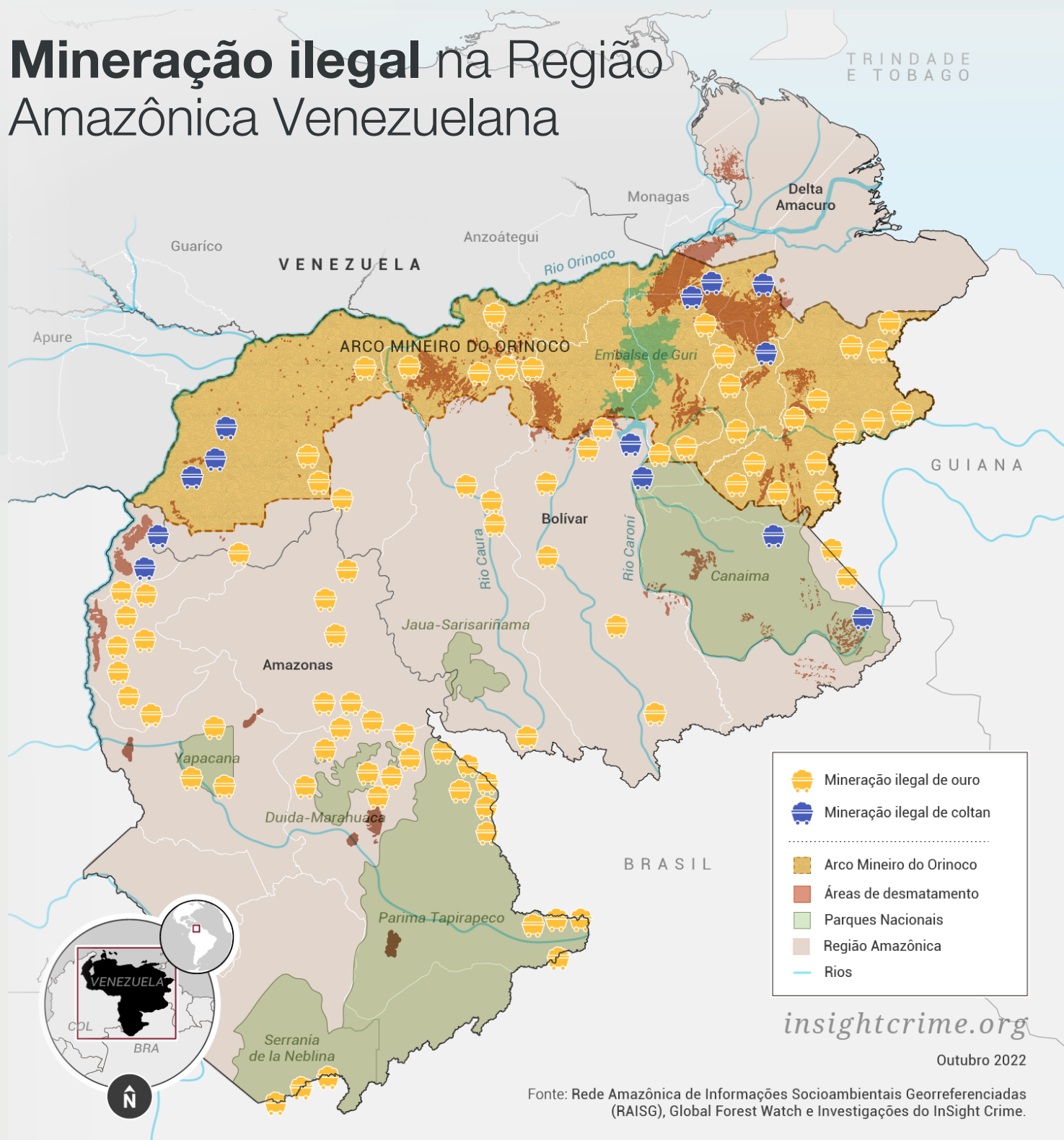
A atividade segue três etapas principais: extração, transporte e transformação/comercialização. Primeiro, o ouro é extraído por mineiros mal remunerados que trabalham em condições rudimentares. Em muitos casos, eles são controlados por grupos armados. Em seguida, o minério é transportado. Depois, é lavado ou “transformado” ao longo do caminho. As origens do ouro venezuelano ilícito são encobertas à medida que o minério segue para Guiana, Suriname e Colômbia.¹⁸⁸ Mais tarde, o ouro e outros metais chegam aos mercados internacionais, onde são vendidos legalmente. Em dezembro de 2021, o quilo do ouro foi cotado em 57.152 dólares.¹⁸⁹

Venezuela

Na região amazônica ao sul da Venezuela, a mineração de ouro é o principal motor de desmatamento e uma das fontes de perda de biodiversidade.¹⁹⁰ Trata-se de uma grande economia ilegal sustentada pela corrupção, pelo uso de violência e pela instrumentalização das populações locais por grupos armados. Atualmente, cerca de 70 mil hectares são afetados pela mineração ilegal nos estados amazônicos do país,¹⁹¹ que incluem Bolívar (64.705 hectares), Amazonas (2.356 hectares) e Delta Amacuro (2.169 hectares).¹⁹² Em 2016, a mineração nos três estados enfrentou um ponto de inflexão quando o presidente Nicolás Maduro introduziu o “Decreto de Criação da Zona Nacional de Desenvolvimento Estratégico do Arco Mineiro do Orinoco”, que regulamenta o Arco Mineiro do Orinoco (AMO). Isso permitiu que novas minas fossem instaladas. Também encorajou instituições públicas ligadas ao regime a se envolverem na mineração.¹⁹³

Embora considerada “legal” pela Venezuela, a mineração ao longo do AMO é vista como ilegal pelos Estados Unidos e nações aliadas que impuseram sanções contra o regime de Maduro. Outros países – principalmente aqueles que mantêm relações comerciais com a Venezuela – consideram legal a atividade de mineração do país.¹⁹⁴ Também é importante notar que conceitos como “legal” e “ilegal” perdem todo o significado em nível doméstico na Venezuela, dado que existem poucas regulações em vigor para restringir a mineração na Venezuela. E enquanto alguns grupos criminosos operam de forma independente, a maioria dos envolvidos na mineração tem vínculos com o regime de Maduro.¹⁹⁵

Mineração ilegal na Região Amazônica Venezuelana



Especialistas de uma ONG que estuda crimes ambientais na Venezuela revelaram que cada membro do regime tem acesso de administrador a uma mina de ouro na Amazônia. Segundo esses especialistas, os integrantes do regime escolhem qual grupo armado os ajudará a supervisionar a operação e garantir a segurança das atividades.¹⁹⁶

Hoje, por meio de canais corruptos “formais” supervisionados por servidores vinculados ao regime de Maduro e canais “informais” dominados por grupos armados, o ouro é extraído, transportado/lavado e vendido.

Primeiro, o ouro e o coltan são extraídos por mineiros que trabalham supervisionados por grupos armados ao longo do AMO. No Amazonas, integrantes da máfia ex-FARC estão envolvidos na mineração ilegal nos municípios de Atabapo, Autana e Atures, segundo um especialista com profundo conhecimento da mineração ilegal na região.¹⁹⁷ Dissidentes colombianos das FARC administram minas ilegais e o contrabando de gasolina, acrescentou o especialista.¹⁹⁸ O coltan, minério refinado para uso em eletrônicos, também é extraído em Atures, perto da fronteira Venezuela-Colômbia. Moradores da região são empregados por dissidentes das FARC para trabalhar nas minas ilegais. Geralmente, são pagos em coltan.¹⁹⁹

O Parque Nacional Yapacana, localizado no oeste do estado do Amazonas, também é alvo da ação de grupos armados. O parque é uma “ilha natural no meio da selva, cercada por rios e controlada por guerrilheiros”, segundo especialistas de uma ONG que estuda crimes ambientais.²⁰⁰ “É um paraíso para a mineração ilegal, tudo controlado pela ex-FARC ou pelo Exército de Libertação Nacional da Colômbia (ELN)”, explicou outro especialista em mineração.²⁰¹

A mineração ilegal também ocorre na fronteira com o Brasil. Mineradores no Amazonas controlam minas ilegais localizados em áreas montanhosas do Parque Nacional Serranía de la Neblina, próximo à fronteira.²⁰² Eles usam membros de comunidades indígenas, mantêm alianças com as forças armadas venezuelanas e pagam subornos em dinheiro ou ouro a outros grupos criminosos para evitar disputas territoriais.²⁰³

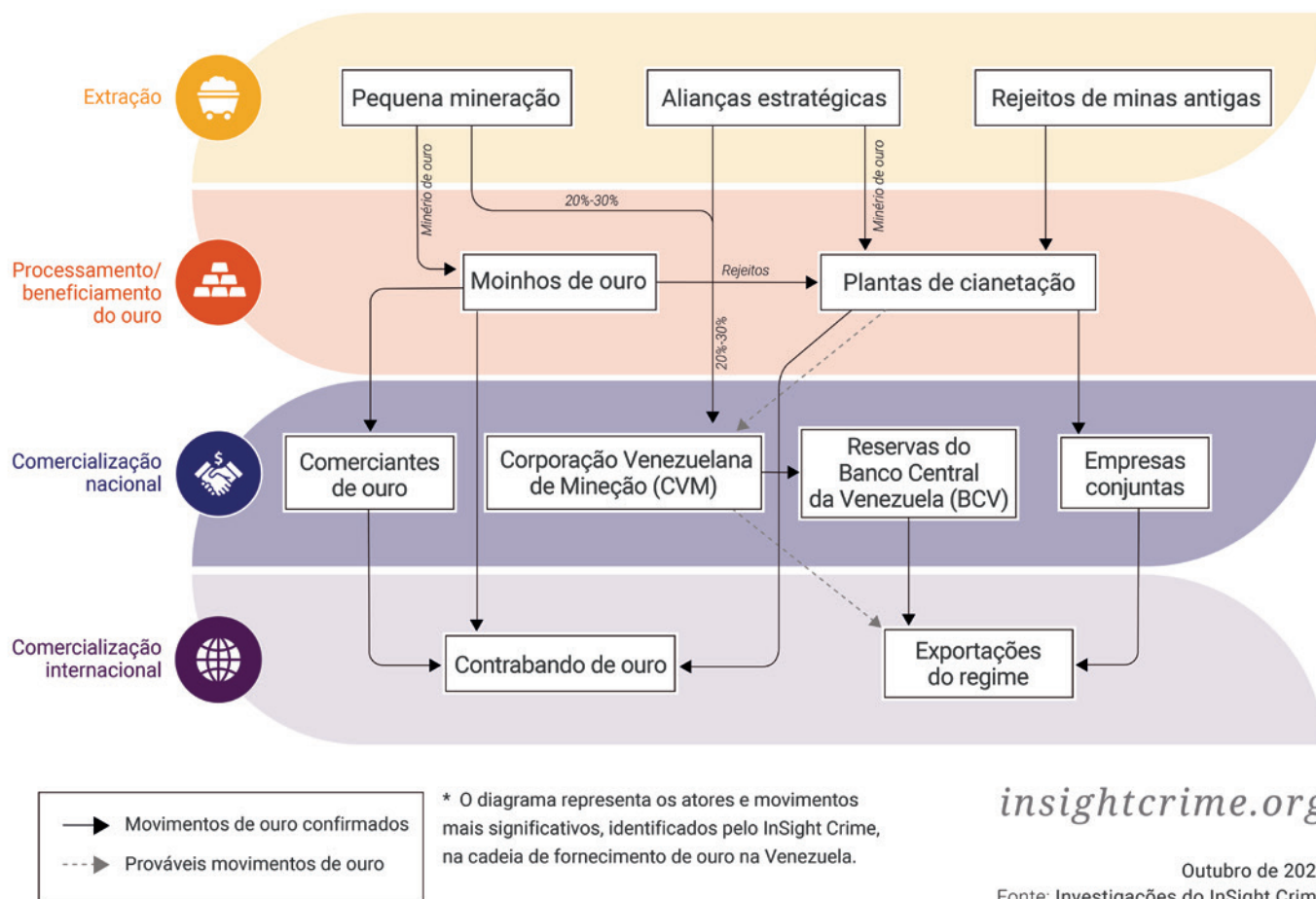
Enquanto isso, a mineração em Bolívar – onde se concentram as maiores minas da região – ocorre por meio de dois canais. O primeiro é “formal”, no qual cooperativas de mineração obtêm permissão do governo venezuelano para extrair ouro.²⁰⁴ O segundo é controlado diretamente por grupos armados que permitem a mineração em territórios controlados em troca de pagamentos mensais

em dinheiro ou ouro. Por vezes, esses grupos controlam suas próprias minas.²⁰⁵ Por exemplo, em alguns casos o ELN extorque mineiros ou pressiona populações locais a abrirem minas para eles.²⁰⁶

Utiliza-se mercúrio para a extração de minúsculas partículas de ouro dos sedimentos. O mercúrio é contrabandeado, por avião ou barco, da Guiana para a Venezuela. O produto químico pode ser enviado do interior da Guiana para a Venezuela por via fluvial até Ethingbang, um pequeno posto avançado guianense na selva, localizado na fronteira venezuelana.²⁰⁷ Também pode ser enviado pela costa que ambos os países compartilham, embora os dados sobre isso sejam escassos, segundo o comitê holandês da UICN.²⁰⁸

Uma vez extraído, o ouro pode ser movimentado “formalmente” através do Banco Central da Venezuela (BCV). Segundo a Constituição do país, o BCV é o único comprador autorizado a adquirir o ouro venezuelano.²⁰⁹ O minério costuma ser enviado do BCV para o refino em países africanos. Em seguida, é vendido em países como Turquia, Aruba, Emirados Árabes Unidos e China.²¹⁰ No entanto, estima-se que apenas um terço de todo o ouro extraído no estado de Bolívar passe pelo BCV.²¹¹ O restante é contrabandeado para o exterior por rotas clandestinas.²¹²

A cadeia produtiva do ouro na Venezuela



O ouro que sai dos estados de Bolívar e Amazonas costuma ser contrabandeado pelo município de Porto Inírida, no departamento de Guainía, situado no leste da Colômbia.²¹³ Parte do ouro é, no entanto, enviada ao Brasil, onde ingressa como se tivesse sido obtido legalmente.²¹⁴ Em 2020, a Polícia Federal do Brasil descobriu uma rede liderada por um cidadão libanês que fundia ouro no município venezuelano de Santa Elena de Uairén, na fronteira com o Brasil. De lá, o ouro era contrabandeado e vendido no Brasil.²¹⁵

Outro caminho para o ouro extraído no estado de Bolívar se dá via o aeroporto Manuel Carlos Piar, em Puerto Ordaz, cidade localizada no município de Caroní, no norte da Venezuela.²¹⁶ De lá, o ouro e outras commodities são transportados para a cidade de Maiquetia, ao norte de Caracas.²¹⁷ O ouro é então enviado do Aeroporto Internacional Simon Bolívar, em Caracas²¹⁸ e de lá para as ilhas caribenhas de Aruba, Curaçao e Bonaire, como pontos de trânsito.²¹⁹ Segundo uma investigação do jornalista e criminologista Bram Ebus, cerca de 160 toneladas de ouro venezuelano foram movimentadas via Aruba e Curaçao entre 2014 e 2019.²²⁰ O ouro pode então ser enviado dessas ilhas para a Europa, de onde

parte para países como os Emirados Árabes Unidos.²²¹ No entanto, durante uma viagem de campo realizada pelo InSight Crime em novembro de 2021, não houve registro de apreensões de ouro em Curaçao.

O ouro ilegal também é contrabandeado da Amazônia venezuelana para a vizinha Guiana, segundo Samuel Sittlington, especialista em fraudes financeiras e ex-consultor britânico no exterior para a Unidade Especial de Crime Organizado (SOCU) da Guiana. Ele acrescentou que parte do ouro atravessa a fronteira porosa que as duas nações compartilham para ser vendido a mineiros locais e terceiros.²²² Os últimos movimentam o ouro como tendo sido extraído na Guiana e o vendem nos mercados internacionais.²²³ Sittlington explicou que a movimentação semanal de ouro na fronteira Venezuela-Guiana pode alcançar a cifra de 1 milhão de dólares.²²⁴ Uma vez lá, ainda segundo Sittlington, corretores compram e depois vendem o minério para o Guiana Gold Board, para que possa ser vendido no mercado legal.²²⁵

Guiana

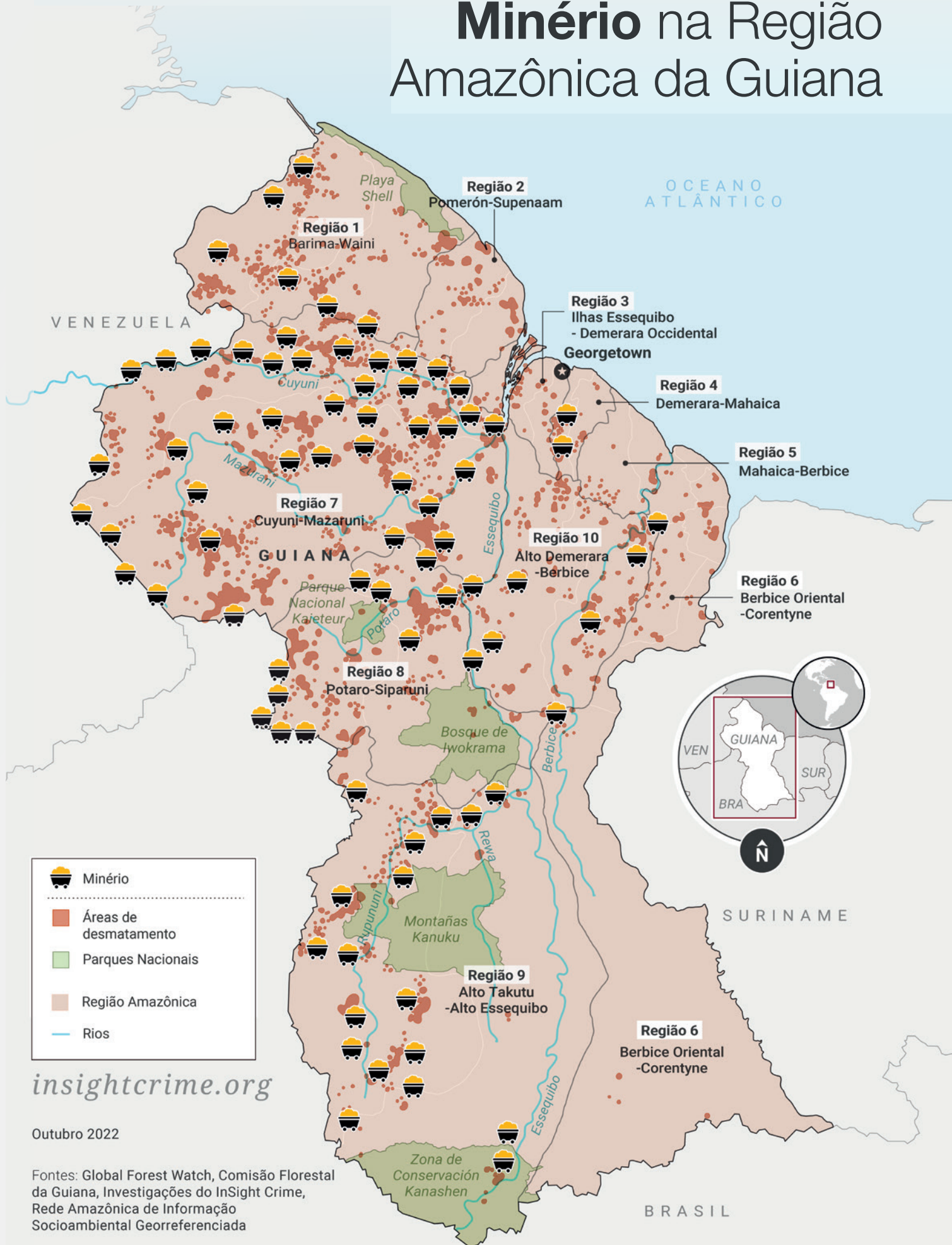
Depois de conversar com vários especialistas ambientais durante uma visita a Georgetown, capital da Guiana, o InSight Crime pôde ver como o país tem duas abordagens distintas e, aparentemente, inconciliáveis em relação à Amazônia. Embora tenha uma posição dita “verde” em relação à conservação da Amazônia, a mineração no país está em constante expansão e é responsável por quase 90% da perda florestal.²²⁶

O ouro é o principal produto de exportação do país.²²⁷ Existem seis distritos de mineração estabelecidos na Guiana. Entre eles, Berbice e Rupunini, no sul do país, e, no noroeste, Potaro, Mazaruni, Cuyuni e Noroeste.²²⁸ A mineração ilegal – realizada sem as devidas licenças – foi detectada em áreas protegidas, incluindo a reserva natural da floresta Iwokrama e o Parque Nacional Kaieteur, no centro do país, bem como a Área Protegida das Montanhas Kanuku (KMPA), perto da fronteira sudoeste com o Brasil.²²⁹ A mineração ilegal também foi identificada em Micobie, ao longo do rio Potaro²³⁰ e na fronteira noroeste da Guiana com a Venezuela, nas margens do rio Cuyuni e a oeste do rio Essequibo.²³¹

A Comissão de Geologia e Minas da Guiana (GGMC), que administra as concessões de mineração no país, emite três tipos de concessão, categorizadas por escala: pequena (11 hectares), média (61 a 486 hectares) e grande (202 a 5.180 hectares).²³²

Embora tenha uma posição dita “verde” em relação à conservação da Amazônia, a mineração no país está em constante expansão e é responsável por quase 90% da perda florestal.

Minério na Região Amazônica da Guiana



As licenças de mineração de ouro na Guiana são baratas, renovadas automaticamente e concentradas em um pequeno número de pessoas.²³³ Em muitos casos, propriedades licenciadas são arrendadas para mineradores de pequeno e médio porte por uma taxa de aproximadamente 10% do ouro extraído.²³⁴ “As grandes empresas de mineração não operam sozinhas, elas sublocam suas concessões para pequenos mineradores”, disse Trevor Benn, ex-comissário de terras e pesquisas da Guiana.²³⁵

No entanto, isso implica danos ambientais que vão além do desmatamento. A mineração de pequena escala faz uso de mercúrio para extrair ouro, aumentando a contaminação.²³⁶ Essas operações também podem se sobrepor aos territórios ameríndios, criando tensões e conflito entre as comunidades locais e os mineradores.²³⁷ Algumas comunidades ameríndias afetadas pelas operações de mineração estão localizadas em Port Kaituna, Mathews Ridge, Arakaka, Mabaruma – todas no norte da Região Um – e outras comunidades espalhadas pela Região Nove, ao sul, e Regiões Quatro, Sete e Oito, no norte.²³⁸

O ouro é extraído principalmente por mineradores guianenses e “garimpeiros” brasileiros que trabalham perto das fronteiras venezuelana e brasileira. Eles usam escavadeiras para abrir terrenos nas margens dos rios e realizar atividades de dragagem,²³⁹ bem como cavam túneis para extrair ouro, fugindo do local quando as autoridades se aproximam. Em outubro de 2020, a polícia fechou três túneis na bacia do Rio Novo, na região de Rupununi Sul, no sul do país. Não foram encontrados ouro nem pessoas no local.²⁴⁰

O ouro da Guiana é comercializado através de uma empresa estatal chamada Guiana Gold Board (GGB). O GGB tem cerca de 12 agentes licenciados, autorizados por lei a comprar, vender e exportar ouro.²⁴¹ Esses intermediários transportam e refinam o minério.²⁴² Em seguida, o ouro chega aos mercados internacionais, sobretudo Canadá, Emirados Árabes Unidos, Bélgica, Suíça e Estados Unidos.²⁴³

Monitorar as operações de mineração em busca de irregularidades na Guiana é um desafio devido à ausência do Estado. Janette Bulkan e John Palmer, autores de vários artigos sobre mineração e latifúndios na Guiana, afirmaram que 9 mil minas em todo o país são monitoradas por cerca de 11 inspetores que trabalham para a autoridade de mineração da Guiana.²⁴⁴ Enquanto isso, soldados destacados para atuarem na floresta preferem não se envolver, evitando conflitos com os criminosos venezuelanos que operam na região, segundo o International Crisis Group.²⁴⁵

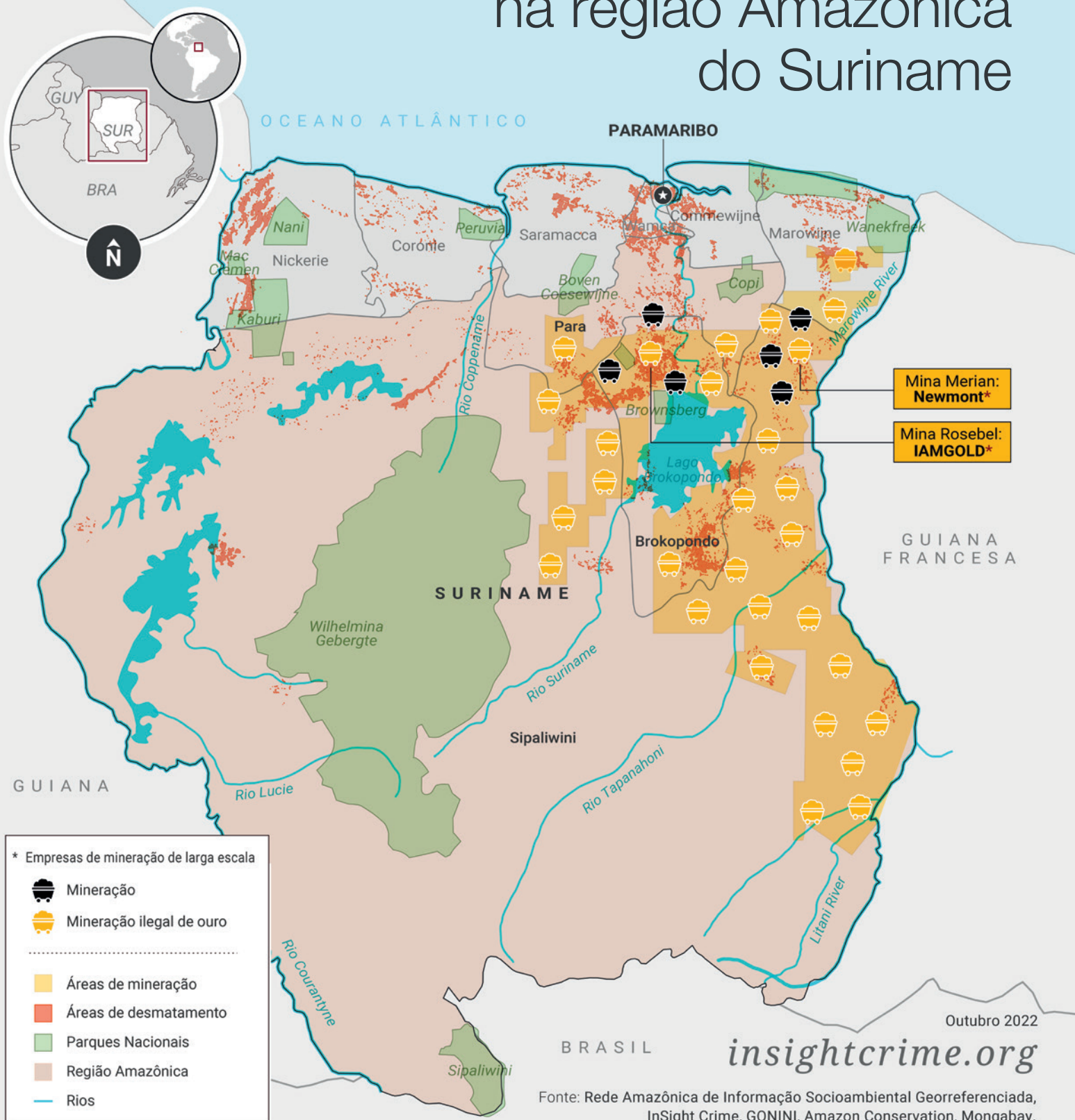
Suriname

Assim como na Guiana, suspeita-se que o ouro venezuelano também esteja transitando pelo Suriname. De modo similar, a Amazônia do Suriname também é marcada pela mineração legal e ilegal. O ouro é um produto de exportação legal essencial para o país. O minério foi responsável por 2,04 bilhões dos 2,6 bilhões de dólares do total de exportações do Suriname em 2019²⁴⁶ e a importância do ouro para a economia nacional aumentou desde o início da pandemia.²⁴⁷

A mineração em pequena escala no Suriname quase sempre ocorre sem permissão. Em 2009, apenas 115 das dezenas de milhares de mineradores operando em pequena escala conduziam suas atividades legalmente no país, mediante concessão.²⁴⁸ Obter uma concessão de mineração é muito difícil para os mineradores de pequena escala sem conexões políticas.²⁴⁹ A mineração artesanal e de pequena escala concentra-se principalmente ao longo do cinturão de rochas verdes do Suriname, na fronteira do país com a Guiana Francesa. Nessa região, minas ilegais foram detectadas na aldeia fronteiriça de Benzdorp e no resort (município) de Langatabiki, na fronteira Suriname-Guiana Francesa.²⁵⁰ Mineiros operando ilegalmente também trabalham nos campos ao redor de Nieuw Koffiekamp,²⁵¹ uma vila na margem nordeste do reservatório de Brokopondo.²⁵²

O ouro é um produto de exportação legal essencial para o país. Sua importância para a economia nacional aumentou desde o início da pandemia.

Mineração legal e ilegal na região Amazônica do Suriname



Mais ao norte, no distrito de Brokopondo, a população quilombola de Klaaskreek – descendentes de africanos que fugiram das plantações coloniais holandesas de trabalho forçado no Suriname e estabeleceram comunidades independentes nas florestas tropicais do interior – também participa de atividades de mineração ilegal. Isto ocorre apesar do território abrigar uma área de mineração concedida à empresa IAMGOLD.²⁵³

A área de mineração de Kriki Negi é uma área de extração a noroeste do reservatório de Brokopondo.²⁵⁴ Incursões de mineiros também foram relatadas no Parque Natural de Brownsberg²⁵⁵ que também extraem ouro do rio Marowijne e do lago Afobaka, ao longo do cinturão.²⁵⁶ Confrontos entre mineiros locais e de outras regiões ou países já ocorreram em várias dessas áreas.²⁵⁷

A mineração de ouro também ocorre em áreas protegidas, como o Parque Natural de Brownsberg, que abrange cerca de 12 mil hectares no nordeste do reservatório de Brokopondo.²⁵⁸ A Fundação para a Conservação da Natureza do Suriname (STINASU) tentou repetidamente remover os mineiros dessa reserva.²⁵⁹ Em 1999, os mesmos processaram a fundação exigindo a recuperação dos equipamentos confiscados.²⁶⁰ Depois disso, o governo tentou trabalhar com os mineiros sob a condição de que armas e mercúrio não fossem usados e que não ocorresse caça furtiva. No entanto, essas medidas têm sido ineficazes devido à falta de fiscalização.²⁶¹

A maior parte do ouro é extraída dessas zonas com o uso de jatos d'água de alta pressão que desalojam rochas e movem sedimentos.²⁶² Para operações subterrâneas, os trabalhadores cavam buracos com cerca de dois metros de profundidade. Árvores e outras vegetações são removidas da área. Depois disso, seringas de alta pressão removem camadas de areia e argila, até que uma camada de ouro seja alcançada.²⁶³ A lama é bombeada através de uma mangueira de sucção para uma espécie de esteira (*sluice*

box), onde são capturadas partículas de ouro e outros minérios.²⁶⁴ Dias ou semanas depois, a esteira é “enxaguada” com mercúrio, que se liga ao ouro e o separa de outros minérios.²⁶⁵ Finalmente, o mercúrio é separado do ouro à medida que a amálgama é aquecida.²⁶⁶

O ouro é então transportado, processado e lavado.²⁶⁷ Às vezes, o metal é vendido no próprio local de mineração para ser transportado por terceiros e exportado. Isso geralmente ocorre na orla da cidade de Albina, ao leste.²⁶⁸ De modo mais frequente, o ouro é transportado para a capital do país, Paramaribo.²⁶⁹ No caminho, as cargas são raramente fiscalizadas.²⁷⁰ Nos casos eventuais em que documentos são solicitados, a prática do suborno é comum.²⁷¹

Uma vez em Paramaribo, não é necessário apresentar nenhuma documentação.²⁷² Os compradores de ouro licenciados pagam aos mineiros ou terceiros em euros ou dólares.²⁷³ Esses compradores vendem o metal para ourives ou exportadores domésticos. A maior parte do ouro é enviada à Suíça. Outros destinos frequentes são os Emirados Árabes Unidos e a Bélgica. Nos últimos anos, os Emirados Árabes Unidos aumentaram suas compras de ouro a um ritmo mais rápido do que os países europeus.²⁷⁴

É importante observar que nem todo ouro contrabandeado do Suriname é extraído no país. O ouro da Guiana Francesa é transferido para o Suriname através da fronteira porosa de 570 quilômetros compartilhada pelos dois países.²⁷⁵ O ouro também é contrabandeado da vizinha Guiana através do rio Lawa, na fronteira, ou de avião.²⁷⁶ Lojas de ouro em Paramaribo compram diretamente de comerciantes na Venezuela.²⁷⁷

Um negócio sujo: como redes criminosas e grupos armados impulsionam a mineração ilegal

Uma série de atores promove as operações de mineração de ouro nos países analisados neste estudo. Com frequência, aqueles que mais lucram com o ouro ilegal nunca visitam os locais de mineração. Em vez disso, eles contam com conexões e contatos que ocupam posições de poder, com a corrupção de servidores e com trabalhadores sem fontes alternativas de renda. Os atores envolvidos na atividade se enquadram em três grandes categorias: organizações criminosas, grupos armados e mão de obra barata.

As redes criminosas necessitam de um amplo alcance geográfico para alimentar os mercados internacionais. Seus líderes e patrocinadores podem estar longe dos locais de mineração ilegal.

Organizações criminosas

Alguns dos principais atores que impulsionam a mineração ilegal nos países deste estudo são empresários criminosos ou líderes de redes criminosas. A lista de atores inclui também elites políticas e econômicas com capacidade financeira para comprar maquinário de alto custo. Essas elites costumam ter contato com grupos armados que operam em centros de mineração.²⁷⁸ Esses empreendedores dirigem e iniciam as operações. Contratam trabalhadores e agentes locais e supervisionam o estabelecimento de novas minas.

Essas redes contam com a atuação de empresários criminosos intermediários para movimentar o ouro e encobrir as origens ilícitas. Quanto mais o metal mudar de mãos, melhor.²⁷⁹ Os intermediários que atuam junto a redes criminosas lubrificam as rodas dessa cadeia produtiva. Eles compram e vendem ouro ilegal e também podem trabalhar na comercialização legal. Na Guiana, intermediários vendem barras de ouro refinadas para comerciantes que não questionam a origem do metal.²⁸⁰ De modo similar, comerciantes de Paramaribo, no Suriname, compram ouro sem questionamentos.²⁸¹

Essas redes necessitam de um amplo alcance geográfico para alimentar os mercados internacionais. Seus líderes e patrocinadores podem estar longe dos locais de mineração ilegal. No Suriname, os comerciantes de ouro chineses que trabalham na capital do país também enviam grande parte do ouro que compram de volta à China.²⁸²

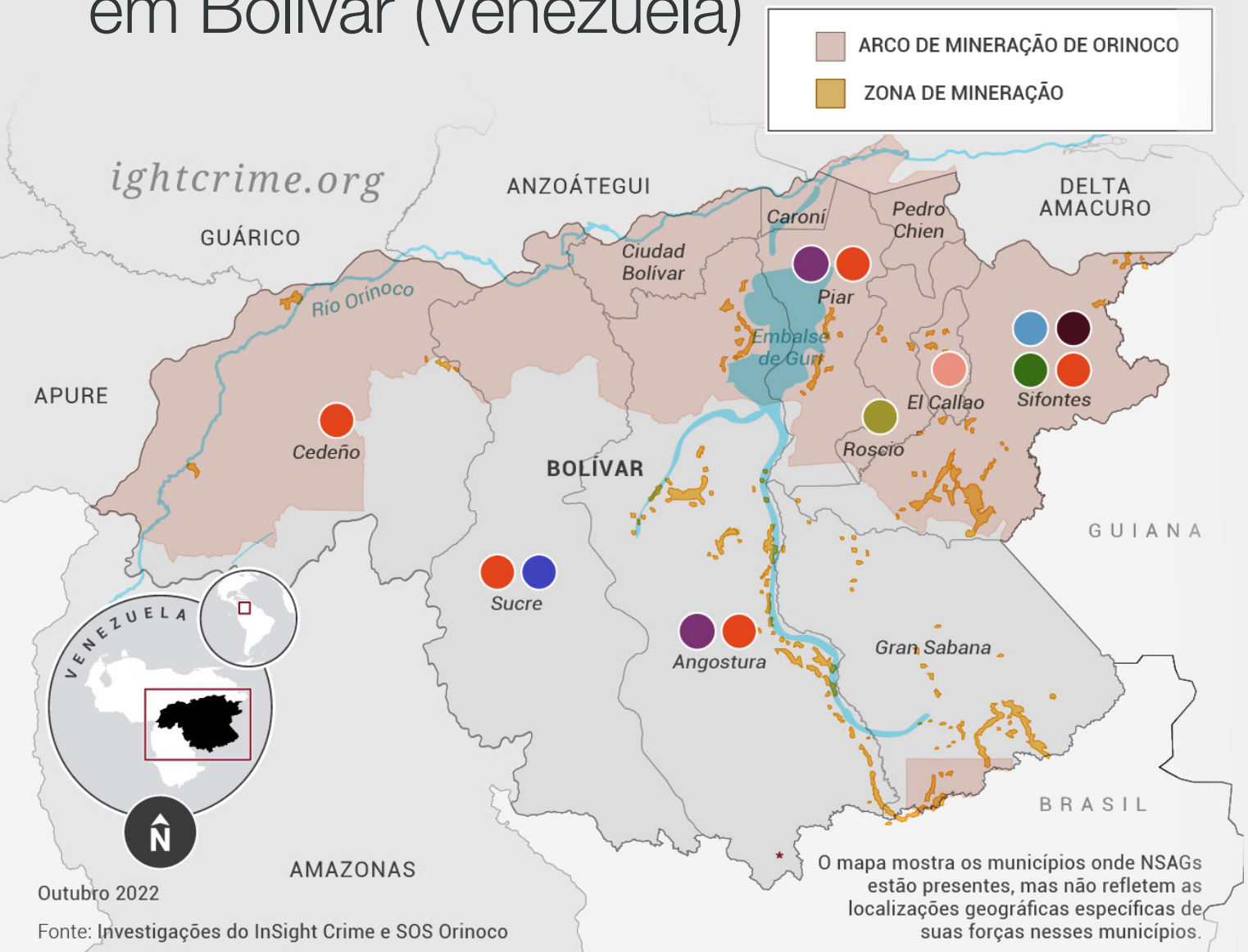
Os “exportadores” vinculados a mercados estrangeiros também são atores ativos no processo. No Suriname, exportadores fazem acordos com joalheiros e comerciantes de ouro em Dubai, na Europa e nos Estados Unidos, segundo relatório do WWF.²⁸³ Antes do embarque, os exportadores devem apresentar suas licenças e registrar o valor a ser transportado na Comissão de Moedas do país. Embora os exportadores sejam legalmente obrigados a comprar ouro do Banco Central para enviá-lo ao exterior, na prática isso não acontece.²⁸⁴

É interessante notar que as intermediárias mulheres, vinculadas indiretamente a essas redes, desempenham um importante papel no comércio após a extração do ouro. Segundo Kuntala Lahiri-Dutt, pesquisadora da Universidade Nacional da Austrália, as mulheres surinamenses no setor de mineração são tradicionalmente associadas a tarefas como transporte e processamento, possibilitando que os homens sigam trabalhando na extração.²⁸⁵

Grupos armados não estatais

Na Venezuela, os grupos armados controlam os locais de mineração e as rotas de ouro e costumam estar envolvidos na fase de extração. Com frequência, cobram taxas de extorsão dos mineiros que operam em pequena escala, com a conivência de políticos e autoridades corruptas. Os grupos armados também podem ser pagos em dinheiro ou ouro para cuidar de minas pertencentes a grandes redes criminosas.²⁸⁶ Alguns grupos armados administram minas por conta própria; por exemplo, grupos armados deixaram de extorquir mineiros na região amazônica da Venezuela para exercer controle direto sobre minas ilegais.

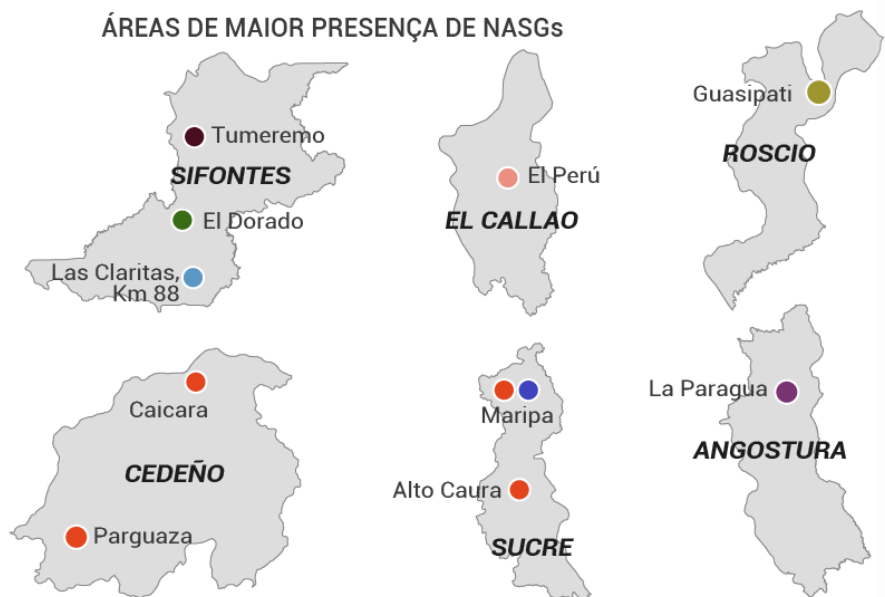
Mineração ilegal e criminalidade em Bolívar (Venezuela)



PRESENÇA DE NSAGs NOS MUNICÍPIOS

- Megabanda de Johan Petrica
- Sindicato de El Perú
- Tren de Guayana
- ELN / Grupos Guerrilleros Independientes
- Banda de El Negro Fabio
- Organización 3R
- Banda de El Ciego
- Disidencias de las FARC

ÁREAS DE MAIOR PRESENÇA DE NASGs



As gangues venezuelanas dedicadas à mineração ilegal – conhecidas como sindicatos ou megagangues (*megabandas*, em espanhol) – há muito lucram com esta atividade ilícita. Embora alguns desses grupos, incluindo a megagangue de Johan Petrica e o sindicato de El Perú, estejam envolvidos em outras atividades ilegais, como o microtráfico de drogas, sua principal fonte de renda é a mineração ilegal.²⁸⁷ Esses grupos têm geralmente mais de 100 membros. No estado de Bolívar, gangues extorquem mineiros artesanais bem como supervisionam operações de mineração.²⁸⁸ Alianças entre políticos locais e esses grupos em Bolívar também foram identificadas.²⁸⁹

A *megabanda* de Johan Petrica – gangue liderada por Yohan José Romero, vulgo Johan Petrica – opera nas minas de Las Claritas, no município de Sifontes, em Bolívar. Como outras gangues locais, seu *modus operandi* gira em torno da organização e “tributação” da extração ilegal, do processamento e do tráfico de ouro.²⁹⁰ O grupo Tren de Guayana também opera no estado. Anteriormente, o grupo usava contatos políticos para entrar na mineração ilegal, por vezes controlando minas nos municípios de Roscio e El Callao, no leste de Bolívar. O *modus operandi* do grupo é “tributar” a extração e o processamento informal de ouro. Hoje, o grupo perdeu a proteção política. No entanto, ainda usa a corrupção a seu favor, fazendo com que membros de alto escalão escapem da prisão.²⁹¹ Já o sindicato El Perú – um grupo armado baseado nas minas de El Perú, no município de El Callao, em Bolívar – opera de forma diferente. Como outras gangues locais, seu *modus operandi* gira em torno da organização e “tributação” da extração e do processamento ilegal do ouro. No entanto, é a única quadrilha de mineração em Bolívar que opera sem qualquer tipo de apoio governamental.²⁹²

Desde 2016, vários outros grupos armados se envolveram com a mineração na Amazônia venezuelana. Minas pertencentes ao regime de Maduro são supervisionadas por grupos armados na região. Em outros casos, são controladas pelos próprios grupos armados.²⁹³ A Frente Acácio Medina, um

grupo armado formado por dissidentes das FARC liderados por Miguel Díaz Sanmartín, conhecido como “Julian Chollo”, está presente no estado venezuelano do Amazonas. Julian Chollo supervisiona a mineração ilegal no município de San Fernando de Atabapo, que fica na tríplice fronteira de Colômbia, Brasil e Venezuela.²⁹⁴ A Frente ELN de José Daniel Pérez Carrero, liderada por Wilmer Albeiro Galindo, vulgo “Alex Bonito”, também está cada vez mais envolvida na atividade desde 2016.²⁹⁵

Grupos armados venezuelanos também migraram para a mineração ilegal na Guiana. Em troca de proteção, estes grupos cobram dos mineiros que trabalham nas fronteiras entre Venezuela e Guiana.²⁹⁶ Os barcos que transportam suprimentos para as minas da Guiana devem passar por postos de controle controlados pelo ELN, grupos criminosos e forças de segurança venezuelanas. Ao longo do trajeto, ocorrem extorsões à mão armada, o que faz com que mineiros da Guiana conduzam suas operações à sombra desses grupos armados.²⁹⁷

Empresas legais

Várias empresas de exportação de minérios foram acusadas de comercializar ouro venezuelano ilegal. A El Dorado Trading é uma das principais exportadoras de ouro licenciadas da Guiana.²⁹⁸ A empresa vende ouro para refinarias internacionais no Canadá e na Suíça.²⁹⁹ No final de 2020, o Conselho do Ouro da Guiana (GGB) investigou alegações de que a El Dorado comprava ouro de grupos criminosos venezuelanos.³⁰⁰ A empresa negou as acusações.³⁰¹ No entanto, a Royal Canadian Mint (RCM) anunciou que deixaria de comprar ouro da El Dorado por tempo indeterminado.³⁰²

De modo similar, refinarias internacionais de alto nível e outras empresas “legais”, como empresas de transporte, foram pegas comprando ouro venezuelano. Conforme reportado pelo InSight Crime em junho de 2021, o proprietário da empresa de

transportes Transvalue, no sul da Flórida, foi acusado de “facilitar uma operação de contrabando ilícito de ouro transnacional de 140 milhões de dólares”.³⁰³ Um depoimento sugeria que o ouro provavelmente estava sendo “extraído ilegalmente e contrabandeado para fora da Venezuela”.³⁰⁴ Na chegada aos Estados Unidos, a Transvalue transferia o ouro para uma refinaria da Flórida pertencente à NTR Metals, subsidiária da Elemetal, com sede em Miami, uma das maiores empresas de comércio de ouro dos Estados Unidos.³⁰⁵ O ouro era comprado com dinheiro “limpo” por associados que ganhavam comissões ao adquirir o produto ilícito para a NTR Metals, segundo o Departamento de Justiça dos Estados Unidos.³⁰⁶

Em paralelo, algumas refinarias dos países investigados neste estudo foram acusadas de lavar dinheiro e ouro. Isso ficou mais evidente no caso da Kaloti Suriname Mint House (KSMH), apoiada pelo governo do Suriname, que enfrenta acusações de lavagem de dinheiro e compra de ouro de áreas de conflito há anos.³⁰⁷

A KSMH é uma joint venture entre o Kaloti Jewelry Group, de Dubai, o governo do Suriname e comerciantes de ouro surinamenses. Segundo servidores do governo, a KSMH foi fundada em 2014 para refinar todo o ouro que o Suriname exporta e que impulsiona a indústria de ouro do país.³⁰⁸ A empresa também procurou estender os serviços a outros países da região.³⁰⁹ O ex-presidente Desi Bouterse juntou-se ao presidente da Kaloti, Munir Kaloti, em um comunicado à imprensa afirmando que a KSMH transformaria o Suriname em um “centro de excelência para a indústria de ouro e de metais preciosos da região”.³¹⁰ Conforme investigação do *think tank* de segurança Center for a Secure Free Society, Bouterse seguiu dando apoio à refinaria durante seu mandato.³¹¹

Depois de estabelecer operações em 2015, a KSMH foi rotulada como um “risco” por misturar receitas oriundas do comércio de ouro e drogas.³¹² Em um relatório de 2017 do Center for a Secure and Free Society, a refinaria foi rotulada como “projeto fictício”.³¹³ Após entrevistas com negociantes de ouro e visita ao próprio local, a organização “confirmou que não havia refinaria e nenhum refino de ouro ocorrendo na KSMH”.³¹⁴ Com isso, o governo poderia certificar as exportações de qualquer quantidade de ouro, real ou fictícia, “de uma refinaria que existe apenas no papel”, segundo o relatório.³¹⁵ Ainda segundo a investigação, por um determinado preço, grupos de crime organizado transnacional poderiam usar a certificação estatal “para lavar quantias quase ilimitadas de dinheiro como se fosse ouro”.³¹⁶ O consultor de segurança Douglas Farah acrescentou que a refinaria supostamente certificou exportações inexistentes bem como ouro proveniente da Venezuela como originário do Suriname.³¹⁷ O governo do Suriname uniu-se a Kaloti para negar essas acusações.³¹⁸ Vários especialistas e jornalistas consultados pelo InSight Crime, que acompanham de perto o setor de mineração no Suriname, mas preferiram o anonimato, afirmaram que a KSMH provavelmente está envolvida na lavagem de ouro.³¹⁹ Investigações anteriores sobre a KSMH corroboram essas afirmações.

Um relatório de 2020 do jornalista e criminologista Bram Ebus chegou a algumas conclusões interessantes.³²⁰ Ebus escreveu que o “governo do Suriname falhou em promover as importações de ouro de seus vizinhos e o projeto ainda não deu lucro”.³²¹ De acordo com o diretor administrativo da refinaria, Ryan Tjon, a KSMH processou entre 15 mil e 20 mil quilos de ouro em 2019.³²² Tjon admitiu que o tráfico de ouro é um problema, mas disse a Bram Ebus que “não cabe a nós, agência, investigar de onde o ouro realmente vem. Não somos policiais”.³²³ Tjon concluiu que, se um exportador disser que o ouro é do Suriname, a KSMH aceita a alegação.³²⁴

Em 2021, um jornalista do Suriname visitou a KSMH e descreveu o local como um “gabinete de governo abandonado”, com um estacionamento vazio e persianas fechadas. Três soldados em uma torre supostamente vigiam o prédio de forma permanente. Um deles disse ao jornalista que nunca havia entrado no prédio e não sabia o que acontecia lá dentro. No entanto, confirmou que o local ainda pertence a Kaloti.³²⁵ Hoje, carros entram e saem todos os dias, mas as janelas nunca abrem nem há luz, segundo um morador da região.³²⁶ O sucessor de Bouterse, o presidente Chan Santokhi, ordenou uma investigação sobre o papel da refinaria no Suriname.³²⁷

Mão de obra barata

Pessoas das comunidades locais ou migrantes em busca de oportunidades econômicas geralmente são contratados para trabalhar na extração de minérios na Amazônia. Eles estão na base da cadeia, recebendo a menor remuneração pela atividade. Esses mineiros vivem em acampamentos improvisados e trabalham em condições perigosas. Podem extrair ouro, coltan ou cobre sob a vigilância de grupos armados ou membros de redes criminosas. Embora possam agir ilegalmente, os trabalhadores dificilmente podem ser classificados como criminosos.

Em países como a Venezuela, migrantes de outras regiões ou países invadem territórios protegidos para trabalhar em locais de extração ilegal. Garimpeiros brasileiros também migraram pela Amazônia em busca de ouro. A maioria dos mineiros no Suriname são migrantes brasileiros que enviam para casa parte da remuneração obtida na exploração do ouro.³²⁸ Migrantes chineses e brasileiros também trabalham na Guiana e no Suriname.³²⁹

Acredita-se que o investimento chinês no setor de mineração de ouro da Guiana tenha trazido consigo exploração privada de pequena escala operando em vários níveis de legalidade.³³⁰ Enquanto isso, a comunidade de imigrantes

chineses do Suriname é amplamente ignorada pela polícia, apesar do suposto envolvimento de alguns indivíduos na mineração ilegal.³³¹ Segundo Evan Ellis, especialista em grupos criminosos chineses na América Latina, “o nível de penetração da SDF [Força de Defesa do Suriname] e da polícia do Suriname é praticamente zero nas comunidades chinesas”.³³² Esses atores supostamente operam perto de áreas de mineração de ouro no interior do Suriname, como a cidade fronteira de Albina, ao leste.³³³

Locais ou imigrantes, os trabalhadores da mineração costumam viver e trabalhar em condições perigosas e difíceis. Em muitos casos, trabalham sob a vigilância de grupos armados. Lá, indígenas e migrantes sazonais de outros estados extraem ouro para sobreviver.³³⁴ Diante da atual crise sociopolítica e econômica do país, muitos não têm escolha a não ser operar com o aval destes grupos, chamados de “sindicatos”.³³⁵ No entanto, eles vivem sob risco constante. Se roubarem, suas mãos podem ser cortadas.³³⁶ Massacres também atingiram mineiros na região amazônica do país.³³⁷

O TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES NA BACIA AMAZÔNICA

VENEZUELA

GUIANA

SURINAME

EQUADOR

BACIA AMAZÔNICA

BOLÍVIA



O TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES NA BACIA AMAZÔNICA

A Floresta Amazônica é uma das regiões com maior biodiversidade do mundo.³³⁸ A Bolívia é considerada um “país megadiverso”. Estima-se que o país possua mais de 48 mil espécies de animais.³³⁹ A Venezuela está entre os dez países mais biodiversos do mundo.³⁴⁰ Da mesma forma, o Equador também é considerado um *hotspot* de biodiversidade.³⁴¹

Devido a esse contexto, a região se tornou um centro de tráfico de animais silvestres. Atualmente, a crescente demanda por animais e suas partes ameaça centenas de milhares de pássaros, répteis e mamíferos.³⁴²

Aves – incluindo papagaios, araras e pássaros canoros – são as mais traficadas.³⁴³ Suas cores exuberantes e inteligência são alvo de redes criminosas dispostas a capturá-las. Em grande medida, isso se dá para alimentar a alta demanda do comércio ilegal de animais de estimação.³⁴⁴ Há também aves que são mortas para que partes de seus corpos sejam comercializadas.³⁴⁵

Répteis, incluindo iguanas verdes e cobras, também são visados para o comércio de animais de estimação.³⁴⁶ Já os jacarés são caçados por suas peles.³⁴⁷ Cascos de tartaruga são traficados para serem vendidos como decoração nos mercados asiáticos, enquanto os ovos de tartaruga são consumidos como iguarias.³⁴⁸ Onças são mortas para obtenção de peles e garras.³⁴⁹ Partes de seus corpos são misturadas em uma pasta usada na medicina tradicional chinesa.³⁵⁰

As etapas do tráfico de animais silvestres

Assim como na Colômbia e no Peru, o tráfico de animais silvestres nos países deste estudo se dá ao longo de três fases principais em toda a região: extração, transporte/ transformação (lavagem) e comercialização.

Inicialmente, membros de comunidades locais são contratados por redes criminosas para capturar ou matar espécies com demanda de mercado.³⁵¹ Na Bolívia, onças, araras e jacarés são alguns dos alvos³⁵² e na Amazônia venezuelana, capturam-se araras vermelhas e verdes, papagaios-de-ombros-amarelos e papagaios-campeiros.³⁵³ Já no Equador, tartarugas, papagaios e macacos são capturados e, na Guiana e no Suriname, pássaros canoros são capturados e onças são mortas.³⁵⁴

Aves canoras (que possuem um canto harmonioso) como o towa-towa são uma das espécies mais visadas e com demanda de mercado interno e internacional.³⁵⁵ Assim como em outros países amazônicos, os pássaros canoros da Guiana são requisitados para competições. Essas competições irregulares ocorrem em Georgetown, onde o cativeiro e o tráfico dessas espécies são pouco monitorados.³⁵⁶

Espécies de araras também são alvo prioritário dos traficantes. Nos mercados legal e ilegal, os preços das araras variam conforme a cor dos animais. Nas operações legais, as araras verdes são vendidas por um valor que varia entre 200 e 250 dólares; araras azuis variam entre 275 e 300 dólares; e araras vermelhas custam 400 dólares.³⁵⁷ No mercado ilegal, os

valores dobram. Os traficantes podem vender araras vermelhas por quase 1.400 dólares e araras azuis por 700 dólares.³⁵⁸

Mortos ou vivos, os animais e suas partes são transportados para a comercialização. Segundo o WWF, “as fronteiras remotas entre os países amazônicos são locais ideais para os traficantes exportarem animais silvestres”.³⁵⁹ As aves canoras são frequentemente transportadas da Guiana para a capital do Suriname, Paramaribo.³⁶⁰ Já as aves tropicais capturadas na Amazônia equatoriana são transportadas para o Peru e a Colômbia em pequenos veículos que raramente são fiscalizados pelas autoridades.³⁶¹

Espécies marinhas e répteis são transportados principalmente por frete aéreo para a venda internacional.³⁶² Aves dos países investigados neste estudo costumam ser contrabandeadas vivas em bagagens despachadas.³⁶³ Criaturas menores são frequentemente traficadas usando métodos rudimentares. São escondidas dentro de rolos de papel higiênico, bobes para cabelo, meias e roupas íntimas.³⁶⁴

Antes, depois ou durante o transporte, os animais capturados ilegalmente e suas partes são “lavados” por meio de criadouros e documentação falsificada.³⁶⁵ Após o verniz de legalidade, os animais podem ser vendidos.

Mamíferos, aves e espécies marinhas da região amazônica que chegam a Caracas, capital da Venezuela, seguem viagem para França, Porto Rico, Guiana, Brasil, Espanha, Áustria, Alemanha e Itália.³⁶⁶ As aves que saem da Venezuela também são transportadas a pontos intermediários como a ilha caribenha de Trinidad e Tobago.³⁶⁷

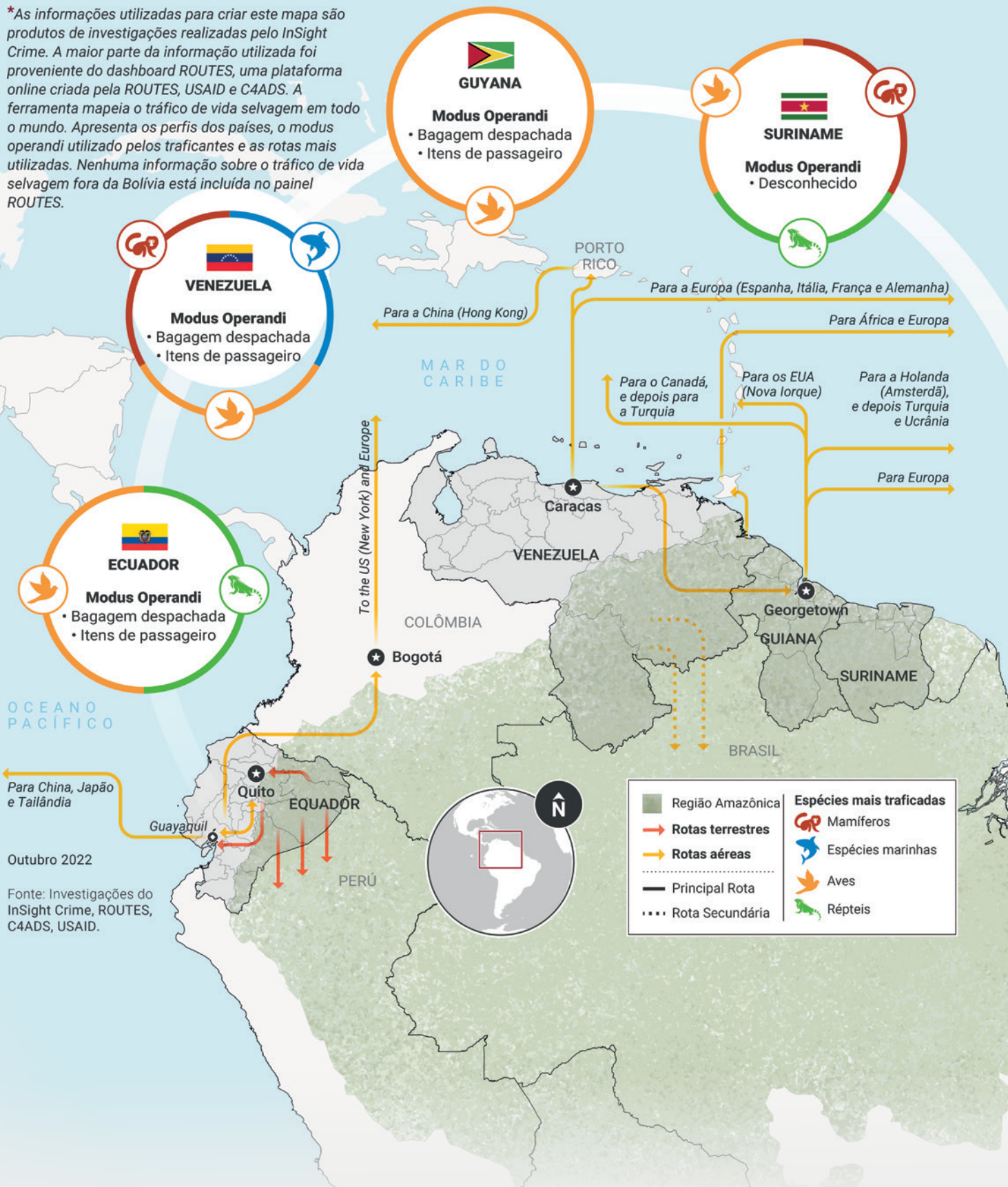
Os animais silvestres traficados na Guiana são enviados para diversos países. Aves canoras e outras aves exóticas foram encontradas em aduanas dos Estados Unidos e do Canadá e partindo da Guiana para o Japão.³⁶⁸ Em paralelo, partes de onças e tartarugas provenientes de toda a região chegam à Ásia.³⁶⁹

Antes, depois ou durante o transporte, os animais capturados ilegalmente e suas partes são “lavados” por meio de criadouros e documentação falsificada. Após o verniz de legalidade, os animais podem ser vendidos.

Espécies de animais silvestres mais traficadas na Amazônia: Rotas e Métodos

insightcrime.org

*As informações utilizadas para criar este mapa são produtos de investigações realizadas pelo InSight Crime. A maior parte da informação utilizada foi proveniente do dashboard ROUTES, uma plataforma online criada pela ROUTES, USAID e C4ADS. A ferramenta mapeia o tráfico de vida selvagem em todo o mundo. Apresenta os perfis dos países, o modus operandi utilizado pelos traficantes e as rotas mais utilizadas. Nenhuma informação sobre o tráfico de vida selvagem fora da Bolívia está incluída no painel ROUTES.



No mercado internacional, em particular, os animais são vendidos a preços altos. Araras capturadas na região amazônica do Equador são vendidas por valores entre 1 mil e 5 mil dólares nos mercados internacionais.³⁷⁰

Os animais também são vendidos internamente em praças, mercados urbanos, lojas de animais e parques em toda a Amazônia, segundo Julia Salvador, da Wildlife Conservation Society (WCS) Equador.³⁷¹

Aves tropicais capturadas na Amazônia equatoriana são vendidas em *pet shops* de centros urbanos.³⁷² Periquitos de máscara vermelha são vendidos ilegalmente em lojas da fronteira com o Peru.³⁷³ No Suriname e na Guiana, as aves que permanecem no país são comercializadas em mercados abertos.³⁷⁴ As redes sociais facilitam essas transações, explicou Salvador.³⁷⁵

Atores que capturam animais silvestres na Amazônia

Embora o tráfico de animais silvestres seja frequentemente considerado um “crime desorganizado” nos países que integram este estudo, há vários atores envolvidos nesse tipo de comercialização. Organizações criminosas, atores legais e mão de obra barata integram essa cadeia.

Organizações criminosas

Organizações criminosas coordenam e financiam o tráfico de animais silvestres nos países analisados no estudo. Elas contam com o apoio de intermediários para obter, transportar, lavar e vender animais e suas partes.

Intermediários conectam as forças de trabalho locais com organizações que lidam com o comércio ilegal de animais silvestres da Amazônia. Esses intermediários vinculados a redes regionais e internacionais viajam por comunidades em busca de espécies com demanda de mercado. Redes e empresários criminosos focados no tráfico de aves na Amazônia equatoriana empregam intermediários para rastrear espécies valiosas de aves exóticas, que são enviadas para a Colômbia e o Peru.³⁷⁶

Julia Salvador, da WCS Equador, explica que os corretores costumam entrar em contato com membros de comunidades indígenas de toda a Amazônia para comprar animais a um preço extremamente baixo.³⁷⁷ Eles então os vendem para exportadores por um preço significativamente mais alto, segundo Salvador.³⁷⁸

Atores legais

Atores legais – incluindo criadouros e zoológicos – também facilitam o tráfico de animais silvestres nos países que integram este estudo. Essas instituições encobrem a origem dos animais capturados ilegalmente. Em muitos casos, certificados forjados de que os animais nasceram em cativeiro permitem que eles sejam exportados.³⁷⁹

Esses atores podem manter vínculos diretos ou indiretos com redes e empresários criminosos. No Equador, algumas redes trabalham por meio de intermediários para vender espécies retiradas da Amazônia em *pet shops* de cidades como Guayaquil.³⁸⁰ Aves exóticas presas na Guiana e no Suriname também são vendidas em lojas de animais ou em mercados urbanos.³⁸¹

Os criadouros também podem ter vínculos com o tráfico de animais silvestres. Embora essas organizações tenham sido aclamadas por seu papel no repovoamento de habitats com animais silvestres ameaçados, algumas são acusadas de corrupção. Comerciantes de répteis na Guiana e no Suriname usam documentação falsificada para traficar peles dos animais.³⁸² A documentação não declara corretamente quais espécies são comercializadas e quantos répteis estão em posse dos vendedores.³⁸³

Mão de obra barata

Na maioria dos casos, há emprego de força de trabalho para buscar os animais em seus habitats naturais. Estamos falando de “caçadores furtivos” e “apanhadores”, em geral, moradores das comunidades que vivem perto dos habitats naturais de tartarugas de rio, papagaios, onças, macacos e outros animais valorizados.³⁸⁴ Eles são contatados por intermediários – muitas vezes, trabalhando em nome de organizações criminosas – para capturar ou matar animais silvestres.³⁸⁵

Os caçadores e apanhadores estão familiarizados com os habitats, rastreamento e técnicas de captura.³⁸⁶ Eles costumam se envolver nesse tipo de comércio ilegal devido à falta de alternativas econômicas. “Os habitantes das aldeias com poucas oportunidades de renda podem recorrer ao tráfico de animais silvestres como meio de sobrevivência”, revelou a pesquisadora de onças Vanessa Kadosoe.³⁸⁷ Julia Salvador, da WCS Equador, concorda.³⁸⁸

Pecuaristas, mineiros, madeireiros e agricultores de toda a região caçam e vendem a fauna para complementarem suas rendas. Eles agem de forma oportunista, sem um comprador formal alinhado, sabendo que sempre poderão vender para alguém os animais com demanda de mercado.³⁸⁹

No entanto, caçadores furtivos e apanhadores recebem baixa remuneração por seus esforços, permanecendo na base da cadeia. Em 2016, Karen Noboa, funcionária da Unidade de Animais Silvestres da Agência Nacional de Biodiversidade do Equador, revelou que, após ser retirado da região amazônica do país e chegar ao seu destino internacional, o animal pode ser comercializado por um preço dez ou 20 vezes maior do que o pago a quem fez a captura.³⁹⁰

Embora o tráfico de animais silvestres seja frequentemente considerado um “crime desorganizado” nos países que integram este estudo, há vários atores envolvidos nesse tipo de comercialização.

A CORRUPÇÃO NA RAIZ DO CRIME AMBIENTAL NA AMAZÔNIA



A CORRUPÇÃO NA RAIZ DO CRIME AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

A corrupção azeita as engrenagens do crime ambiental em todos os países que integram o estudo: as organizações criminosas são sustentadas por atores legais (forças de segurança, reguladores, autoridades e empresas legalmente registradas) que facilitam a apropriação de terras, a extração ilegal de madeira, a mineração ilegal e o tráfico de animais silvestres.

Corrupção na base

Isso geralmente ocorre na base das atividades, por meio do pagamento de subornos a autoridades corruptas.

No Equador, policiais e soldados são conhecidos por permitir o transporte de madeira de origem ilegal mediante suborno dos transportadores, segundo a jornalista Milagros Aguirre Andrade.³⁹¹ Dois especialistas em crimes ambientais, falando anonimamente, explicaram que “através dos portos oficiais e não oficiais na fronteira [Equador-Peru], tudo flui”, incluindo madeira ilegal.³⁹²

Na Guiana, a polícia supostamente recebe subornos para fechar os olhos diante da mineração ilegal. Segundo Samuel Sittlington, ex-assessor da Unidade Especial de Crime Organizado da Guiana, policiais corruptos usam propinas para complementar seus baixos salários.³⁹³ Eles também podem ser pagos em ouro por mineiros locais operando ilegalmente.³⁹⁴ Na fronteira da Guiana com a Venezuela, é comum ver oficiais trajando grandes colares e acessórios de ouro.³⁹⁵ Sittlington acrescentou que servidores públicos corruptos – incluindo policiais, agentes que atuam nas fronteiras e funcionários do governo – também estão envolvidos em atividades de contrabando e na subnotificação da exportação em troca de propinas.³⁹⁶

Policiais corruptos que trabalham para agências ambientais locais também fazem vista grossa para irregularidades durante as inspeções. Mineiros atuando na cidade de Mahdia, na região de Potaro-Siparuni, na Guiana, alegam, por exemplo, que os oficiais que inspecionam e administram as minas aceitam subornos para ignorar violações nas regulações de mineração.³⁹⁷ “Todo mundo sabe que, quando o inspetor do GGMC aparece, é melhor ir procurando a propina no bolso. Não existem ou então existem muito, muito poucos casos de processos baseados na Lei de Mineração”, afirmam Janette Bulkan e John Palmer, dois especialistas em mineração de pequena escala na Guiana.³⁹⁸ O jornalista guianense Alva Solomon concorda. Ele disse que os agentes ambientais aceitam propinas para não denunciar contrabandos, invasões de terras e mineração ilegal.³⁹⁹

Corrupção que vem de cima

A corrupção também impulsiona o crime ambiental nos elos superiores da cadeia, envolvendo redes de políticos, autoridades ambientais e policiais corruptos.

Essas redes costumam ter diferentes camadas. Por exemplo, no Equador foram registrados casos de policiais trabalhando com autoridades ambientais para facilitar o tráfico de madeira. Uma das operações mais notáveis ocorreu em 2017 nas províncias amazônicas de Napo e Pastaza, no centro do país.⁴⁰⁰ No total, 20 pessoas foram presas.⁴⁰¹ Dos detidos, 11 eram policiais, e três eram servidores do Ministério do Meio Ambiente.⁴⁰² Os policiais teriam recebido entre 50 e 100 dólares para permitir que veículos que transportavam madeira ilícita não fossem inspecionados.⁴⁰³

Enquanto isso, as autoridades ambientais emitiam guias de transporte de madeira, cobrando entre 150 e 200 dólares por autorização. Os funcionários corruptos também forneceram documentos falsificados para extrair e transportar madeira proveniente da região.⁴⁰⁴

A mineração ilegal também tem sido uma fonte de corrupção para essas autoridades. Em fevereiro de 2022, houve uma operação contra a mineração ilegal em grande escala em seis paróquias da província de Napo.⁴⁰⁵ O maior dano ocorreu na comunidade do rio Jatunyaku em Yutzupino, no oeste do país.⁴⁰⁶ A descoberta da entrada de máquinas pesadas e mais de 700 mineiros colocou em evidência concessões de mineração que supostamente estavam em fase de pesquisa mineral.⁴⁰⁷ Segundo Eduardo Vayas, presidente do grupo ambientalista Napo Ama la Vida, o avanço da mineração se dá com a anuência dos prefeitos, como comentou ao jornal *Noticias Mundo*.⁴⁰⁸

Os prefeitos de Tola, Tena e Archidona estão ativamente envolvidos na mineração. Andrés Bonilla, prefeito de Archidona, detém uma das concessões de mineração que operam na área.⁴⁰⁹ Nessas condições, a entrada de trabalhadores e maquinários ilegais nas minas favorece especialmente essas autoridades, que obtêm a maior parte dos lucros das concessões.

Na Bolívia, membros do partido político MAS teriam facilitado a apropriação de terras e o tráfico em áreas protegidas da Amazônia boliviana.⁴¹⁰ Moisés Salces, ex-prefeito de San Ignacio de Velasco, próximo à fronteira boliviana com o Brasil, revelou que membros do partido fazem “ofertas partidárias concedendo terras” em áreas protegidas, como a Área Protegida Municipal Bajo Paraguá San Ignacio de Velasco.⁴¹¹ Segundo o diretor regional da Fundación Tierra, Alcides Vadillo, as comunidades que recebem títulos criam “sindicatos de fachada” que funcionam como filiais políticas do partido MAS.⁴¹² Essas filiais incluem a Coordenação Nacional para a Mudança (Conalcan), a Confederação Intercultural e a Confederação Sindical dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia.⁴¹³

As organizações criminosas são sustentadas por atores legais (forças de segurança, reguladores, autoridades e empresas legalmente registradas) que facilitam a apropriação de terras, a extração ilegal de madeira, a mineração ilegal e o tráfico de animais silvestres.

Por meio dessas entidades, as comunidades receberam títulos de terras públicas em Santa Cruz e nos trópicos de Cochabamba, que não poderiam ser atribuídos a ninguém por lei.⁴¹⁴

Além disso, a Autoridade de Terras e Florestas (ABT) e o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) parecem aprovar tacitamente o desmatamento que essas atividades implicam, segundo um ex-jornalista do *El Deber* que acompanhou de perto a atividade.⁴¹⁵ Uma vez que a terra é desmatada, os pedidos de títulos de propriedade para atividades agrícolas em áreas protegidas e não protegidas são enviados ao INRA.⁴¹⁶ Assim, tanto o INRA quanto a ABT facilitaram transações que resultaram em apropriação ilegal de terras, acrescentou o jornalista.⁴¹⁷

Na Guiana, especialistas em mineração que concordaram em falar sob anonimato disseram que funcionários do GGMC usam deliberadamente mapas imprecisos de territórios ameríndios para emitir licenças dentro dessas terras, embora isso seja proibido pela Lei de Mineração.⁴¹⁸ “A lei da Guiana foi projetada para permitir que a

mineração e o crime ambiental prosperem”, disse um especialista em crimes ambientais do país.⁴¹⁹ “Funcionários corruptos do GGMC se escondem atrás de sistemas de titulação fracos na Guiana para dar terras a grandes mineradoras”, acrescentou.⁴²⁰

A Venezuela é um caso especial onde a corrupção de alto escalão facilita o comércio de ouro. A maioria dos grupos criminosos envolvidos na mineração em sua região amazônica tem vínculos diretos ou indiretos com o regime de Maduro. Em Bolívar, cooperativas de mineração pagam propinas ao governo para obter permissões para extrair ouro. Essa dinâmica é facilitada pelo Ministério do Desenvolvimento Ecológico da Mineração, segundo um especialista em crimes ambientais no sul da Venezuela.⁴²¹ Um dos ex-governadores do estado apoiou pactos entre as “máfias da mineração” local, dividindo território e lucros, para acabar com as disputas por minas, acrescentou o especialista.⁴²²

Outro caso interessante de corrupção ligado ao comércio de ouro da Venezuela é o de Álex Nain Saab Morán, empresário colombiano conhecido por fazer acordos pouco transparentes de milhões de dólares com o governo venezuelano.⁴²³ O governo colombiano emitiu um mandado de prisão para Saab em 2018. Vários outros países o investigam por lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo e outros crimes.⁴²⁴ Ele foi detido em Cabo Verde em junho de 2020 e extraditado para os Estados Unidos em outubro de 2021.⁴²⁵ Saab teria mantido vínculos com a Companhia Geral de Mineração da Venezuela (CVG Minerven), empresa estatal encarregada da mineração de ouro na região leste da Guiana.⁴²⁶ O atual presidente da Minerven, Adrian Antonio Perdomo Mata, é um ex-funcionário de Saab.⁴²⁷ Por meio de seus vínculos com a organização, Saab teria participado da troca de metais preciosos por bens de consumo entre a Venezuela e a Turquia.⁴²⁸

RESILIÊNCIA DO ESTADO



GUIANA

VENEZUELA

SURINA

EQUADOR

BACIA AMAZÔNICA

BOLÍVIA

A RESILIÊNCIA DO ESTADO

Os crimes ambientais prosperam em toda a Amazônia como resultado da baixa resiliência estatal. Embora alguns esforços tenham sido feitos para combatê-los, a corrupção, a falta de vontade política e a limitada articulação entre os órgãos públicos constituem uma mistura explosiva que resultou no aumento do desmatamento nos países aqui retratados.

Marco legal

Cada um dos países analisados neste estudo tem seu próprio marco legal destinado a proteger o meio ambiente. No entanto, em muitos casos, contradições, ambiguidades e lacunas na lei fazem com que não seja possível combater os crimes ambientais.

Na Bolívia, várias leis estão em vigor nesse sentido. No entanto, brechas e contradições fazem com que os criminosos raramente sejam punidos.⁴²⁹ A Lei Marco da Mãe Terra e Desenvolvimento Integral para o Viver Bem (Lei 300, de 2012) estabelece o compromisso do governo em proteger o meio ambiente e promover uma vida sustentável.⁴³⁰ Essa tem sido a base legal das normas usadas para regular a gestão dos recursos naturais, incluindo água e hidrocarbonetos, em todo o país.⁴³¹ No entanto, em paralelo a esse marco, diversos governos promoveram a expansão de atividades agrícolas e da pecuária, com frequência, ligadas à usurpação de terras.⁴³² Isso levanta questões sobre a eficácia da lei em coibir crimes ambientais.

O código penal do país também define penalidades para diversos crimes ambientais. O artigo 358 estabelece que quem destrói florestas, matas, pastagens ou plantações deve cumprir pena de um a seis anos de prisão.⁴³³ O artigo 206 detalha que quem provoca queimadas (que se espalhem e

atinjam outras propriedades), com o objetivo de desenvolver atividades agrícolas, fica sujeito à pena de dois a quatro anos de prisão.⁴³⁴

No entanto, queimadas seguem acontecendo na Amazônia boliviana e em outras regiões, indicando que essa legislação não conseguiu dissuadir os criminosos.

Quanto ao tráfico de animais silvestres, as penas são brandas. A Lei 1.333 de 1992 pune a caça, pesca e captura ilegal de animais com explosivos com pena de um a três anos de prisão.⁴³⁵

Na Venezuela, a “Lei Orgânica do Meio Ambiente”, de 2006, orienta a gestão dos recursos naturais e estabelece os direitos constitucionais para um meio ambiente seguro, saudável e ecologicamente equilibrado para todos.⁴³⁶ Os artigos 64 e 71 destacam o direito público de acesso à informação sobre o meio ambiente. O Estado tem a tarefa de controlar sua disseminação.⁴³⁷ No entanto, o regime de Maduro não cumpriu essa função. A partir de 2012, o governo parou de publicar dados ambientais. Com isso, tornou-se incrivelmente difícil obter informações confiáveis sobre crimes ambientais, desmatamento e perda de biodiversidade.⁴³⁸

A “Lei Penal do Meio Ambiente”, de 2012, estabelece como devem ser tratados os crimes ambientais no país.⁴³⁹ Quem ocupa ilegalmente áreas protegidas está sujeito à pena de dois meses a um ano de prisão. A caça ilegal pode resultar em pena máxima de cinco anos, e os envolvidos em mineração não metálica, de carvão ou areia, dentro ou perto de fontes de água, podem passar até oito anos na prisão.⁴⁴⁰

A mineração de ouro, no entanto, não está incluída. Pelo contrário, ela foi promovida pelo regime de Maduro. Em fevereiro de 2016, o presidente Nicolás Maduro criou um novo marco legal para a mineração que incluiu a criação formal do Arco Mineiro de Orinoco. Essa medida tem sido usada para impulsionar a atividade de mineração.⁴⁴¹ Apesar da existência de marcos legais, o desmatamento foi alimentado pela falta de regulamentação

e fiscalização, por autoridades corruptas e pelo poder dos grupos armados vinculados à mineração desenfreada.⁴⁴²

Leis destinadas a combater crimes ambientais no Equador têm sido relativamente brandas e, em alguns casos, contraditórias. Uma decisão histórica foi tomada em 2008, quando a nação reescreveu sua Constituição, reconhecendo legalmente os direitos inerentes da natureza. A carta magna passou a conter um capítulo sobre os “Direitos da Natureza”.⁴⁴³ Os artigos 71 e 72 detalham como a natureza em todas as suas formas tem o “direito de existir, persistir, se manter e se regenerar”.⁴⁴⁴ Como resultado disso, os próprios ecossistemas podem ser nomeados como partes de processos criminais no Equador.⁴⁴⁵ A nova Constituição, no entanto, também permitiu a mineração em áreas protegidas, mediante solicitação especial do presidente e aprovação da Assembleia Nacional.⁴⁴⁶

A maior parte dos crimes ambientais cometidos no país preveem penas relativamente leves. O capítulo quatro do código penal do país fornece diretrizes sobre como sancionar uma ampla gama de crimes ambientais, incluindo queimadas, crimes contra a flora e a fauna e mineração ilegal.⁴⁴⁷ Para a maioria desses crimes, os infratores recebem penas de um a três anos de prisão. O artigo 246 prevê reclusão de um a três anos quem, direta ou indiretamente, provocar queimadas em mata nativa. O artigo 245 prevê a mesma sanção para quem invade áreas protegidas. Qualquer pessoa envolvida em atividades de caça, pesca, captura, coleta, extração, tráfico, posse, transporte, troca ou comércio de espécies ameaçadas também está sujeita a essa pena.⁴⁴⁸ Julia Salvador, da WCS Equador, revelou que, em muitos casos, os detidos por tráfico de animais silvestres que recebem a pena máxima de três anos “ficam livres em um ano ou nem são presos”.⁴⁴⁹

Em contraste, a Guiana tem um marco legal robusto usado para combater crimes ambientais. Diferentes governos atualizaram esse marco regularmente à medida que novos desafios surgiram. Ao contrário de suas contrapartes amazônicas, a Guiana é conhecida por leis e regulações rígidas quando se trata de gestão de recursos naturais.⁴⁵⁰ O país tem uma estratégia de desenvolvimento para o Estado que estabelece uma “agenda verde”, que deve durar até 2040.⁴⁵¹ Essa agenda supostamente terá como foco uma “economia verde definida pelo desenvolvimento sustentável, de baixo carbono e resiliente, que usa seus recursos de forma eficiente e sustentada por gerações”.⁴⁵²

A legislação mais importante no combate a crimes ambientais no país é a Lei de Proteção Ambiental, de 1996. A legislação reconhece a Agência de Proteção Ambiental (EPA) como principal encarregada de lidar com questões ambientais na Guiana.⁴⁵³ Essa lei também fornece diretrizes sobre a gestão, conservação e proteção do meio ambiente, bem como o uso sustentável dos recursos naturais.⁴⁵⁴

Ao contrário de outros países da região, o marco legal do Suriname oscila entre mecanismos nacionais e departamentais. Essa dinâmica dificulta o cumprimento das leis.⁴⁵⁵ Quando se trata de “procedimentos legais”, a mineração, em particular, é uma área problemática para a nação. Concessões legais são relativamente fáceis de se obter. Elas são emitidas pelo Departamento de Geologia e Mineração (GMD) do Ministério de Recursos Naturais.⁴⁵⁶ Antes de uma concessão ser aprovada, grupos indígenas e outras comunidades das áreas afetadas devem ser consultados. Em seguida, um comissário distrital apresenta um parecer não vinculante ao ministério.⁴⁵⁷ No entanto, a população local está impedida de recorrer das decisões oficiais de alocar concessões em suas terras. Além disso, na prática, as concessões normalmente são feitas sem uma consulta completa, permitindo que o desmatamento ocorra.⁴⁵⁸

Vontade e liderança políticas

Diferentes governos dos países que integram este estudo avançaram em medidas claras para combater crimes ambientais na Amazônia. No entanto, a vontade política de enfrentar o desmatamento e a perda de biodiversidade na região tem sido inconsistente e, em muitos casos, a retórica e as propostas públicas se chocam com ações tomadas posteriormente.

Na Bolívia, diversos governos promoveram a pecuária e as atividades agrícolas como motores fundamentais do desenvolvimento econômico.⁴⁵⁹ Especialmente quando essas dinâmicas foram impulsionadas pela primeira vez no governo Morales, houve uma tentativa de conciliar a relação entre uso da terra e conservação. No entanto, essa mesma retórica comprometeu amplamente as tentativas de combater o desmatamento na região amazônica do país. Após o fim do mandato de Morales, essa mensagem política contraditória seguiu em vigor. Luis Arce, presidente que sucedeu Morales, prometeu reativar a economia do país, duramente atingida pela pandemia de covid-19 e a promoção das atividades agrícolas figura como prioridade nesse plano de recuperação.⁴⁶⁰

“O atual governo é uma continuação daquele do [ex-presidente] Evo Morales”, explicou um jornalista boliviano.⁴⁶¹ “A ampliação da fronteira agrícola para promover o desenvolvimento do país é uma política que vai persistir. Está estipulado no Plano Nacional de Desenvolvimento.”

Diferentes governos bolivianos também seguiram promovendo a mineração e a criação de cooperativas de mineração para facilitar o crescimento econômico.⁴⁶² Como resultado, houve mineração em áreas protegidas, como o Parque Nacional Madidi e áreas ao redor do rio Beni.⁴⁶³

Além disso, as tentativas de alto escalão para proteger a região amazônica do país de atos ilegais se mostraram inócuas. Por exemplo, os governos falharam em tomar qualquer ação substancial para conter queimadas descontroladas voltadas à expansão agrícola.⁴⁶⁴ Em parte, a falta de vontade política para o combate de crimes ambientais é resultado do forte relacionamento entre o partido governista MAS e os grupos econômicos que se beneficiam da agricultura e da mineração.⁴⁶⁵

A Venezuela mostrou-se ainda menos disposta a combater crimes ambientais na Amazônia. Como na Bolívia, a mineração desenfreada é promovida de forma ativa por autoridades do Estado. Durante a atual crise do país, as finanças do regime de Maduro foram duramente atingidas pelas sanções dos EUA e pela queda dos preços do petróleo.⁴⁶⁶ Como resultado, o regime tem promovido cada vez mais a mineração de ouro para tentar compensar perdas econômicas. O desmatamento desenfreado tem sido um resultado direto dessa política.⁴⁶⁷

Isso provavelmente persistirá enquanto Maduro estiver no poder. O ouro é uma importante fonte de financiamento para o atual governo, os militares e os grupos armados aliados de Maduro. Para completar, a oposição raramente traz o meio ambiente como tema de interesse político.⁴⁶⁸ Desse modo, não há vontade política real para restringir a atividade ou reduzir seu impacto.⁴⁶⁹

A Venezuela é um dos poucos países que não apresentou meta voluntária de redução de emissões de carbono (NDCs) como parte do Acordo Climático de Paris de 2016,⁴⁷⁰ que visa promover uma resposta global às mudanças climáticas.⁴⁷¹ Dados ambientais também foram omitidos do público. Não há informações oficiais disponíveis sobre desmatamento, animais silvestres ameaçados ou mineração na Venezuela.⁴⁷² Estudos de impacto ambiental não foram realizados, e os povos indígenas não foram devidamente consultados à medida que os planos de mineração eram levados a cabo.⁴⁷³ Quando combinados, esses fatores

mostram que a vontade política de combater o crime ambiental e o desmatamento na Amazônia venezuelana praticamente inexistente.

Em contraste, no Equador, algumas medidas foram tomadas para mostrar que a nação está levando os crimes ambientais mais a sério. A decisão histórica de 2008 de reconhecer a natureza como tendo direitos inerentes foi um avanço, pelo menos em termos retóricos.⁴⁷⁴ No entanto, como na Bolívia, isso foi atenuado pela promoção contínua de atividades industriais (como mineração, exploração de petróleo e cultivo de óleo de palma) pelo Estado em toda a região amazônica do país.⁴⁷⁵ O cultivo de óleo de palma tem sido associado à apropriação ilegal de terras na região amazônica, enquanto mineiros ilegais invadem territórios protegidos.⁴⁷⁶

É difícil afirmar que o governo do Equador está reprimindo os crimes ambientais enquanto essas dinâmicas estiverem em cena. Esse paradoxo parece fadado a continuar. O presidente Guillermo Lasso, que tomou posse em maio de 2021, prometeu impulsionar as indústrias extrativistas em sua campanha eleitoral.⁴⁷⁷ Além disso, a falta de dados públicos consistentes e acessíveis sobre desmatamento indica pouca vontade política de monitorar e solucionar crimes ambientais.⁴⁷⁸ Há uma correlação entre falta de transparência e debilidade das instituições ambientais do país. Alta rotatividade de ministros, cortes orçamentários e demissões inexplicáveis de servidores levaram a um enfraquecimento gradual do Ministério do Meio Ambiente e da Água do país.⁴⁷⁹ Somados, esses fatores apontam uma vontade política relativamente baixa de combater crimes ambientais na Amazônia equatoriana de modo significativo.

A evolução contínua dos marcos legais da Guiana para proteger o meio ambiente e seu compromisso internacional de preservar a floresta indica que o país está comprometido no combate aos crimes ambientais, especialmente em relação à extração ilegal de madeira.⁴⁸⁰ Ao mesmo tempo, porém, o país está em uma corrida para explorar

seus recursos minerais e petrolíferos, o que tem impactado a degradação de seus ecossistemas.⁴⁸¹

No Suriname, é possível observar alguma vontade política para combater o desmatamento e seus motores. No entanto, os resultados de promessas recentes ainda estão para ser vistos. O presidente Chan Santokhi, que lidera o país desde julho de 2020, prometeu regular melhor o setor de mineração, a fim de reduzir seu impacto ambiental e aumentar a receita tributária.⁴⁸² Além disso, o atual governo tem defendido que os direitos indígenas sejam considerados à medida que as concessões de mineração são entregues. Com o plano de criar um novo departamento de mineração no Ministério de Recursos Naturais, parece que os grupos indígenas finalmente terão voz nesses processos.⁴⁸³ O departamento planeja envolver as comunidades locais e não mais conceder concessões sem aprovação das mesmas.

Se for bem-sucedido, o plano será um avanço em um país onde as comunidades indígenas foram por muito tempo ignoradas nos processos de concessão minerária. Infelizmente, segundo membros de comunidades locais afetadas pela mineração, as relações informais entre servidores do Estado e mineradores ainda têm a palavra final sobre quem tem permissão para minerar legalmente ou não.⁴⁸⁴ Portanto, o Suriname ainda tem desafios a superar no que diz respeito à transparência em atividades como a mineração.

No entanto, passos estão sendo dados na direção certa. O departamento de mineração implementou um programa de pedidos de concessão que devem ser enviados digitalmente, a partir de 2019, para tornar os processos mais transparentes.⁴⁸⁵ Embora haja vontade política de fazer mudanças proativas, os resultados ainda não foram vistos.

Cooperação multilateral

Em grande medida, os países deste estudo falham no quesito de cooperação entre eles e com outras nações (da região ou fora dela) para combater os crimes ambientais na Amazônia. A necessidade de aperfeiçoamentos nesse sentido é evidente.

Em Glasgow, a maioria dos países amazônicos prometeu acabar com o desmatamento dentro de uma década. A comunidade internacional prometeu quase 30 bilhões de dólares em financiamento “para ajudar a liberar o potencial das florestas e o uso sustentável da terra”.⁴⁸⁶ Para além das promessas, há desafios claros para o sucesso do acordo, com a não adesão da Bolívia e da Venezuela e questionamentos quanto ao real comprometimento dos países amazônicos que o fizeram, especialmente o Brasil. Em última análise, a meta definida na COP26 segue sendo um objetivo sem roteiro consistente ou força legislativa para que seja aplicado de forma planejada.

Em nível regional, há divergências semelhantes em relação à proteção ambiental. Alguns tratados e alianças formais entre os países amazônicos existem apenas no nome. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) foi criada em 2002, formada por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.⁴⁸⁷ As origens da OTCA remontam a 1978, quando os oito países assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).⁴⁸⁸

A organização está atualmente trabalhando em uma nova Agenda Estratégica para o período 2021-2030. Até o momento, a OTCA implementou diversos projetos para fortalecer os esforços institucionais e civis em torno da gestão, do manejo e do monitoramento de recursos hídricos e florestais, bem como de espécies da flora e da fauna.⁴⁸⁹

No entanto, o impacto desses esforços foi limitado.⁴⁹⁰ Os países amazônicos têm tradicionalmente lutado para encontrar um equilíbrio entre proteção ambiental e

desenvolvimento econômico⁴⁹¹ e, em alguns casos, essa tendência tem dificultado os esforços de colaboração para combater o desmatamento e os crimes ambientais. Além disso, a OTCA carece de recursos financeiros e enfrenta dificuldades internas. A tomada de decisões é lenta e as projeções ficam aquém daquilo a que se propõem.⁴⁹² Nesse contexto, é prioritário que pesquisas futuras possam contribuir para a construção de um diálogo de apoio à cooperação com a OTCA.

Em meio às dificuldades da OTCA,⁴⁹³ o Pacto de Leticia foi assinado por Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Brasil, Suriname e Guiana em 2019. O acordo busca fortalecer a ação coordenada de combate ao desmatamento na Floresta Amazônica, facilitar a cooperação e o intercâmbio de informações, criar uma Rede Amazônica de Cooperação frente aos desastres naturais e promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para combater crimes ambientais e o desmatamento.⁴⁹⁴ O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) disponibilizou recursos para que cada signatário possa estabelecer iniciativas de combate ao desmatamento no âmbito do pacto.⁴⁹⁵

Por fim, o Acordo de Escazú, tratado regional firmado em 2018, busca ampliar o acesso à informação ambiental, aumentar a participação da sociedade na tomada de decisões ambientais e proteger ativistas ambientais na América Latina e no Caribe.⁴⁹⁶ Destaca-se que Bolívia, Equador e Guiana ratificaram o acordo, mas Venezuela e Suriname ainda não são signatários.⁴⁹⁷ Não há nenhuma indicação concreta de que esses dois países integram o acordo.

Embora o Acordo de Escazú e o Pacto de Leticia sejam passos na direção certa, seus resultados ainda não foram observados. Para que funcionem de forma efetiva, todos os países deste estudo devem aderir, e vários desafios devem ser superados. A especialista em meio ambiente María Antonia Tigre explicou que a cooperação internacional para proteger a Amazônia encontra dificuldades, incluindo “desafios políticos, conflitos de

interesses, ambições financeiras dos países, bem como diferenças biológicas, étnicas e sociais entre eles”.⁴⁹⁸ No entanto, para combater os crimes ambientais na Amazônia, esses desafios devem ser superados.

Sociedade civil

No que diz respeito ao combate de crimes ambientais na Amazônia, observa-se que as ações mais efetivas têm sido tomadas por organizações da sociedade civil e não por autoridades estatais.

Embora a maioria das respostas do Estado na Bolívia tenha sido contraditória, as organizações da sociedade civil no país se esforçaram de maneira proativa e estratégica para combater a extração ilegal de madeira, a mineração e o tráfico de animais silvestres na região amazônica boliviana. A Casa Verde, plataforma criada pelo Fundo de Estratégia de Conservação, promove a agenda de sustentabilidade na Bolívia, conquistando a adesão de comunidades locais e promovendo a conscientização sobre os danos causados pelos crimes ambientais.⁴⁹⁹ A plataforma conecta indivíduos e empresas com organizações ambientais para que possam trabalhar juntos em projetos de sustentabilidade.⁵⁰⁰ Vários grupos da sociedade civil também atuaram para combater o tráfico de animais silvestres no país. Eles incluem a Rede Boliviana de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (RE-BOCTAS), Animal SOS, Zoológico Municipal de La Paz, Associação Love for Animals (APLAB),⁵⁰¹ Fundación Terra e CONTIOCAP. Até o momento, essas iniciativas tiveram mais sucesso do que as tentativas em nível nacional de combate aos crimes ambientais na Bolívia.

Como ocorre na Bolívia, grupos da sociedade civil desempenham um papel mais ativo no monitoramento de crimes ambientais na região amazônica da Venezuela do que o Estado. Sociedade civil, organizações não governamentais e universidades que atuam na proteção da floresta tropical dependem, no entanto, de apoio econômico do exterior para agir de forma efetiva.⁵⁰²

O SOS Orinoco, grupo de defesa criado em 2018 por um grupo de especialistas que atua dentro e fora da Venezuela, tem sido um ator fundamental na documentação de crimes ambientais ao sul do rio Orinoco. O grupo tem investigado a mineração na região e as organizações criminosas envolvidas.⁵⁰³ O SOS Orinoco também documentou a destruição provocada pela mineração, visando elaborar propostas para combatê-la e aumentar a conscientização internacional acerca do problema.⁵⁰⁴

Em outros casos, comunidades indígenas defendem seus territórios de organizações criminosas com interesse na mineração invadindo seus territórios. Essa resistência colocou alguns grupos indígenas que vivem na Amazônia venezuelana em grande perigo. No entanto, alguns conseguiram proteger suas terras dos crimes ambientais.⁵⁰⁵

Da mesma forma, na Amazônia equatoriana, comunidades indígenas têm desempenhado um papel ativo no combate aos crimes ambientais. Elas foram pressionadas a agir por conta dos esforços escassos do Estado no combate a crimes ambientais, como a extração ilegal de madeira. Com frequência, as comunidades locais da região colaboram com organizações não governamentais, que lhes dão treinamento para aperfeiçoar o patrulhamento de seus territórios com uso de tecnologia. Por outro lado, o Ministério do Meio Ambiente do Equador participa de vários programas que envolvem comunidades locais e ONGs no combate a crimes ambientais. O programa Socio Bosque do ministério, lançado em 2008, prevê incentivos econômicos para envolver as comunidades na conservação da floresta.⁵⁰⁶ Embora oferecesse alguma promessa, seu impacto foi limitado pela subsequente crise econômica do país.

Organizações não governamentais também colaboraram com o Ministério do Meio Ambiente do país. A partir de 2014, a WCS Equador e o Ministério do Meio Ambiente começaram a trabalhar na implementação oficial de uma plataforma chamada SMART

(Spatial Monitoring and Reporting Tool), usada para registrar atividades ilegais em dez áreas protegidas do Equador.⁵⁰⁷

Antes disso, em 2001, o ministério trabalhou com entidades do setor privado para desenvolver um sistema independente de controle florestal.⁵⁰⁸ Estabeleceu um órgão de controle chamado Vigilância Verde, que monitora os fluxos de comércio de madeira das florestas para os mercados. Também introduziu um corpo de consultores florestais independentes, chamado Regência Florestal.⁵⁰⁹ Por fim, transferiu as funções administrativas e de fiscalização para o setor privado.⁵¹⁰

O impacto dessa iniciativa específica é incerto, já que a extração ilegal de madeira e o tráfico de madeira seguiram prosperando no Equador. Além disso, é importante observar que essas iniciativas colaborativas realizadas com o apoio do Ministério do Meio Ambiente ainda são relativamente raras. De modo mais frequente, comunidades locais trabalham com ONGs ou apresentam suas próprias soluções para combater crimes ambientais. No entanto, se implementadas de forma eficiente, contando com o conhecimento técnico correto, parcerias público-privadas têm grande potencial de apoiar o combate aos crimes ambientais na Amazônia equatoriana.

Ao contrário da Bolívia, Venezuela e Equador, na Guiana os grupos da sociedade civil se envolvem pouco no combate aos crimes ambientais, já que a educação ambiental no país é relativamente baixa.⁵¹¹ No entanto, membros de algumas comunidades ameríndias lutaram contra invasores de seus territórios.⁵¹² Além disso, um pequeno número de organizações da sociedade civil trabalhou com essas comunidades para ajudá-las a enfrentar as consequências dos crimes ambientais, incluindo a poluição por mercúrio.⁵¹³

No Suriname, grupos da sociedade civil desempenham em grande parte uma função de conscientização no combate aos crimes ambientais. No entanto, o impacto na redução dessas atividades é limitado, devido ao desinteresse do Estado e às dificuldades logísticas em chegar a zonas remotas do país. Iniciativas locais como o “NO KWIK”, projeto financiado pela Fundação de Mineração e Meio Ambiente do Suriname e pela Fundação de Conservação do Suriname, aumentam a conscientização sobre os impactos de atividades como a mineração. Eles informam as comunidades locais sobre os perigos da poluição por mercúrio.⁵¹⁴ Outras organizações não governamentais como a Amazon Conservation Team Suriname (ACT Suriname)⁵¹⁵ e a Fundação para o Manejo e Supervisão Florestal (SBB)⁵¹⁶ também trabalham em ações de conscientização.

Em nível internacional, a Aliança pela Mineração Sustentável (ARM), o Fundo Mundial para a Natureza das Guianas, o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IRD) e a Universidade de Quebec em Montreal (UQAM) uniram-se para trabalhar no “Apoio à eliminação progressiva do mercúrio nas Guianas”. A iniciativa também teve como objetivo aumentar a conscientização sobre o impacto que o mercúrio usado na mineração pode ter nas pessoas e nos ecossistemas circundantes.⁵¹⁷ Essas organizações contribuíram de maneira significativa para a conscientização sobre crimes ambientais no Suriname. No entanto, esses grupos pouco podem fazer para acabar com essas atividades se não houver adesão das autoridades.

As ONGs concentram-se em Paramaribo, capital do Suriname, com pouco acesso ao interior do país, onde ocorrem crimes ambientais. No entanto, dado que diferentes governos e autoridades não têm conseguido conter a degradação ambiental, o fardo continua a recair sobre as ONGs, que precisam lidar sozinhas com uma grande parcela desses crimes.

CONCLUSÕES E OPORTUNIDADES DE INTERVENÇÃO

Os países deste estudo ainda têm um longo caminho a percorrer no combate à apropriação de terras, à extração ilegal de madeira, à mineração ilegal e ao tráfico de animais silvestres em toda a região amazônica. Ainda que haja conclusões distintas sobre a situação dos crimes ambientais em cada país, alguns achados são comuns a toda a região.

1. Cada país tem sua própria combinação de crimes ambientais – mas a mineração ilegal é comum a todos

Várias atividades impulsionam o desmatamento nas regiões amazônicas de Bolívia, Venezuela, Equador, Guiana e Suriname. A combinação desses fatores varia conforme o país. No entanto, a mineração ilegal de ouro em pequena escala é um problema comum em toda a região, principalmente por seu uso como alternativa econômica em áreas onde há poucas oportunidades. Essa atividade é o principal motor do desmatamento nas regiões amazônicas de Venezuela, Guiana e Suriname.⁵¹⁸ No Equador, mineiros ilegais invadem áreas de mineração industrial legal.⁵¹⁹ Na Bolívia, cooperativas de mineração trabalham além de seus limites ou sem licenças.⁵²⁰ Como o preço do ouro segue subindo, é improvável que a mineração ilegal seja eliminada tão cedo.

2. Grupos armados estão se envolvendo em crimes ambientais em toda a Amazônia

Os grupos armados não estatais – antes dedicados ao tráfico de drogas, armas e pessoas – passaram a atuar no crime ambiental em alguns países do estudo.

Dissidentes das FARC, o ELN e megagangues comandam a mineração na região amazônica da Venezuela.⁵²¹ Alguns se expandiram para a Guiana.⁵²² Enquanto isso, no Equador, os grupos armados trabalham na fronteira com a Colômbia para cultivar coca.⁵²³

3. A corrupção facilita o crime ambiental em todas as etapas

A corrupção azeita as engrenagens do crime ambiental em todos os países que integram o estudo. Subornos em níveis hierárquicos mais baixos são comuns. Autoridades ambientais locais e policiais corruptos são pagos para ignorar a extração ilegal de madeira no Equador e a mineração ilícita na Guiana.⁵²⁴

Em paralelo, os mais altos escalões ocupados por políticos e autoridades governamentais, permitem que crimes ambientais em toda a região passem despercebidos ou permaneçam impunes. A Venezuela oferece o exemplo mais emblemático de corrupção de alto escalão, onde grupos armados trabalham com funcionários do governo venezuelano para extrair e transferir ouro ilegal de Bolívar.⁵²⁵

4. Atores legais se comportam de forma irregular ou ilegal

Alguns atores legais – servidores públicos, autoridades e empresas legalmente registradas – facilitam o crime ambiental nos países do estudo por meio de atos ilegais ou irregulares. No Equador, empresários criminosos extraem madeira ilegalmente na Amazônia e a vendem para empresas florestais supostamente legais.⁵²⁶

Enquanto isso, comerciantes de ouro do Suriname e da primeira refinaria de ouro da Guiana foram implicados em vários escândalos.⁵²⁷

Outras empresas, como as que atuam no ramo do óleo de palma no Equador, agem conforme a lei de um determinado país, mas contribuem para o desmatamento generalizado.⁵²⁸ As atividades dessas empresas são frequentemente promovidas pelos governos para o crescimento econômico.

Atores estatais também têm demonstrado cumplicidade em atos irregulares que impulsionam crimes ambientais. Isso é um grande problema na Bolívia, onde as concessões de mineração em áreas protegidas foram apoiadas por servidores do Estado.⁵²⁹

5. O desmatamento na Amazônia é, muitas vezes, produto do crime organizado – mas nem todo crime ambiental é organizado

Uma mistura de organizações/empresários criminosos e grupos armados impulsiona a apropriação de terras, a extração ilegal de madeira, a mineração e o tráfico de animais silvestres em toda a região. No entanto, nem todo crime ambiental é organizado. É comum que as pessoas pagas para minerar ouro, derrubar árvores e caçar onças tenham poucas alternativas econômicas. Empresários criminosos exploram essa situação, fazendo uso do conhecimento local sobre onde encontrar espécies de árvores e animais para as demandas do mercado. Alguns habitantes desses locais agem de forma oportunista, principalmente no comércio de animais silvestres, que costuma ser considerado um “crime desorganizado”.⁵³⁰

6. A falta de coordenação é um desafio para todos

A resiliência do Estado é relativamente baixa nos países do estudo, no que diz respeito ao combate a crimes ambientais, dado que muitas vezes eles não são considerados uma prioridade. Atualmente, os países amazônicos agem de forma isolada no combate à extração ilegal de madeira, à mineração ilegal e ao tráfico de animais silvestres. Eles dificilmente coordenam operações transfronteiriças. No entanto, as fronteiras porosas da Amazônia e as cadeias produtivas internacionais alimentadas por crimes ambientais demandam uma coesão maior entre esses países; um esforço que será fundamental nos próximos anos.

Cada país do estudo deve se esforçar para combater o desmatamento agora, evitando o destino já observado no Brasil, no qual a Floresta Amazônica atingiu um ponto crítico, emitindo mais dióxido de carbono do que absorvendo.⁵³¹

7. Crimes ambientais na Amazônia alimentam mercados internacionais

A extração ilegal de madeira e a mineração alimentam os mercados domésticos de móveis e joias na Amazônia. No entanto, a maioria dos crimes ambientais cometidos na região alimenta mercados internacionais legais. A madeira de balsa derrubada ilegalmente no Equador é enviada para os Estados Unidos e a China, e o ouro proveniente da Venezuela atravessa o mundo.⁵³² Partes de onças caçadas na Bolívia, na Guiana e no Suriname são vendidas nos mercados asiáticos.⁵³³ As origens ilícitas do ouro, da madeira e de partes de animais são disfarçadas como produtos e transportadas por longas cadeias produtivas.

Olhando para frente: oportunidades de combate aos crimes ambientais na Floresta Amazônica

Promoção de tecnologias de combate aos crimes ambientais

Quando usada corretamente e com treinamento adequado, a tecnologia pode ser empregada para combater crimes ambientais em toda a Amazônia. Neste sentido, é importante fomentar o trabalho conjunto de plataformas de monitoramento florestal como MAAP, Global Forest Watch e Kongsberg Satellite Services (KSAT) para acompanhar os pontos mais afetados por crimes ambientais. Também é importante fornecer smartphones, drones e outras tecnologias às comunidades locais para que elas possam rastrear e denunciar a extração ilegal de madeira, a apropriação de terras, a mineração e o cultivo de coca em suas terras. É preciso ainda capacitar os moradores com treinamentos para que eles sejam capazes de usar essas ferramentas de forma efetiva. Abordagens inovadoras para monitorar, investigar e enfrentar crimes ambientais nos países do estudo devem ser incentivadas.

Construção de alianças com as comunidades locais da Amazônia

Medidas mais significativas devem ser tomadas para trabalhar com as comunidades locais no combate aos crimes ambientais na Amazônia. Infelizmente, os integrantes das comunidades locais são abordados com mais frequência por organizações/empresários criminosos que oferecem oportunidades de trabalho na extração ilegal de madeira, na mineração e no desmatamento, do que por atores interessados no combate a estas práticas.

É preciso desenvolver relacionamentos construtivos com essas comunidades para que elas deixem de cometer crimes ambientais, oferecendo alternativas econômicas para

que elas obtenham a renda que hoje obtêm derrubando árvores e minerando para criminosos. Também é importante o apoio a programas de reflorestamento como os realizados pelo Programa das Nações Unidas para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (UN-REDD), conferindo papéis de liderança aos membros dessas comunidades. É preciso oferecer treinamento para o monitoramento das terras com drones e smartphones e facilitar canais para denunciar crimes ambientais, levando as denúncias a sério e criando mecanismos de denúncia confidenciais e fáceis de usar (inclusive, por meio de aplicativos para celular) para as comunidades.

É necessário garantir que as comunidades se envolvam no planejamento e na emissão de concessões de mineração ou extração de madeira. Na prática, isso não acontece em países como Equador e Suriname, onde a confiança entre as autoridades e essas comunidades é baixa. Os membros das comunidades locais são os melhores aliados das autoridades no combate aos crimes ambientais. Ações concretas devem ser tomadas para fortalecer essas alianças.

Proteção de territórios indígenas e áreas protegidas

Os crimes ambientais prosperam nas áreas protegidas dos países deste estudo, dos parques nacionais da Bolívia aos territórios indígenas do Equador. Isso se deve, com frequência, à presença fraca do Estado, à extensão desses territórios e, em alguns casos, à falta de proteção legal para as comunidades indígenas. É preciso que mais recursos sejam alocados para proteger essas áreas, e as patrulhas de forças de segurança precisam ser intensificadas. Da mesma forma, é importante mapear e monitorar regularmente áreas de alto risco, adaptando as operações policiais e apoiando as comunidades locais.

Criação de parcerias com organizações da sociedade civil e o setor privado

Os consumidores que desconhecem as origens da madeira, do ouro e dos animais silvestres de origem ilegal alimentam, sem saber, os crimes ambientais na Amazônia. É preciso colaborar com organizações da sociedade civil para aumentar a conscientização sobre como os crimes ambientais funcionam na região. Por meio de campanhas públicas, deve-se destacar a importância de os consumidores comprarem de empresas que adotem e adiram padrões de devida diligência.

O engajamento do setor privado está se tornando cada vez mais importante no combate aos crimes ambientais na Amazônia. Empresas legalmente registradas (empresas florestais e refinarias, entre outras) podem, de forma consciente ou não, cair na armadilha de comprar madeira ou ouro de origem ilegal. É preciso fazer com que essas empresas priorizem ações de análise e mitigação de riscos, bem como de devida diligência. Deve-se colaborar com elas na promoção de mecanismos e procedimentos internos anticorrupção para combater irregularidades. Também é importante incentivar as empresas a adotarem práticas sustentáveis e evitarem a aquisição de bens oriundos do interior ou proximidades de áreas protegidas. Por fim, é preciso estabelecer órgãos públicos independentes para garantir que essas empresas cumpram esses compromissos.

Combate à corrupção

Alguns dos responsáveis por erradicar os crimes ambientais em toda a Amazônia têm sido frequentemente acusados de impulsioná-los, fazendo vista grossa para a ilegalidade que envolve a madeira, os minérios e a venda de partes de animais. Outros fazem parte de redes de corrupção de alto escalão, como ocorreu na Bolívia, na Venezuela e no Equador. É preciso combater a corrupção que impulsiona os crimes ambientais, aumentando as operações de inteligência para descobrir quais “atores legais” podem estar envolvidos. Uma forma de fazer isso é por meio de unidades anticorrupção

independentes com foco em crimes ambientais, impedindo que autoridades e servidores corruptos encontrem brechas. Também é preciso aumentar a sanção para quem facilita a extração ilegal de madeira, a mineração, a apropriação de terras e o tráfico de animais silvestres. Por fim, deve-se aprimorar os processos de verificações pré-contratação de policiais e servidores que atuarão no combate a crimes ambientais.

Maior cooperação entre governos

Embora a maioria dos países deste estudo sejam membros da OCTA e tenha assinado o Pacto de Leticia (exceto pela Venezuela) para combater crimes ambientais na Amazônia, pouco tem sido feito para que isso de fato aconteça. Os governos devem colaborar de forma mais efetiva, próxima e regular para acabar com o tráfico transfronteiriço de madeira, a mineração ilegal e o tráfico de animais silvestres. Operações conjuntas contra pontos críticos dessas atividades devem ser realizadas com o apoio de organizações internacionais como a INTERPOL. Organizações regionais especializadas, como o Grupo de Ação Financeira da América Latina (GAFILAT), devem promover esforços multilaterais mais robustos para detectar fluxos financeiros ilícitos ligados aos crimes ambientais e patrulhar as principais rotas de contrabando. Os países precisam trabalhar em conjunto para apoiar e proteger as comunidades locais vulneráveis aos crimes ambientais nas fronteiras amazônicas, oferecendo alternativas econômicas, treinamento para monitorar suas terras e um maior uso de forças de segurança.

Apoio a promotores especializados visando à mudança de percepções

Nem todos os países deste estudo têm promotores especializados em crimes ambientais. Isso significa que crimes como tráfico de madeira, mineração ilegal e tráfico de animais silvestres costumam ser vistos como insignificantes, quando comparados, por exemplo, com o tráfico de drogas e homicídios. Apenas recentemente, o Equador e a USAID

anunciaram que uma unidade especializada seria criada para punir crimes ambientais no país.⁵³⁴ Em cada país do estudo, devem ser criadas unidades especializadas no âmbito das promotorias e procuradorias gerais para trabalharem no combate a crimes ambientais. Os ocupantes desses órgãos devem receber treinamento regular, levando em conta a mudança do modus operandi usado para cometer tais crimes e tendências mais amplas. A presença desses órgãos deve ser usada para mostrar aos policiais que os crimes ambientais precisam ser combatidos e estão cada vez mais organizados.

Aumento de patrulhas e aperfeiçoamento de inteligência transfronteiriça

Do mercúrio a partes de animais silvestres, produtos ilícitos de crimes ambientais são frequentemente contrabandeados por fronteiras terrestres porosas ou importantes rios amazônicos. Os países deste estudo devem trabalhar juntos para desenvolver inteligência sobre as rotas mais usadas, adaptando recursos para reprimir o contrabando na região. Os pontos cegos, rotas e atores que as utilizam devem ser mapeados em um banco de dados centralizado, que possa ser acessado pelas unidades de inteligência de cada nação amazônica. As operações policiais colaborativas nas zonas fronteiriças devem ser planejadas tendo essas informações como base.

Promoção de sistemas claros para a gestão das florestas

Limites legais claros devem ser estabelecidos em todos os países deste estudo, promovendo o manejo florestal sustentável. Isso significa definir claramente quantos, quando e como recursos florestais podem ser usados em determinadas áreas. Países como a Bolívia têm atualmente regulamentações ambíguas relacionadas ao uso da floresta.⁵³⁵ Essas lacunas favorecem madeireiros ilegais, grileiros e outros atores que aproveitam os vazios legais. Limites claramente definidos, com verificações regulares para aplicá-los, ajudarão a mitigar este problema.

Incentivo à agricultura e à pecuária sustentáveis

As atividades agropecuárias são os principais motores do desmatamento em toda a Floresta Amazônica. Elas costumam ser realizadas legalmente, mas, em alguns casos, têm ligações com a apropriação de terras e o desmatamento ilegal ou não autorizado. Em muitos casos, práticas insustentáveis e irregulares são usadas para criar gado e plantar, levando a um desmatamento cada vez maior. É preciso incentivar, inclusive financeiramente, pequenos agricultores e pecuaristas a adotarem práticas sustentáveis. Deve-se garantir que as grandes empresas do setor agropecuário cumpram as regras, aumentando as sanções para aquelas que se comportam de forma irregular, ilegal ou insustentável. Também é preciso aumentar as restrições e tornar mais claras as leis sobre o uso de áreas protegidas, como no caso da Bolívia, para que essas zonas não sejam invadidas por interesses do agronegócio de grande escala.

Garantia de estudos de impacto e consultas abrangentes antes da construção de novas estradas

Estradas ilegais, irregulares e legais abriram caminho para crimes ambientais em toda a Amazônia. É comum que as comunidades locais afetadas por essas infraestruturas e pelo que esses projetos trazem consigo não sejam consultadas nos processos de planejamento legal. É necessário que os processos de planejamento consultem as comunidades locais de forma minuciosa. Deve-se garantir que esses processos avaliem o impacto ambiental que uma determinada estrada teria, incluindo os crimes ambientais para os quais ela pode abrir caminho. Além disso, é preciso ampliar os esforços para coibir a construção ilegal/informal de estradas, por meio do monitoramento regular por satélite de potenciais *hotspots* de desmatamento.

Notas de fim

- 1 Luciana V. Gatti, Luana S. Basso, John B. Miller, et al. [“Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change”](#), Nature, vol. 595, pp. 388–393.
- 2 Adriana Abdenur, Brodie Ferguson, Ilona Szabó de Carvalho, et al. [“Environmental Crime in the Amazon Basin: A Typology for Research, Policy and Action”](#), Instituto Igarapé, agosto de 2020. Matt Piotrowski, [“Nearing the Tipping Point. Drivers of Deforestation in the Amazon Region”](#), Diálogo Interamericano, maio de 2019.
- 3 Todas as pessoas cujos nomes são citados neste relatório concordaram em falar abertamente com o InSight Crime. Por questões de segurança, outras fontes concordaram em compartilhar seus relatos sob condição de anonimato.
- 4 Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), [“Amazonia Under Pressure”](#), dezembro de 2020.
- 5 Ibid.
- 6 Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica, [“The Amazon in Bolivia”](#); Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), [“Mapa de la Amazonia”](#); Rhett Butler, [“Bolivia”](#), Mongabay, 9 de janeiro de 2006.
- 7 Rhett Butler, [“Venezuela”](#), Mongabay.
- 8 Mongabay, [“New report examines drivers of rising Amazon deforestation on country-by-country basis”](#), 23 de maio de 2019.
- 9 Bass, M.S., Finer, M., Jenkins, C.N., Kreft, H., Cisneros-Heredia, D. F., et al. (2010), [Global Conservation Significance of Ecuador’s Yasuní National Park](#). PLoS ONE 5(1): e8767.
- 10 Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica, [“The Amazon in Ecuador”](#); Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), [“Mapa de la Amazonia”](#).
- 11 Camilla Costa, [“Destrucción del Amazonas: las principales amenazas para la mayor selva tropical del mundo en los 9 países que la comparten”](#), BBC News Mundo, 18 de fevereiro de 2020.
- 12 Rhett Butler, [“Guyana”](#). Mongabay, 7 de fevereiro de 2006.
- 13 Camilla Costa, [“Destrucción del Amazonas: las principales amenazas para la mayor selva tropical del mundo en los 9 países que la comparten”](#), BBC News Mundo, 18 de fevereiro de 2020.
- 14 Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica, [“The Amazon in Suriname”](#).
- 15 Matt Piotrowski, [“Nearing the Tipping Point. Drivers of Deforestation in the Amazon Region”](#), Diálogo Interamericano, maio de 2019.
- 16 Ibid.
- 17 Luciana V. Gatti, Luana S. Basso, John B. Miller, et al. [“Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change”](#), Nature, vol. 595, pp. 388–393.
- 18 Global Forest Watch, [“Bolivia”](#); Global Forest Watch, [“Venezuela”](#); Global Forest Watch, [“Ecuador”](#); Global Forest Watch, [“Guyana”](#); Global Forest Watch, [“Suriname”](#).
- 19 María Antonia Tigre, “Regional Cooperation in Amazonia: a comparative environmental law analysis”, (Leiden, Boston, 2017).
- 20 Rhett A. Butler, [“Amazon Destruction”](#), Mongabay, 4 de dezembro de 2020.
- 21 María Antonia Tigre, “Regional Cooperation in Amazonia: a comparative environmental law analysis”, (Leiden, Boston, 2017).
- 22 InSight Crime e Instituto Igarapé, [“The Roots of Environmental Crime in the Peruvian Amazon”](#), 2 de junho de 2022.
- 23 InSight Crime e Instituto Igarapé, [“The Roots of Environmental Crime in the Colombian Amazon”](#), 1º de setembro de 2021.
- 24 James Bargent e Cat Rainsford, [“GameChangers 2019: Illegal Mining. Latin America’s Go-To Criminal Economy”](#), InSight Crime, 20 de janeiro de 2020.
- 25 Camilla Costa, [“Destrucción del Amazonas: las principales amenazas para la mayor selva tropical del mundo en los 9 países que la comparten”](#), BBC News Mundo, 18 de fevereiro de 2020.
- 26 James Bargent e Cat Rainsford, [“GameChangers 2019: Illegal Mining. Latin America’s Go-To Criminal Economy”](#), InSight Crime, 20 de janeiro de 2020; Camilla Costa, [“Destrucción del Amazonas: las principales amenazas para la mayor selva tropical del mundo en los 9 países que la comparten”](#), BBC News Mundo, 18 de fevereiro de 2020; Mongabay, [“New report examines drivers of rising Amazon deforestation on country-by-country basis”](#), 23 de maio de 2019.
- 27 Para mais informações sobre o histórico do conflito colombiano e a natureza da máfia ex-FARC, ver [“The Roots of Environmental Crime in the Colombian Amazon”](#), uma investigação de seis capítulos que aborda crimes ambientais na Amazônia colombiana.
- 28 James Bargent e Cat Rainsford, [“GameChangers 2019: Illegal Mining. Latin America’s Go-To Criminal Economy”](#), InSight Crime, 20 de janeiro de 2020.
- 29 John Machado, [“El dinero sucio de la minería ilegal se lava a través de empresas,”](#) Primicias, 22 de janeiro de 2020.
- 30 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alex Vilca, secretário de Comunicação da Coordenação Nacional de Defesa de Territórios Indígenas Originários Camponeses e Áreas Protegidas (CONTIOCAP), 16 de junho de 2021.
- 31 Fundo Mundial para a Natureza (WWF), [“Illegal Wildlife Trade in the Amazon”](#).
- 32 Miriam Telma Jemio, [“Wildlife for sale: Jaguars are the new trafficking victims in Bolivia”](#), Mongabay, 20 de dezembro de 2016.
- 33 Comitê Nacional Holandês da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), [“Unveiling the criminal networks behind jaguar trafficking in Bolivia”](#), 2020.

- 34 Georgina Rannard, Francesca Gillett, [“COP26: World leaders promise to end deforestation by 2030”](#), 2 de novembro de 2021.
- 35 Marthe de Ferrer, [“COP26 pledge to end deforestation by 2030: Landmark deal or rerun of past failures?”](#), 2 de novembro de 2021.
- 36 O Acordo de Escazú – Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe – é o primeiro acordo regional sobre aspectos-chave das questões ambientais na região, englobando desde o acesso à informação até a criação e o fortalecimento de capacidades e cooperação.
- 37 Instituto Amazônico de Investigações Científicas (SINCHI), [“Región de la Selva Amazónica”](#).
- 38 Sarah Ruiz, [“What are Primary Forests and Why Should We Protect Them?”](#), Global Forest Watch, 18 de maio de 2020; Projeto de Monitoramento da Amazônia Andina, [“MAAP #158: DEFORESTACIÓN Y FUEGOS EN LA AMAZONÍA 2021”](#), 24 de maio de 2022.
- 39 Projeto de Monitoramento da Amazônia Andina, [“MAAP #136: Deforestación en la Amazonía 2020 \(FINAL\)”](#), 7 de abril de 2021; Rhett A. Butler, [“AMAZON DESTRUCTION”](#), Mongabay, 4 de dezembro de 2020.
- 40 Matt Piotrowski, [“Nearing the Tipping Point. Drivers of Deforestation in the Amazon Region”](#), maio de 2019.
- 41 Global Forest Watch, [“What Is Global Forest Watch”](#).
- 42 A cobertura florestal diz respeito a árvores em plantações e florestas naturais. A “perda de cobertura florestal” é a remoção da copa das árvores devido à ação humana ou a causas naturais, incluindo incêndios florestais. Embora a perda de cobertura florestal não seja sinônimo de desmatamento, “focar na perda de cobertura florestal em florestas primárias tropicais úmidas não perturbadas, no entanto, permite destacar algumas das áreas florestais mais críticas do mundo, onde a perda provavelmente terá impactos de longo prazo”. Global Forest Watch, [“Primary Rainforest Destruction Increased 12% from 2019 to 2020”](#), 31 de março de 2021.
- 43 Global Forest Watch, [“Primary Rainforest Destruction Increased 12% from 2019 to 2020”](#), 31 de março de 2021.
- 44 Global Forest Watch, [“Bolivia”](#).
- 45 Yvette Sierra Praeli, [“Cinco países de Latinoamérica en el ‘top ten’ de bosques primarios más deforestados en 2019”](#), 10 de junho de 2020; Global Forest Watch, [“La pérdida de bosques se mantuvo obstinadamente elevada en 2021”](#), 28 de abril de 2022.
- 46 Judit Alonso, [“Deforestación que no cesa ni en pandemia: creció un 12 % en 2020”](#), Deutsche Welle, 12 de abril de 2021.
- 47 Projeto de Monitoramento da Amazônia Andina, [“MAAP #136: Deforestación en la Amazonía 2020 \(FINAL\)”](#), 7 de abril de 2021; Rhett A. Butler, [“AMAZON DESTRUCTION”](#), Mongabay, 4 de dezembro de 2020. Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), [“Deforestación Bolivia”](#).
- 48 Global Forest Watch, [“Venezuela”](#).
- 49 José Silva, [“Deforestación amazónica venezolana, una cicatriz imborrable en la población y el medioambiente”](#), Medium, 21 de agosto de 2019.
- 50 Global Forest Watch, [“Ecuador”](#); Sandra Ríos Núñez e D Benítez-Jiménez, [“Análisis del funcionamiento económico productivo de los sistemas de producción cárnica bovina en la Amazonía Ecuatoriana”](#), Arquivos de Zootecnia, dezembro de 2015.
- 51 Global Forest Watch, [“Guyana”](#).
- 52 Entrevistas ao InSight Crime de Kid James e Nicholas Frederick, ex-diretor e membro do South Rupununi District Council (SRDC), Georgetown, Guiana, 11 de outubro de 2021; Seon Hamer, especialista em Ciências Ambientais e da Terra, Georgetown, Guiana, 13 de outubro de 2021.
- 53 Global Forest Watch, [“Suriname”](#).
- 54 Strategic Environmental Advice (AAE), [“Achtergrondstudie voor de Nationale REDD+ Strategie voor Suriname”](#), REDD+, novembro de 2017.
- 55 Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), [“Amazonía Bajo Presión 2020”](#), dezembro de 2020.
- 56 Camilla Costa, [“Destrucción del Amazonas: las principales amenazas para la mayor selva tropical del mundo en los 9 países que la comparten”](#), BBC News Mundo, 18 de fevereiro de 2020.
- 57 Ibid.
- 58 Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), [“Amazonía Bajo Presión 2020”](#), dezembro de 2020.
- 59 Ibid.
- 60 Ibid.
- 61 Fundo Mundial para a Natureza (WWF), [“Mechanized Agriculture”](#).
- 62 Adriana Abdenur, Brodie Ferguson, Ilona Szabó de Carvalho, Melina Risso e Robert Muggah, [“Environmental Crime in The Amazon Basin: A Typology for Research, Policy and Action”](#), Instituto Igarapé, agosto de 2020.
- 63 Foresight4food, [“Understanding Small-Scale Agriculture”](#).
- 64 Fundo Mundial para a Natureza (WWF), [“Mechanized Agriculture”](#).
- 65 Adriana Abdenur, Brodie Ferguson, Ilona Szabó de Carvalho, Melina Risso e Robert Muggah, [“Environmental Crime in The Amazon Basin: A Typology for Research, Policy and Action”](#), Instituto Igarapé, agosto de 2020. Fundo Mundial para a Natureza (WWF), [“Mechanized Agriculture”](#).
- 66 Fundo Mundial para a Natureza (WWF), [“Mechanized Agriculture”](#); Morgan Erickson-Davis, [“Slash-and-burn clearing nears Indigenous park as Brazil’s fire season ignites”](#), Mongabay, 10 de junho de 2021.
- 67 Marcelo Coppola, [“Where there’s cattle ranching and soybean farming, there’s fire, study finds”](#), Mongabay, 20 de julho de 2020.
- 68 Ibid.
- 69 Lykke E. Andersen e Juan Carlos Ledezma, [“Deforestación e incendios forestales en Bolivia”](#), Sustainable Development Solutions Network (SDSN), 22 de agosto de 2019.

- 70 Liz Kimbrough, "[In Bolivia, more than 25% of major fires this year burned in protected areas](#)", Mongabay, 12 de outubro de 2020.
- 71 Projeto de Monitoramento da Amazônia Andina (MAAP), "[MAAP: Fires In The Bolivian Amazon 2020](#)", 4 de outubro de 2020; Liz Kimbrough, "[In Bolivia, more than 25% of major fires this year burned in protected areas](#)", Mongabay, 12 de outubro de 2020.
- 72 Ibid.
- 73 Jack Hewson, "[Expansión de fronteras agrícolas: lecciones de Bolivia y Brasil](#)", Los Bosques en las Noticias, 26 de maio de 2015.
- 74 Sustainable Tropics Alliance, "[Mato Grosso, Brazil. Current Situation](#)".
- 75 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alex Villca, secretário de Comunicação da Coordenação Nacional de Defesa de Territórios Indígenas Originários Camponeses e Áreas Protegidas (CONTIOCAP), 16 de junho 2021.
- 76 Entrevistas ao InSight Crime, por telefone, de correspondente britânico na Bolívia, 11 de janeiro de 2021; Eduardo Franco Berton, jornalista especializado em animais silvestres, 18 de março de 2021; representante da sociedade civil boliviana, 16 de junho de 2021.
- 77 Mrinalini Erkenwick Watsa, "[Bolivian vice president proposes unprecedented agricultural expansion](#)", Mongabay, 10 de setembro de 2014. Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de correspondente britânico na Bolívia, 11 de janeiro de 2021.
- 78 Mrinalini Erkenwick Watsa, "[Bolivian vice president proposes unprecedented agricultural expansion](#)", Mongabay, 10 de setembro de 2014. Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de correspondente britânico na Bolívia, 11 de janeiro de 2021.
- 79 Matt Piotrowski, "[Nearing the Tipping Point. Drivers of Deforestation in the Amazon Region](#)", maio de 2019.
- 80 Monica Machicao e Daniel Ramos, "[As Bolivian forests burn, Evo's bet on Big Farming comes under fire](#)", Reuters, 9 de setembro de 2019.
- 81 Gonzalo Colque, "[Fuego en Santa Cruz. Balance de los incendios forestales 2019 y su relación con la tenencia de la tierra](#)", Fundación Tierra, 10 de outubro de 2019.
- 82 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Eduardo Franco Berton, jornalista de animais silvestres, 18 de março de 2021.
- 83 Ibid.
- 84 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Eduardo Franco Berton, jornalista de animais silvestres, 18 de março; Gonzalo Colque, "[Fuego en Santa Cruz. Balance de los incendios forestales 2019 y su relación con la tenencia de la tierra](#)", Fundación Tierra, 10 de outubro de 2019.
- 85 Ibid.
- 86 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alcides Vadillo, diretor regional da Fundación Tierra, 22 de junho de 2021.
- 87 Ibid.
- 88 InSight Crime e Instituto Igarapé, "[The Roots of Environmental Crime in the Peruvian Amazon](#)", 2 de junho de 2022.
- 89 Ibid.
- 90 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Equador (PNUD Equador), "[Cultivate: Blockchain to Improve Traceability and Livestock Farming Practices for the Ecuadorian Amazon](#)", PNUD.
- 91 Ibid.
- 92 Instituto de Estudios Ecuatorianos, "[Problemáticas de la tierra en el Ecuador](#)".
- 93 Luis Joel Sabande Elizalde, "[La apropiación indebida de tierras en las comunas de Manglaralto](#)", Aspectos jurídicos, 26 de agosto de 2017.
- 94 Ibid.
- 95 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Ana Cristina Basantes, jornalista da GK Ecuador, 20 de janeiro de 2021.
- 96 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Carlos Mazabanda, coordenador de campo da Amazon Watch para o Equador, 10 de fevereiro de 2021.
- 97 Tomás Quevedo, "[Agroindustria y concentración de la propiedad de la tierra: elementos para su definición y caracterización en el Ecuador](#)", 2013.
- 98 Daniela Aguilar, "[La palma africana se apodera silenciosamente de la Amazonía de Ecuador](#)", Mongabay, 4 de outubro de 2017.
- 99 Ibid.
- 100 Paula Álvarez Roa, "[Acaparamiento de tierras, fenómeno mundial con presencia en Colombia](#)", Grupo Semillas, 12 de fevereiro de 2015. Global Agriculture, "[Land Grabbing](#)". Käthe Meentzen, "[Resisting Land Grabbing in Ecuador](#)", Cultural Survival, março de 1986.
- 101 Ibid.
- 102 Laura Trajber Waisbich, Melina Risso, Terine Husek e Lycia Brasil, "[O ECOSISTEMA DO CRIME AMBIENTAL NA AMAZÔNIA: uma análise das economias ilícitas da floresta](#)", Instituto Igarapé, fevereiro de 2022.
- 103 InSight Crime e Instituto Igarapé, "[The Roots of Environmental Crime in the Peruvian Amazon](#)", 2 de junho de 2022.
- 104 Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável (FCDS), "[Vuelven a abrir vía entre Calamar y Miraflores, epicentro de la deforestación en Guaviare](#)", 1º de abril de 2020; Käthe Meentzen, "[Resisting Land Grabbing in Ecuador](#)", Cultural Survival, março de 1986. Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialistas em crimes ambientais no Equador, 20 de janeiro de 2021.
- 105 Inori Roy, "[Deforestation and land-grabs bring Covid-19 threats to Amazon and Gran Chaco residents](#)", Greenpeace, 17 de setembro de 2020; Luis Roberto Barroso e Patrícia Perrone Campos Mello, "[In Defense of the Amazon Forest: The Role of Law and Courts](#)", Harvard International Law Journal, Vol 62, (2021), pp. 68-94.
- 106 Mighty Earth, "[The Ultimate Mystery Meat](#)", 8 de março de 2017. Käthe Meentzen, "[Resisting Land Grabbing in Ecuador](#)", Cultural Survival, março de 1986; entrevista ao InSight Crime, por telefone, de María Belén Arroyo, jornalista que cobriu crimes ambientais no Equador, 23 de fevereiro de 2021; Miguel Orioste, "[Concentration and 'foreignization' of land in Bolivia](#)", Revue canadienne d'études du développement, vol. 33

- no. 4 (dezembro de 2012), pp. 439 – 457; Janette Bulkana e John Palmer, “[Rentier nation: Landlordism, patronage and power in Guyana's gold mining sector](#)”, The Extractive Industries and Society, Vol. 3, no. 3, (julho de 2011), pp. 676-689.
- 107 Dolors Armenteras, Pablo Negret, Luis F. Melgarejo, Tobia M. Lakes, María C. Londoño, Jaime García, Tobias Krueger, Matthias Baumann & Liliana M. Davalos, “[Curb land grabbing to save the Amazon](#)”, Nature Ecology & Evolution, Vol. 3, (28 de outubro de 2019), pp. 1497.
- 108 Luis Roberto Barroso e Patricia Perrone Campos Mello, “[In Defense of the Amazon Forest: The Role of Law and Courts](#)”, Harvard International Law Journal, Vol 62, (2021), pp. 68-94.
- 109 Rodrigo Uprimny Yepes, “[¿Un plan para legalizar la apropiación de baldíos?](#)”, Dejusticia, 14 de abril de 2019.
- 110 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alcides Vadillo, diretor regional da Fundación Tierra, 22 de junho de 2021; Asamblea Legislativa Plurinacional, lei nº 741, 2015 “[Ley de autorización de desmonte hasta 20 hectáreas para pequeñas propiedades y propiedades comunitarias o colectivas para actividades agrícolas y pecuarias](#)”.
- 111 Fundo Mundial para a Natureza (WWF), “[Illegal Logging](#)”.
- 112 Interpol, “[Forestry Crime](#)”; Nelly Luna Amancio, “[Los últimos árboles de la Amazonía | ESPECIAL](#)”, Mongabay e Ojo Público, 30 de setembro de 2018; Eduardo Franco Berton, “[Rare trees are disappearing as 'wood pirates' log Bolivian national parks](#)”, Mongabay, 29 de janeiro de 2020; entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Milagros Aguirre Andrade, jornalista que escreveu livro sobre o tráfico de madeira no Equador, 9 de março de 2021. Dan Collins, “[La Fiebre del 'Oro Rojo'](#)”, BBC Mundo, 13 de maio de 2008.
- 113 Katie Jones e María Fernanda Ramírez, “[Timber Mafias at Ecuador's Borders Cash in on Balsa Boom](#)”, InSight Crime, 1º de junho de 2021.
- 114 Interpol, “[Forestry Crime](#)”.
- 115 Interpol, “[Forestry Crime](#)”; Nelly Luna Amancio, “[Los últimos árboles de la Amazonía | ESPECIAL](#)”, Mongabay e Ojo Público, 30 de setembro de 2018. Entrevista ao InSight Crime, por telefone, da Interpol, 29 de março de 2021.
- 116 Nelly Luna Amancio, “[Los últimos árboles de la Amazonía | ESPECIAL](#)”, Mongabay e Ojo Público, 30 de setembro de 2018.
- 117 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Rhett Butler, fundador do Mongabay, 20 de janeiro de 2021.
- 118 Eduardo Franco Berton, “[Rare trees are disappearing as 'wood pirates' log Bolivian national parks](#)”, Mongabay, 29 de janeiro de 2020. Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de repórter do Mongabay e do Ojo Público, 10 de junho de 2021; La Razón, “[Tráfico de madera](#)”, 12 de julho de 2017.
- 119 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alcides Vadillo, diretor regional da Fundación Tierra, 22 de junho de 2021; Asamblea Legislativa Plurinacional, lei nº 741, 2015 “[Ley de autorización de desmonte hasta 20 hectáreas para pequeñas propiedades y propiedades comunitarias o colectivas para actividades agrícolas y pecuarias](#)”.
- 120 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alcides Vadillo, diretor regional da Fundación Tierra, 22 de junho de 2021.
- 121 FSC International Center, “[Centralized National Risk Assessment for Bolivia](#)”, 30 de junho de 2019.
- 122 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de ex-jornalista do jornal El Deber, 22 de junho de 2021.
- 123 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alcides Vadillo, diretor regional da Fundación Tierra, 22 de junho de 2021.
- 124 Nelly Luna Amancio, “[Los últimos árboles de la Amazonía | ESPECIAL](#)”, Mongabay e Ojo Público, 30 de setembro de 2018.
- 125 Ibid.
- 126 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de repórter do Mongabay e OjoPúblico, 10 de junho de 2021.
- 127 Miriam Telma Jemio, “[Los papeles sucios que lavan la madera en Bolivia](#)”, Mongabay, 30 de setembro de 2018. Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alex Vilca, secretário de Comunicação da Coordenação Nacional de Defesa de Territórios Indígenas Originários Camponeses e Áreas Protegidas (CONTIOCAP), 16 de junho 2021; repórter do Mongabay, 10 de junho de 2021; Eduardo Franco Berton, “[Rare trees are disappearing as 'wood pirates' log Bolivian national parks](#)”, Mongabay, 29 de janeiro de 2020.
- 128 TRAFFIC, WWF, UICN e Comissão Europeia, “[Ecuador Briefing Document – Por la madera legal](#)”.
- 129 The Economist, “[The wind-power boom set off a scramble for balsa wood in Ecuador](#)”, The Economist, 30 de janeiro de 2021.
- 130 Primicias, “[Las mafias de la balsa amenazan a la Amazonía ecuatoriana](#)”; The Economist, “[The wind-power boom set off a scramble for balsa wood in Ecuador](#)”, 30 de janeiro de 2021.
- 131 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Ana Cristina Basantes, jornalista da GK Ecuador, 20 de janeiro de 2021.
- 132 Ibid.
- 133 Daniela Aguilar, “[Alerta en la Amazonía ecuatoriana: madereros ilegales arrasan en medio de la pandemia](#)”, Mongabay, 8 de setembro de 2020.
- 134 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Nathalia Bonilla, ambientalista, Acción Ecológica, 27 de janeiro de 2021.
- 135 Pablo Pacheco e Elena Mejía, “[Forest Use and Timber Markets in the Ecuadorian Amazon](#)”, Center for International Forestry Research, 2013.
- 136 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialistas em crimes ambientais no Equador, 20 de janeiro de 2021.
- 137 María Belén Arroyo e Alejandro Pérez, “[The curse of Red Gold in Ecuador](#)”, Ojo Público, 22 de outubro 2018.
- 138 Jonathan Palma, “[Ecuador: Cuando las rutas de proyectos extractivos abren camino a la deforestación](#)”, Mongabay, 22 de fevereiro de 2017; El Universo, “[Pandemia no ha frenado deforestación y tala ilegal en Ecuador](#)”, 8 de julho de 2020.
- 139 Nelly Luna Amancio, “[Madera Sucia](#)”, Ojo Público, 30 de setembro de 2018.
- 140 James Bargent, “[Timber Laundering in Peru: The Mafia in the Middle](#)”, InSight Crime, 9 de maio de 2019.
- 141 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Milagros Aguirre Andrade, jornalista e autora de livro sobre o comércio de madeira no Equador, 9 de março de 2021.
- 142 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de funcionário do Ministério do Interior equatoriano, Quito, 22 de janeiro de 2019.

- 143 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de ex-político local, Venezuela, 3 de fevereiro de 2021; político regional, Venezuela, 10 de fevereiro de 2021.
- 144 Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), [“Coca Cultivation in the Andean Region. A survey of Bolivia, Colombia and Peru”](#), junho de 2006.
- 145 James Bargent, [“Bolivia Raises Coca Cultivation Limits, Widens Legal Supply-Demand Gap”](#), InSight Crime, 24 de fevereiro de 2017.
- 146 Victoria Dittmar, [“Coca Crops and Their Prices Grew in Bolivia in 2017: UNODC Report”](#), InSight Crime, 24 de agosto de 2018; Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), [“Estado Plurinacional da Bolívia. Monitoreo de Cultivos de Coca 2018”](#), agosto de 2019.
- 147 UNODC, [“Estado Plurinacional da Bolívia. Monitoreo de Cultivos de Coca 2020”](#), agosto de 2021.
- 148 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Eduardo Franco Berton, jornalista de animais silvestres, 18 de março de 2021.
- 149 Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), [“The 2019 UNODC monitoring report shows an increase in coca cultivation in Bolivia”](#), 29 de julho de 2020.
- 150 InSight Crime, [“Evo’s Challenge: Bolivia the Drug Hub”](#), InSight Crime, 2016.
- 151 Ibid.
- 152 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alcides Vadillo, diretor regional da Fundación Tierra, 22 de junho de 2021.
- 153 Entrevistas ao InSight Crime, Alex Villca, secretário de Comunicação da Coordenação Nacional de Defesa de Territórios Indígenas Originários Camponeses e Áreas Protegidas (CONTIOCAP), 16 de junho de 2021; Alcides Vadillo, diretor regional da Fundación Tierra, 22 de junho de 2021; ex-jornalista do El Deber, 22 de junho de 2021.
- 154 Ibid.
- 155 Eduardo Franco Berton, [“Rare trees are disappearing as ‘wood pirates’ log Bolivian national parks”](#), Mongabay, 29 de janeiro de 2020.
- 156 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de repórter do Mongabay e do OjoPúblico, 10 de junho de 2021.
- 157 Ibid.
- 158 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de repórter do Mongabay e do OjoPúblico, 10 de junho de 2021. Noticias Fides, [“Desmontes y concesiones mineras enfrentan las Áreas Protegidas, denuncian los guardaparques”](#), 25 de abril de 2021.
- 159 Primicias, [“Las mafias de la balsa amenazan a la Amazonía ecuatoriana”](#).
- 160 The Economist, [“The wind-power boom set off a scramble for balsa wood in Ecuador”](#), 30 de janeiro de 2021.
- 161 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Ana Cristina Basantes, jornalista da GK Ecuador, 20 de janeiro de 2021.
- 162 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Milagros Aguirre Andrade, jornalista e autora de livro sobre o comércio de madeira no Equador, 9 de março de 2021. El Universo, [“Pandemia no ha frenado deforestación y tala ilegal en Ecuador”](#), 8 de julho de 2020.
- 163 Miriam Telma Jemio, [“Los papeles sucios que lavan la madera en Bolivia”](#), Mongabay, 30 de setembro de 2018; entrevistas ao InSight Crime, por telefone, de repórter do Mongabay e do OjoPúblico, 10 de junho de 2021; Alex Villca, secretário de Comunicação da Coordenação Nacional de Defesa de Territórios Indígenas Originários Camponeses e Áreas Protegidas (CONTIOCAP), 16 de junho de 2021; Eduardo Franco Berton, [“Rare trees are disappearing as ‘wood pirates’ log Bolivian national parks”](#), Mongabay, 29 de janeiro de 2020.
- 164 Eduardo Franco Berton, [“Rare trees are disappearing as ‘wood pirates’ log Bolivian national parks”](#), Mongabay, 29 de janeiro de 2020.
- 165 Miguel Urieste, [“Concentración y extranjerización Concentración y extranjerización de la tierra en Bolivia. De la tierra en Bolivia”](#), Fundación Tierra, 2011; Gonzalo Colque, [“Fuego en Santa Cruz. Balance de los incendios forestales 2019 y su relación con la tenencia de la tierra”](#), Fundación Tierra, 10 de outubro de 2019; entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alcides Vadillo, diretor regional da Fundación Tierra, 22 de junho de 2021.
- 166 Tierra en los medios, [“Fundación TIERRA plantea la intervención del INRA y auditorías a los procesos de titulación”](#), Fundación Tierra, 25 de outubro de 2018. Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Eduardo Franco Berton, jornalista especializado em animais silvestres, 18 de março de 2021.
- 167 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Ana Cristina Basantes, jornalista da GK Ecuador, 20 de janeiro de 2021.
- 168 Ibid.
- 169 Katie Jones e María Fernanda Ramírez, [“Timber Mafias at Ecuador’s Borders Cash in on Balsa Boom”](#), InSight Crime, 1º de junho de 2021.
- 170 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de correspondente britânico na Bolívia, 11 de janeiro de 2021.
- 171 Entrevistas por telefone ao InSight Crime, Rhett Butler, fundador do Mongabay, 20 de janeiro de 2021; Alex Villca, secretário de Comunicação da Coordenação Nacional de Defesa de Territórios Indígenas Originários Camponeses e Áreas Protegidas (CONTIOCAP), 16 de junho de 2021.
- 172 Ivan Alejandro Paredes, [“El 84% de pistas destruidas a narcos operaba en Beni y Santa Cruz; Tarija es otra ruta”](#), El Deber, 10 de janeiro de 2022.
- 173 Katie Jones, María Fernanda Ramírez, [“GameChangers 2021: How Organized Crime Devoured the Amazon Rainforest”](#), 28 de dezembro de 2021; entrevistas ao InSight Crime de James Singh, chefe da Unidade Alfandegária Antinarcóticos da Alfândega da Guiana (CANU), 13 de outubro de 2021; InSight Crime e Instituto Igarapé, [“The Roots of Environmental Crime in the Peruvian Amazon”](#), 2 de junho de 2022.
- 174 Daniela Aguilar, [“La palma africana se apodera silenciosamente de la Amazonía de Ecuador”](#), Mongabay, 4 de outubro de 2017.
- 175 Ibid.
- 176 Ibid.
- 177 Entrevistas ao InSight Crime, Ana Cristina Basantes, jornalista da GK Ecuador, 20 de janeiro de 2021; Milagros Aguirre Andrade, jornalista que escreveu livro sobre o comércio de madeira no Equador, 9 de março de 2021; Primicias, [“Las mafias de la balsa amenazan a la Amazonía ecuatoriana”](#); The Economist, [“The wind-power boom set off a scramble for balsa wood in Ecuador”](#), 30 de janeiro de 2021.

- 178 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alex Villca, secretário de Comunicação da Coordenação Nacional de Defesa de Territórios Indígenas Originários Camponeses e Áreas Protegidas (CONTIOCAP), 16 de junho de 2021.
 - 179 Eduardo Franco Berton, "[Rare trees are disappearing as 'wood pirates' log Bolivian national parks](#)", Mongabay, 29 de janeiro de 2020.
 - 180 Daniela Aguilar, "[Alerta en la Amazonía ecuatoriana: madereros ilegales arrasan en medio de la pandemia](#)", Mongabay, 8 de setembro de 2020.
 - 181 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Milagros Aguirre Andrade, jornalista e autora de livro sobre o comércio de madeira no Equador, 9 de março de 2021. Primícias, "[Las mafias de la balsa amenazan a la Amazonía ecuatoriana](#)".
 - 182 The Economist, "[The wind-power boom set off a scramble for balsa wood in Ecuador](#)", 30 de janeiro de 2021.
 - 183 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de María Belén Arroyo, jornalista, 23 de fevereiro de 2021.
 - 184 María Belén Arroyo, "[La maldición del oro rojo en Ecuador](#)", Mongabay, 30 de setembro de 2018.
 - 185 Eduardo Franco Berton, "[Rare trees are disappearing as 'wood pirates' log Bolivian national parks](#)", Mongabay, 29 de janeiro de 2020.
 - 186 Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), "[Minería ilegal, June 2021](#)", dezembro de 2020.
 - 187 Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), "[Illegal Economy – Illegal Mining](#)", 2018.
 - 188 Ibid.
 - 189 Preços do ouro, "[home page](#)", 15 de dezembro de 2021; Yolanda Ortiz Mallol, "[Diagnóstico de la situación y herramientas existentes en la lucha contra los delitos medioambientales en la cuenca del Amazonas: especial referencia a la minería ilegal](#)", Programa de Assistência Contra o Crime Transnacional Organizado, abril de 2020.
 - 190 Freedom House, "[La minería ilegal en Venezuela está intensificando la violencia, el ecocidio y la corrupción. La comunidad internacional debe actuar](#)", outubro de 2020.
 - 191 Nueva Prensa Americana, "[SOSOrinoco presenta el primer mapeo preciso de la huella minera en la Amazonía venezolana](#)", 30 de janeiro de 2021.
 - 192 Nueva Prensa Americana, "[SOSOrinoco presenta el primer mapeo preciso de la huella minera en la Amazonía venezolana](#)", 30 de janeiro de 2021; SOS Orinoco, "[LA HUELLA MINERA EN LA AMAZONÍA VENEZOLANA](#)", dezembro de 2020.
 - 193 InSight Crime, "[Maduro's El Dorado: Gangs, Guerrillas and Gold in Venezuela](#)", 17 de novembro de 2021.
 - 194 Ibid.
 - 195 Ibid.
 - 196 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de ONG que estuda crime ambiental na Venezuela, 24 de junho de 2021.
 - 197 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialista do estado venezuelano do Amazonas, 18 de junho de 2021.
 - 198 Ibid.
 - 199 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de ONG que estuda crime ambiental na Venezuela, 24 de junho de 2021.
 - 200 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de ONG que estuda crime ambiental na Venezuela, 24 de junho de 2021.
 - 201 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialista em crimes ambientais no sul da Venezuela, maio de 2021.
 - 202 Entrevistas ao InSight Crime de especialista em crimes ambientais no sul da Venezuela, maio de 2021; ONG que estuda crime ambiental na Venezuela, 24 de junho de 2021.
 - 203 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialista em crimes ambientais no sul da Venezuela, maio de 2021.
 - 204 SOS Orinoco. "[Confirmed presence of ELN Guerrillas in Bolivar State, Venezuela](#)", 14 de maio de 2018; entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialista em crimes ambientais no sul da Venezuela, maio de 2021; Runrun, "[Fuga del Oro: Manos de Metal" o como se quema la ruta](#)," 22 de janeiro de 2019.
 - 205 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialista em crimes ambientais no sul da Venezuela, maio de 2021.
 - 206 Ibid.
 - 207 Comitê Nacional Holandês da União Internacional para a Conservação da Natureza, "[Opening the black box: Insights locais sobre o comércio global formal e informal de mercúrio revelaram](#)", abril de 2020.
 - 208 Ibid.
 - 209 Conectas, "[BCV, la exprimidora oficial del oro venezolano](#)", 2020.
 - 210 Ibid.
 - 211 Ibid.
 - 212 Ibid.
 - 213 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialista em crimes ambientais no sul da Venezuela, maio de 2021; SOS Orinoco, "[Confirmed presence of ELN Guerrillas in Bolivar State, Venezuela](#)", 14 de maio de 2018.
 - 214 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialista em crimes ambientais no sul da Venezuela, maio de 2021.
 - 215 Sustainable Tropics Alliance, "[Mato Grosso, Brazil. Current Situation](#)".
- Ministério da Justiça e Segurança Pública, "[PF deflagra Operação Dhabab para investigar contrabando de ouro para o Brasil](#)," 9 de outubro de 2020.

- 216 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de representante da oposição, Venezuela, 12 de junho de 2020.
- 217 Ibid.
- 218 Ibid.
- 219 Bram Ebus [“Aruba y Curacao: las lavanderías del oro venezolano en el Caribe”](#), Ojo Público, 23 de julho de 2019.
- 220 Ibid.
- 221 Ibid.
- 222 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Samuel Sittlington, ex-consultor da Unidade de Crime Organizado Especial da Guiana, 25 de fevereiro de 2021.
- 223 Ibid.
- 224 Ibid.
- 225 Ibid.
- 226 Camilla Costa, [“Destrucción del Amazonas: las principales amenazas para la mayor selva tropical del mundo en los 9 países que la comparten”](#), BBC News Mundo, 18 de fevereiro de 2020.
- 227 Ibid.
- 228 Ryan Michael, Amy Stuart, Maya Trotz, Fenda Akiwumi, [“Source Attribution of Atmospheric Mercury Deposition to Tampa using Positive Matrix Factorization”](#), 140° APHA Annual Meeting and Exposition, 2012.
- 229 Guyana Times, [“Iwokrama Unearths More Illegal Mining within Reservation”](#), 21 de outubro de 2020; Guyana Chronicle, [“Authorities Probe Illegal Gold Mining, Smuggling”](#), 27 de outubro de 2020.
- 230 Stabroek News, [“Illegal Mining Has Stopped but Dredges Still near Micobie”](#), 26 de novembro de 2020.
- 231 Crisis Group, [“Troubled Waters along the Guyana-Venezuela Border”](#), 28 de outubro de 2019.
- 232 Janette Bulkan, John Palmer, [“Rentier nation: Landlordism, patronage and power in Guyana’s gold mining sector”](#), The Extractive Industries and Society, vol. 26, pp. 676-689, julho de 2016.
- 233 Ibid.
- 234 Entrevistas ao InSight Crime de especialista em crimes ambientais, Georgetown, Guiana, 12 de outubro 2021; ONG ambiental, Georgetown, Guiana, 14 de outubro 2021; Janette Bulkan, John Palmer, [“Rentier nation: Landlordism, patronage and power in Guyana’s gold mining sector.”](#) The Extractive Industries and Society, vol. 26, pp. 676-689, julho de 2016.
- 235 Entrevista ao InSight Crime de Trevor Benn, ex-comissário de terras e pesquisas da Guiana, Georgetown, Guiana, 12 de outubro de 2021.
- 236 Entrevistas ao InSight Crime, Kid James e Nicholas Frederick, ex-diretor e membro do South Rupununi District Council (SRDC), Georgetown, Guiana, 11 de outubro de 2021.
- 237 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alva Solomon, jornalista guianense, 23 de fevereiro de 2021.
- 238 Entrevista ao InSight Crime, Aubrey Norton, ex-servidor do Ministério das Relações Exteriores e Cooperação Internacional, Georgetown, Guiana, 14 de outubro de 2021. Entrevistas ao InSight Crime, Kid James e Nicholas Frederick, ex-diretor e membro do South Rupununi District Council (SRDC), Georgetown, Guiana, 11 de outubro de 2021.
- 239 InSight Crime, William Wooldford, consultor da Comissão de Minas e Geologia da Guiana, Georgetown, Guiana, 12 de outubro de 2021.
- 240 Stabroek News, [“Massive Illegal Mining Operation in New River Shut Down”](#), 15 de outubro de 2020.
- 241 InSight Crime, William Wooldford, consultor da Comissão de Minas e Geologia da Guiana, Georgetown, Guiana, 12 de outubro de 2021.
- 242 Vice News, [“The Illegal Gold in Your Phone Is Slowly Poisoning the Amazon”](#), 18 de setembro de 2020.
- 243 Ibid.
- 244 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Janette Bulkan e John Palmer, especialistas em mineração e latifúndio na Guiana e pesquisadores da Universidade de Vancouver, 3 de março de 2021.
- 245 Crisis Group, [“Troubled Waters along the Guyana-Venezuela Border”](#).
- 246 Observatory of Economic Complexity, [“Suriname”](#), 2019.
- 247 Alex Botte, [“Five ‘Safe-Haven’ Assets and Their Performance During the COVID Market Crisis”](#), Two Sigma, 9 de junho de 2020. Anna Golubova, [“The pandemic ‘change the world’ and gold price will reap the benefits – CPM Group”](#), Kitco, 23 de março de 2021.
- 248 Volkskrant, [“Welk Suriname wordt beter vangoudkoorts?”](#), 19 de janeiro de 2011.
- 249 Ibid.
- 250 Marcello Veiga, [“Artisinal Gold Mining Activities in Suriname”](#), Organização de Desenvolvimento Industrial da ONU, dezembro de 1997.
- 251 StarNieuws, [“Nieuw Koffiekamp zal illegale goudzoekers Rosebel weren”](#), 3 de novembro de 2021.
- 252 Goudwinning in Suriname, [“Goudwinning in Suriname”](#), 19 de julho de 2013.
- 253 Leontien Cremers, Judith Kolen, [“Small-Scale Gold Mining in the Amazon: The Cases of Bolivia, Brazil, Colombia, Peru and Suriname”](#), Centro de Estudos para o Desenvolvimento Laboral e Agrário (CEDLA), 2013.
- 254 Leontien Cremers, Judith Kolen, [“Small-Scale Gold Mining in the Amazon: The Cases of Bolivia, Brazil, Colombia, Peru and Suriname”](#), Centro de Estudos para o Desenvolvimento Laboral e Agrário (CEDLA), 2013; Marieke Heemskerk e Celine Duijves, [“Child Labor in the Small-Scale Gold Mining Industry in Suriname”](#), ICF, janeiro de 2012.

- 255 Apoorva Joshi, [“Gold mining boom threatens communities in Suriname”](#), Mongabay, 4 de novembro de 2015.
- 256 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Wilfred Leeuwin, jornalista do Suriname, 15 de julho de 2021.
- 257 StarNieuws, [“Nieuw Koffiekamp zal illegale goudzoekers Rosebel weren”](#), 3 de novembro de 2021; Reuters, [“Canada’s Iamgold halts some work at Rosebel mine in Suriname: report”](#), 3 de outubro de 2019; entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Wilfred Leeuwin, jornalista do Suriname, 15 de julho de 2021.
- VICE Holanda. [“De goudenbergen van Suriname”](#), Youtube, 22 de fevereiro de 2017.
- 258 Gwen Pol, [“De goudenbergen van Suriname,”](#) VICE Holanda, 22 de fevereiro de 2017; Vanessa Romo, [“Jaguars in Suriname’s protected parks remain vulnerable to poaching”](#), Mongabay, 26 de fevereiro de 2021.
- 259 Marieke Heemskerk, Celine Dujives, [“Small-Scale Gold Mining at Brownsberg National Park”](#), WWF, dezembro de 2015.
- 260 Cheryl White, [“Brownsberg Nature Park Situation Analysis”](#), Embaixada da Holanda no Suriname, the Fundo Francês para o Meio Ambiente Global (FFEM) e WWF Holanda, março de 2012.
- 261 VICE Holanda. [“De goudenbergen van Suriname”](#), Youtube, 22 de fevereiro de 2017.
- 262 Marieke Heemskerk, Rachael van der Kooye, [“Challenges to Sustainable Small-Scale Mine Development in Suriname”](#), janeiro de 2003.
- 263 Marieke Heemskerk, [“Kleinschaligegoudwinning in Suriname Eenoverzicht van sociaaleconomische, politieke, en milieu-aspecten”](#), Centrum voor Studieren Documentatie van Latijns Amerika – CEDLA, 30 de maio de 2009.
- 264 Ibid.
- 265 Marieke Heemskerk, Rachael van der Kooye, [“Challenges to Sustainable Small-Scale Mine Development in Suriname”](#), janeiro de 2003.
- 266 Bram Ebus e Wilfred Leeuwin, [“The Gold Rush Threatening the World’s Greenest Country”](#), Diálogo Chino, 14 de setembro de 2020.
- 267 Governo da República do Suriname, [“OrderingGoudsector \(OGS\)”](#).
- 268 Marieke Heemskerk, [“The Gold Mining Marketing Chain in Suriname”](#), WWF–Guianas Sustainable Natural Resource Management Project (GSNRMP), 2010.
- 269 Ibid.
- 270 Bureau Buitenland, [“Venezolaansconflictgoud via Suriname naar Nederland”](#), 9 de setembro de 2020.
- 271 Governo da República do Suriname, [“OrderingGoudsector \(OGS\)”](#); Marjo de Theije and Ton Salman, [“Conflicts in marginal locations: Small-scale gold-mining in the Amazon”](#), Universidade Nacional da Austrália, 2018.
- 272 Bram Ebus, [“Venezolaans conflictgoud via Suriname naar Nederland”](#). Rádio NPO 1, 9 de setembro de 2020.
- 273 Marieke Heemskerk, [“The Gold Mining Marketing Chain in Suriname”](#), WWF–Guianas Sustainable Natural Resource Management Project (GSNRMP), 2010.
- 274 The Observatory of Economic Complexity, [“Suriname”](#), 2019.
- 275 Claire Press, [“The elite soldiers protecting the Amazon rainforest”](#), BBC, 10 de maio de 2019.
- 276 Dagblad West, [“Lucratieve goudsmokkel Guyana- Suriname-VS”](#), 15 de agosto de 2015.
- 277 Bram Ebus, [“Venezolaans conflictgoud via Suriname naar Nederland”](#), NPO Radio 1, 9 de setembro de 2020.
- 278 Bram Ebus, [“Las medidas en contra de la minería ilegal en la Amazonía colombiana no son suficientes”](#), Mongabay, 2016.
- 279 Bram Ebus, [“TRACING TAINTED GOLD”](#), Infoamazonia, 14 de setembro de 2020.
- 280 Ibid.
- 281 Marieke Heemskerk, [“The Gold Mining Marketing Chain in Suriname”](#), WWF–Guianas Sustainable Natural Resource Management Project (GSNRMP), setembro de 2010.
- Sandra Korstjens, [“De Amazone, Suriname – Goudkoorts”](#), Rádio Pública Holandesa, 8 de julho de 2020.
- 282 Marieke Heemskerk, [“The Gold Mining Marketing Chain in Suriname”](#), WWF–Guianas Sustainable Natural Resource Management Project (GSNRMP), setembro de 2010; Sandra Korstjens, [“De Amazone, Suriname – Goudkoorts”](#), Rádio Pública Holandesa, 8 de julho de 2020.
- 283 Marieke Heemskerk, [“The Gold Mining Marketing Chain in Suriname”](#), WWF–Guianas Sustainable Natural Resource Management Project (GSNRMP), setembro de 2010.
- 284 Ibid.
- 285 Mario deTheije, Ton Salman, [“Conflicts in marginal locations: Small-scale gold-mining in the Amazon”](#), in Kuntala Lahiri-Dutt (ed.), [“Between the Plough and the Pick Informal, artisanal and small-scale mining in the contemporary world ”](#) (Australian National University Press, 2019).
- 286 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialista em crimes ambientais no sul da Venezuela, maio de 2021.
- 287 Entrevistas ao InSight Crime, por telefone, de trabalhador de Las Claritas, 9 de março de 2022; defensor dos indígenas defendidos em Bolívar, 28 de fevereiro de 2022; oficial de Ciudad Bolívar CICPC. Puerto Ordaz, 9 de fevereiro de 2022.
- 288 Entrevista ao InSight Crime de mineiro da mina Yin Yang, El Callao, 12 de fevereiro de 2020.
- 289 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialista em crimes ambientais no sul da Venezuela, maio de 2021.
- 290 Entrevistas ao InSight Crime, por telefone, de motorista no estado de Bolívar, Venezuela, 10 de março de 2021; jornalista especializado em mineração ilegal no estado de Bolívar, Caracas, Venezuela, 19 de fevereiro de 2020.
- 291 Entrevistas ao InSight Crime, ex-funcionário da Minerven, Guasipati, 12 de fevereiro de 2020; comerciante de ouro local, Guasipati, 12 de fevereiro de 2020; entrevista ao InSight Crime, por telefone, de jornalista de Bolívar, 17 de fevereiro de 2020.

- 292 Entrevista ao InSight Crime de mineiro da mina Yin Yang, El Callao, 12 de fevereiro de 2020.
- 293 Entrevistas ao InSight Crime, especialista em crimes ambientais no sul da Venezuela, 21 de maio de 2021; ONG que estuda crime ambiental na Venezuela, 24 de junho de 2021.
- 294 SOS Orinoco, [“La Minería Aurífera en el Parque Nacional Yacacana Amazonas Venezolano: Un caso de extrema urgencia ambiental y geopolítica, nacional e internacional”](#), 30 de abril de 2018; SOS Orinoco, [“Minería, guerrilla y enfermedades: el legado de la revolución a los indígenas de la Reserva de Biosfera Alto Orinoco Casiquiare, Amazonas Venezolano”](#), 28 de agosto de 2020; SOS Orinoco, [“Autana: guerrilla, minería y narcotráfico al pie del ‘Árbol de la Vida’](#)”, 2 de outubro de 2020.
- 295 Ibid.
- 296 Guyana Times, [“Govt clamps down on illegal mining, logging – Natural Resources Ministry”](#), 27 de outubro de 2020.
- 297 Insight Crime, [“Guyana’s Mining Region is Open Door to Venezuelan Organized Crime”](#), 9 de dezembro de 2019.
- 298 Kaitour News, [“El Dorado leads exports as Gold Board reports 629,000 ounces for 2019”](#), 7 de janeiro de 2020.
- 299 Bram Ebus, [“Rastreado El Oro Contaminado”](#), Infoamazônia, 14 de setembro de 2020.
- 300 Marcelle Thomas, [“El Dorado Trading denies illegal Venezuela gold link”](#), Stabroek News, 31 de dezembro de 2020.
- 301 Guyana Times, [“‘Our operations meet the highest of verifiable standards’ – El Dorado Trading”](#), 1º de janeiro de 2021.
- 302 Marcelle Thomas, [“El Dorado Trading denies illegal Venezuela gold link”](#), Stabroek News, 31 de dezembro de 2020.
- 303 Katie Jones, [“US-Curaçao Gold Smuggling Highlights Strategic Caribbean Passage”](#), InSight Crime, 29 de junho de 2021.
- 304 Ibid.
- 305 Ibid.
- 306 Katie Jones, [“US-Curaçao Gold Smuggling Highlights Strategic Caribbean Passage”](#), InSight Crime, 29 de junho de 2021.
- 307 Investico, [“De beste FinCen verhalen wereldwijd”](#), 21 de setembro de 2020; Camilla Hodgson, [“EY zou oogie hebben dichtgeknepen bij bedrijf dat goudstaven zilver verfde, claimt ontslagen klokkenluider”](#), Business Insider, 22 de janeiro de 2018.
- 308 Governo do Suriname, [“Gold”](#), 2019.
- 309 Ibid.
- 310 Mining Weekly, [“Precious metals company expands into Latin America”](#), 26 de julho de 2013.
- 311 Douglas Farah e Kathryn Babineau, [“Suriname: The New Paradigm of a Criminalized State”](#), Center for a Security Free Society, março de 2017.
- 312 Kyra Gurney, [“US Treasury Department abandoned major money laundering case against Dubai gold company”](#), ICIJ, 21 de setembro de 2020.
- 313 Douglas Farah e Kathryn Babineau, [“Suriname: The New Paradigm of a Criminalized State”](#), Center for a Security Free Society, março de 2017.
- 314 Ibid.
- 315 Ibid.
- 316 Ibid.
- 317 Douglas Farah e Caitlyn Yates, [“Maduro’s last stand: Venezuela’s Survival Through the Bolivarian Joint Criminal Enterprise”](#), IBI Consultants, LLC and National Defense University (INSS), maio de 2019.
- 318 Kyra Gurney, [“US Treasury Department abandoned major money laundering case against Dubai gold company”](#), ICIJ, 21 de setembro de 2020.
- 319 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de jornalista surinamense, 29 de março de 2021. Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialista em corrupção no Suriname, 27 de maio de 2021.
- 320 Bram Ebus, [“Tracing Tainted Gold”](#), Infoamazonia, 14 de setembro de 2020.
- 321 Ibid.
- 322 Ibid.
- 323 Ibid.
- 324 Ibid.
- 325 Zoe Deceuninck, [“Hoe zuiver is het Surinaamse goud?”](#), De Groene Amsterdammer, 3 de março de 2021.
- 326 De West, [“Kaloti mint house is economisch irrationeel en fictief project”](#), 28 de maio de 2019.
- 327 Zoe Deceuninck, [“Hoe zuiver is het Surinaamse goud?”](#), De Groene Amsterdammer, 3 de março de 2021.
- 328 Sandra Korstjens, [“De Amazone, Suriname – Goudkoorts”](#), Rádio Pública Holandesa, 8 de julho de 2020.
- 329 Entrevistas ao InSight Crime, Timothy Laing, economista ambiental, 3 de março de 2021; InSight Crime, William Wooldford, consultor da Comissão de Minas e Geologia da Guiana, Georgetown, Guiana, 12 de outubro de 2021.
- 330 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Timothy Laing, economista ambiental, 3 de março de 2021.
- 331 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Evan Ellis, associado sênior, Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 19 de maio de 2021.
- 332 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Evan Ellis, associado sênior, Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 19 de maio de 2021.
- 333 Ibid.

- 334 Daniel Pardo, "[Lo que se sabe de la supuesta masacre de 28 mineros en Venezuela](#)", BBC Mundo, 8 de março de 2016.
- 335 Ibid.
- 336 Ibid.
- 337 Ibid.
- 338 Fundo Mundial para a Natureza (WWF), "[Illegal Wildlife Trade in the Amazon](#)".
- 339 Mônica Moraes e Jaime Sarmiento, "[Biodiversidade na Bolívia: Selected Countries in the Americas and Australia](#)", dezembro de 2018.
- 340 Patricia Miloslavich, Eduardo Klein, Edgard Yerena, and Alberto Martin, "[Marine Biodiversity in Venezuela: Status and Perspectives](#)", 2003.
- 341 MapX, "[Ecuador](#)".
- 342 Fundo Mundial para a Natureza (WWF), "[Illegal Wildlife Trade in the Amazon](#)".
- 343 Laurel A. Neme, "[Tráfico ilegal de especies en América Latina está explotando en alcance y en escala](#)", Mongabay, 17 de novembro de 2015.
- 344 Juliana Jaimes Vargas, "[Aves amazónicas momificadas: un rastro del tráfico animal de más de 500 años de antigüedad](#)", El Espectador, 12 de abril de 2021.
- 345 Fundo Mundial para a Natureza (WWF), "[Illegal Wildlife Trade in the Amazon](#)".
- 346 Laurel A. Neme, "[Tráfico ilegal de especies en América Latina está explotando en alcance y en escala](#)", Mongabay, 17 de novembro de 2015.
- 347 Ibid.
- 348 Ibid.
- 349 Miriam Telma Jemio, "[Wildlife for sale: Jaguars are the new trafficking victims in Bolivia](#)", Mongabay, 20 de dezembro de 2016.
- 350 Sergio Saffón, "[Suriname's Jaguar Trade: From Poaching to Paste](#)", InSight Crime, 24 de setembro de 2020.
- 351 Interpol, "[Wildlife Crime](#)".
- 352 Comitê Nacional Holandês da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), "[An assessment of wildlife poaching and trafficking in Bolivia and Suriname](#)", 2019.
- 353 Jeanfreddy Gutierrez, "[Animais tropicais traficados: as exportações fantasmas da Venezuela](#)", Mongabay, 1 de outubro de 2015.
- 354 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Julia Salvador, coordenadora do Programa de Tráfico de animais silvestres, Wildlife Conservation Society Equador e Galo Zapata Ríos, diretor científico da Wildlife Conservation Society Equador, 19 de janeiro de 2021;
- Comitê Nacional Holandês da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), "[An assessment of wildlife poaching and trafficking in Bolivia and Suriname](#)", 2019.
- 355 Entrevista ao InSight Crime, Miranda La Rose, jornalista, Georgetown, Guiana, 11 de outubro de 2021.
- 356 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Laura George, jornalista, 11 de outubro de 2021.
- 357 Entrevista ao InSight Crime, Rudolph Thompson, exportador de animais silvestres, Georgetown, Guiana, 12 de outubro de 2021.
- 358 Entrevista ao InSight Crime, Lemuel Cromwell, diretor da Divisão de Monitoramento e Compliance da Comissão de Conservação e Gestão de Animais Silvestres da Guiana, Georgetown, Guiana, 15 de outubro de 2021.
- 359 Fundo Mundial para a Natureza (WWF), "[Illegal Wildlife Trade in the Amazon](#)".
- 360 Bernardo Ortiz-von Halle "[Lessons from 50 years of bird trade regulation and conservation in Amazon countries](#)", TRAFFIC, 16 de janeiro de 2019.
- 361 Ibid.
- 362 Ibid.
- 363 Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) Redução de Oportunidades para o Transporte Ilegal de Espécies Ameaçadas (ROUTES), "[Taking Off. Wildlife Trafficking in the Latin America and Caribbean Region](#)", 2021.
- 364 Pauline Verheij, "[Assessment of wildlife poaching and trafficking in Bolivia and Suriname](#)", Comitê Nacional Holandês da IUCN, 2019. AT5, "[Douane onderschept 81 zangvogeltjes](#)", 1º de abril de 2008.
- 365 Fundo Mundial para a Natureza (WWF), "[Illegal Wildlife Trade in the Amazon](#)"; Jessica A. Lyons e Daniel J.D. Natusch, "[Wildlife laundering through breeding farms: Illegal harvest, population declines and a means of regulating the trade of green pythons \(Morelia viridis\) from Indonesia](#)", Biological Conservation, Vol. 144 no. 12 (2011) pp. 3073-3081; WWF, "Ending Illegal Wildlife Trade", setembro de 2020.
- 366 Centro de Estudos Avançados de Defesa (C4ADS), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), "[Americas](#)", Redução de Oportunidades de Transporte Ilegal de Espécies Ameaçadas (ROTAS).
- 367 Loop News, "[Update: 3 to be charged after 47 birds drowned at sea](#)", 2 de junho de 2020.
- 368 Entrevista ao InSight Crime de Lemuel Cromwell, diretor da Divisão de Monitoramento e Compliance da Comissão de Conservação e Gestão da animais silvestres da Guiana, Georgetown, Guiana, 15 de outubro de 2021; Elana Shepert, "[BC SPCA Launches Petition to End International Trade of Exotic Birds, Wild Animals](#)", Powell River Peak, 15 de janeiro de 2021.
- 369 Miriam Telma Jemio, "[Wildlife for sale: Jaguars are the new trafficking victims in Bolivia](#)", Mongabay, 20 de dezembro de 2016.
- Sergio Saffón, "[Suriname's Jaguar Trade: From Poaching to Paste](#)", InSight Crime, 24 de setembro de 2020.
- 370 EFE, "[Ecuador afronta una implacable lucha contra el tráfico de vida silvestre](#)", El Comercio, 9 de junho de 2019.

- 371 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Julia Salvador, coordenadora do Programa de Tráfico de animais silvestres, Wildlife Conservation Society Equador e Galo Zapata Ríos, diretor científico da Wildlife Conservation Society Equador, 19 de janeiro de 2021.
- 372 Ministério do Meio Ambiente do Equador, "[Golpe contra el tráfico ilegal de animales silvestres](#)".
- 373 Bernardo Ortiz-von Halle "[Lessons from 50 years of bird trade regulation and conservation in Amazon countries](#)", TRAFFIC, 16 de janeiro de 2019.
- Ibid.
- 374 Ibid.
- 375 Ibid.
- 376 Ministério do Meio Ambiente do Equador, "[Golpe contra el tráfico ilegal de animales silvestres](#)".
- 377 Ibid.
- 378 Ibid.
- 379 Fundo Mundial para a Natureza (WWF), "[Illegal Wildlife Trade in the Amazon](#)".
- 380 Ministério do Meio Ambiente do Equador, "[Golpe contra el tráfico ilegal de animales silvestres](#)".
- 381 Bernardo Ortiz-von Halle "[Lessons from 50 years of bird trade regulation and conservation in Amazon countries](#)", TRAFFIC, 16 de janeiro de 2019.
- 382 Tanya Wyatt, Kelly Johnson, Laura Hunter, Ryan George e Rachel Gunter, "[Corruption and Wildlife Trafficking: Three Case Studies Involving Asia](#)", 15 de agosto de 2017.
- 383 Ibid.
- 384 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Julia Salvador, coordenadora do Programa de Tráfico de animais silvestres, Wildlife Conservation Society Equador e Galo Zapata Ríos, diretor científico da Wildlife Conservation Society Equador, 19 de janeiro de 2021.
- 385 Ibid.
- 386 Isabel Riofrio, "[ESPECIAL Fauna silvestre a la venta: ¿Es posible ganar la pelea en Ecuador?](#)", Mongabay, 18 de outubro de 2016.
- 387 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Vanessa Kadosoe, pesquisadora de onças, Institute for Neotropical Wildlife and Environmental Studies (NeoWild), 13 de janeiro de 2021.
- 388 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Julia Salvador, coordenadora do Programa de Tráfico de animais silvestres, Wildlife Conservation Society Equador e Galo Zapata Ríos, diretor científico da Wildlife Conservation Society Equador, 19 de janeiro de 2021.
- 389 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Vanessa Kadosoe, pesquisadora de onças-pintadas, Institute for Neotropical Wildlife and Environmental Studies (NeoWild), 13 de janeiro de 2021. Fundo Mundial para a Natureza (WWF), "[Illegal Wildlife Trade in the Amazon](#)".
- 390 Ibid.
- 391 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Milagros Aguirre Andrade, jornalista e autora de livro sobre o comércio de madeira no Equador, 9 de março de 2021.
- 392 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialistas em crimes ambientais no Equador, 20 de janeiro de 2021.
- 393 Robert Evan Ellis, "[Security Challenges in Guyana and the Government Response](#)", Journal of the Americas, Vol. 1, no. 3, (6 de dezembro de 2019), pp. 205-229; entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Samuel Sittlington, ex-consultor da Unidade de Crime Organizado Especial da Guiana, 25 de fevereiro de 2021.
- 394 InSight Crime, "[Guyana's Mining Region is Open Door to Venezuelan Organized Crime](#)", 9 de dezembro de 2019.
- 395 Ibid.
- 396 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Samuel Sittlington, ex-consultor da Unidade de Crime Organizado Especial da Guiana, 25 de fevereiro de 2021.
- 397 International Human Rights Clinic Human Rights Program, "[All That Glitters: Gold Mining In Guyana The Failure Of Government Oversight And The Human Rights Of Amerindian Communities](#)", Harvard Law School, 2007.
- 398 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Janette Bulkan e John Palmer, especialistas em mineração e latifúndio na Guiana, 3 de março de 2021.
- 399 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alva Solomon, jornalista freelancer, 25 de fevereiro de 2021.
- 400 Ministério do Meio Ambiente e da Água do Equador, "[20 personas detenidas por delito de asociación ilícita de tráfico ilegal de madera](#)", 15 de novembro de 2017.
- 401 Ibid.
- 402 Ibid.
- 403 Ibid.
- 404 Ibid.
- 405 Wilmer Torres, "[Hay minería ilegal en seis parroquias del cantón amazónico de Tena](#)", Primicias, 15 de fevereiro de 2022.
- 406 Ibid.
- 407 Ibid.
- 408 Noticias Mundo, "[Autoridades de la provincia de Napo estarían involucradas en minería legal e ilegal, según colectivo social](#)", 7 de janeiro de 2022.

- 409 Ibid.
- 410 Iván Paredes Tamayo, "[Traficantes de tierra invaden área protegida de Bajo Paraguará en Bolivia](#)", Mongabay, 12 de julho de 2021.
- 411 Ibid.
- 412 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alcides Vadillo, diretor regional da Fundación Tierra, 22 de junho de 2021.
- 413 Ibid.
- 414 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alcides Vadillo, diretor regional da Fundación Tierra, 22 de junho de 2021.
- 415 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de ex-jornalista do El Deber, 22 de junho de 2021.
- 416 Gonzalo Colque, "[Fuego en Santa Cruz. Balance de los incendios forestales 2019 y su relación con la tenencia de la tierra](#)", Fundación Tierra, 10 de outubro de 2019.
- 417 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de ex-jornalista do El Deber, 22 de junho de 2021.
- 418 Entrevistas ao InSight Crime, especialistas em crimes ambientais na Guiana, Georgetown, Guiana, 12 de outubro de 2021; observador de mineração, Georgetown, Guiana, 12 de outubro 2021; Leis da Guiana, "[Mining Act](#)", 1998.
- 419 Entrevista ao InSight Crime, especialista em crimes ambientais na Guiana, Georgetown, Guiana, 12 de outubro de 2021.
- 420 Ibid.
- 421 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialista em crimes ambientais no sul da Venezuela, maio de 2021.
- SOS Orinoco, "[Confirmed presence of ELN Guerrillas in Bolivar State, Venezuela](#)", 14 de maio de 2018;
- Sarai Coscojuela, "[Fuga del Oro: Manos de Metal](#)" o como se quema la ruta", Runrun, 22 de janeiro de 2019.
- 422 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialista em crimes ambientais no sul da Venezuela, maio de 2021.
- 423 InSight Crime, "[Álex Saab](#)", 14 de junho de 2020.
- 424 Ibid.
- 425 Unidade de Investigação da Venezuela, "[Alleged Money Launderer Álex Saab Facing US Justice Triggers Fallout from Venezuela](#)", InSight Crime, 19 de outubro de 2021.
- 426 Roberto Deniz, "[The King Midas of the Clap Business Lays His Hands on the Gold of Guyana](#)", Armando Info, 28 de outubro de 2018.
- 427 Ibid.
- 428 Roberto Deniz, "[The King Midas of the Clap Business Lays His Hands on the Gold of Guyana](#)", Armando Info, 28 de outubro de 2018.
- 429 Miel Silvestre, "[Delitos contra el medio ambiente ¿qué dicen las leyes bolivianas?](#)", Fundación Solon, 22 de fevereiro de 2021.
- 430 Estado Plurinacional da Bolívia, "[V Informe Nacional Convenio de las Naciones Unidas sobre la Diversidad Biológica. Vivir Bien en armonía con la Madre Tierra](#)", 2015.
- 431 Ibid.
- 432 Miel Silvestre, "[Delitos contra el medio ambiente ¿qué dicen las leyes bolivianas?](#)", Fundación Solon, 22 de fevereiro de 2021. Michele Carrere, "[Mónica Moraes: la bióloga boliviana detrás de la defensa del TIPNIS](#)", 11 de junho de 2019.
- 433 Ministério de Justiça da Bolívia, "[Código Penal e Código de Processo Penal](#)", 2010. Miel Silvestre, "[Delitos contra el medio ambiente ¿qué dicen las leyes bolivianas?](#)", Fundación Solon, 22 de fevereiro de 2021.
- 434 Ibid.
- 435 Congresso da Bolívia, "[Lei 1333 de 1992](#)". Miel Silvestre, "[Delitos contra el medio ambiente ¿qué dicen las leyes bolivianas?](#)", Fundación Solon, 22 de fevereiro de 2021.
- 436 Temas ambientales, "[Leyes Ambientales de Venezuela](#)".
- 437 Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), "[Ley Orgánica del Ambiente \(Ley No. 5.833\)](#)", Observatory on Principle 10 in Latin America and the Caribbean, dezembro de 2006.
- 438 Jeanfreddy Gutiérrez Torres, "[Venezuelan crisis: Government censors environmental and scientific data](#)", Mongabay, 16 de outubro de 2019.
- 439 Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela, "[Ley Penal del Ambiente](#)", 2 de maio de 2012.
- 440 Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela, "[Ley Penal del Ambiente](#)", 2 de maio de 2012.
- 441 International Crisis Group, "[Gold and Grief in Venezuela's Violent South](#)", 28 de fevereiro de 2019.
- 442 Jeanfreddy Gutiérrez Torres, "[Venezuelan crisis: Government censors environmental and scientific data](#)", Mongabay, 16 de outubro de 2019.
- 443 [Constituição da República do Equador](#), 20 de outubro de 2008.
- 444 Ibid.
- 445 Ibid.
- 446 Ibid.
- 447 Vanessa Romo, "[Using technology, indigenous monitors in the Amazon combat environmental crime](#)", Mongabay, 30 de junho de 2020.
- 448 [Código Penal do Equador](#), 10 de fevereiro de 2014.
- 449 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Julia Salvador, coordenadora do Programa de Tráfico de animais silvestres, Wildlife Conservation Society Equador e Galo Zapata Ríos, diretor científico da Wildlife Conservation Society Equador, 19 de janeiro de 2021.

- 450 Gaulbert Sutherland, [“Guyana focuses deforestation prevention efforts on conservation and management”](#), Mongabay, 24 de janeiro de 2017.
- 451 Governo da República Cooperativa da Guiana e ONU Meio Ambiente, [“Green State Development Strategy: Vision 2040. Diversified, Resilient, Low-carbon, People-centred”](#), maio de 2019.
- 452 Ibid.
- 453 Parlamento da República Cooperativa da Guiana, [“Lei de Proteção Ambiental”](#), 1996.
- 454 Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), [“Ley Orgánica del Ambiente \(11 No. 1996\)”](#), Observatory on Principle 10 in Latin America and the Caribbean, dezembro de 1996.
- 455 Ministério de Recursos Naturais do Suriname, [“Note on Minerals Institute Suriname”](#), fevereiro de 2019.
- 456 Ellen-Rose Kambel, [“Indigenous peoples and Maroons in Suriname”](#), Banco Interamericano de Desenvolvimento, setembro de 2006.
- 457 Ibid.
- 458 Ibid.
- 459 Yvette Sierra Praeli, [“Los desafíos ambientales de Bolivia en el 2021”](#), Mongabay, 21 de janeiro de 2021.
- 460 Reuters, [“PERFIL-Arce, el padre del “milagro boliviano” que devuelve el socialismo al poder”](#), 19 de outubro de 2020; Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de repórter do Mongabay e do OjoPúblico, 10 de junho de 2021.
- 461 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de repórter do Mongabay e do OjoPúblico, 10 de junho de 2021.
- 462 Yvette Sierra Praeli, [“Los desafíos ambientales de Bolivia en el 2021”](#), Mongabay, 21 de janeiro de 2021.
- 463 Ibid.
- 464 Armando Rodríguez, Verónica Ibarregaray, Rodney Camargo, Lilian Painter, Ariel Reinaga, Oscar Chacón, Carlos Espinosa, Cristina Pabón, Jorge Calvet, Francisco Molina, Boris Fernández, [“Incendios Forestales en Bolivia 2020. Análisis de impactos de los incendios forestales sobre los valores de la conservación en Bolivia”](#), Fundación Amigos de la Naturaleza e Wildlife Conservation Society, junho de 2021.
- 465 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alcides Vadillo, diretor regional da Fundación Tierra, 22 de junho de 2021.
- 466 Unidade de Investigação da Venezuela, [“Venezuela Relies on Gold as Other Criminal Economies Dry Up”](#), InSight Crime, 1º de junho de 2020. Mónica Martiz, [“La Sangrienta Fiebre de Oro: Pranes, Guerrilla y Militares”](#), Transparencia Venezuela 2018.
- 467 Mónica Martiz, [“La Sangrienta Fiebre de Oro: Pranes, Guerrilla y Militares”](#), Transparencia Venezuela 2018.
- 468 The Washington Office on Latin America (WOLA), 22 de outubro de 2019.
- 469 Mónica Martiz, [“La Sangrienta Fiebre de Oro: Pranes, Guerrilla y Militares”](#), Transparencia Venezuela 2018. Bram Ebus, [“Why Environmental Security is Paramount to Venezuela’s Future”](#), The Washington Office on Latin America (WOLA), 22 de outubro de 2019.
- 470 Jeanfreddy Gutiérrez Torres, [“Venezuelan crisis: Government censors environmental and scientific data”](#), Mongabay, 16 de outubro de 2019.
- 471 María Antonia Tigre, [“Regional Cooperation in Amazonia: a comparative environmental law analysis”](#), (Leiden, Boston, 2017).
- 472 Jeanfreddy Gutiérrez Torres, [“Venezuelan crisis: Government censors environmental and scientific data”](#), Mongabay, 16 de outubro de 2019.
- 473 Bram Ebus, [“Why Environmental Security is Paramount to Venezuela’s Future”](#), The Washington Office on Latin America (WOLA), 22 de outubro de 2019.
- 474 [Constituição da República do Equador](#), 20 de outubro de 2008.
- 475 Antonio José Paz Cardona, [“Los desafíos ambientales de Ecuador en el 2020,”](#) Mongabay, 16 de janeiro de 2020.
- 476 John Machado, [“El dinero sucio de la minería ilegal se lava a través de empresas”](#), Primicias, 22 de janeiro de 2020. Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Nathalia Bonilla, ambientalista, Acción Ecológica, 27 de janeiro de 2021.
- 477 Antonio José Paz Cardona, [“Ecuador: el medio ambiente y la llegada al poder del presidente Guillermo Lasso”](#), Mongabay, 2 de junho de 2021.
- 478 Antonio José Paz Cardona, [“Los desafíos ambientales de Ecuador en el 2020”](#), Mongabay, 16 de janeiro de 2020.
- 479 Antonio José Paz Cardona, [“Ecuador: el medio ambiente y la llegada al poder del presidente Guillermo Lasso”](#), Mongabay, 2 de junho de 2021.
- 480 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, da Environmental Protection Agency (EPA), Georgetown, Guiana, 15 de outubro de 2021; Camilla Costa, [“Destrucción del Amazonas: las principales amenazas para la mayor selva tropical del mundo en los 9 países que la comparten”](#), BBC News Mundo, 18 de fevereiro de 2020.
- 481 Camilla Costa, [“Destrucción del Amazonas: las principales amenazas para la mayor selva tropical del mundo en los 9 países que la comparten”](#), BBC News Mundo, 18 de fevereiro de 2020.
- 482 Douwe den Held, [“Corruption, Cocaine and Gold - The Trials Facing Suriname’s New President”](#), InSight Crime, 16 de julho de 2020.
- 483 Suriname Herald, [“Ministro Abiamfo: “Geen uitgifte concessie zonder toestemming lokale gemeenschap”](#), 19 de setembro de 2020.
- 484 Trommelen, J. (2013). [“Goudkoorts”](#). Uitgeverij Fosfor, Amsterdã.
- 485 Suriname Herald, [“Ministro Abiamfo: “Geen uitgifte concessie zonder toestemming lokale gemeenschap”](#), 19 de setembro de 2020.
- 486 Kieran Mulvaney, [“Will the COP26 global deforestation pledge save forests?”](#), National Geographic, 4 de novembro de 2021.
- 487 Ministério das Relações Exteriores do Brasil, [“Amazon Cooperation Treaty Organization – ACTO”](#), 10 de novembro de 2020. María Antonia Tigre, [“Regional Cooperation in Amazonia: a comparative environmental law analysis”](#), Leiden, Boston, 2017.
- 488 Ministério das Relações Exteriores do Brasil, [“Amazon Cooperation Treaty Organization – ACTO”](#), 10 de novembro de 2020.

- 489 Chancelaria de Colômbia, "[Organización del Tratado de Cooperación Amazónica \(OTCA\)](#)".
- 490 María Antonia Tigre, "Regional Cooperation in Amazonia: a comparative environmental law analysis", Leiden, Boston, 2017.
- 491 Ibid.
- 492 María Antonia Tigre, "Regional Cooperation in Amazonia: a comparative environmental law analysis", (Leiden, Boston, 2017).
- 493 Instituto Escolhas, "[INTERVIEW OF THE MONTH – LUCÍA RUIZ: 'There are answers for the Amazon that need to come from the Amazon itself'](#)", 11 de janeiro de 2021.
- 494 Antonio José Paz, "[Pacto de Leticia: esto fue lo que acordaron siete países para proteger la Amazonía](#)", Mongabay, 9 de setembro de 2019.
- 495 Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR), "[El Banco Interamericano de Desarrollo y el Pacto de Leticia](#)", 4 de novembro de 2021.
- 496 Genevieve Glatzky, "[For Latin America's environmental defenders, Escazú Agreement is a voice and a shield](#)", Mongabay, 7 de janeiro de 2021.
- 497 Coleção de Tratados das Nações Unidas, "[Regional Agreement on Access to Information, Public Participation and Justice in Environmental Matters in Latin America and the Caribbean](#)", 4 de agosto de 2021.
- 498 María Antonia Tigre, "Regional Cooperation in Amazonia: a comparative environmental law analysis", Leiden, Boston, 2017.
- 499 Carlos Solís, "[Plataforma Casa Verde, cimientos para la conservación en Bolivia](#)", Fundo de Estratégia de Conservação, 6 de setembro de 2017.
- 500 Ibid.
- 501 Ministério do Meio Ambiente e da Água, "[Tráfico ilegal de vida silvestre. Bases técnicas para su prevención, información, detección y control en el Estado Plurinacional de Bolivia](#)", 2013.
- 502 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de ONG que estuda crimes ambientais na Venezuela, 24 de junho de 2021.
- 503 SOSOrinoco, "[¿Quiénes Somos?](#)". Julho de 2021.
- 504 Ibid.
- 505 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de ONG que estuda crimes ambientais na Venezuela, 24 de junho de 2021.
- 506 Ministério do Meio Ambiente e da Água do Equador, "[Programa Socio Bosque](#)", 2008.
- 507 WCS Newsroom, "[WCS Ecuador Publishes Manual for SMART](#)", 18 de novembro de 2020.
- 508 Pablo Pacheco e Elena Mejía, "[Forest Use and Timber Markets in the Ecuadorian Amazon](#)", Center for International Forestry Research (CIFOR), 2014.
- 509 Ibid.
- 510 Ibid.
- 511 Lakhan, V. Chris Trenhaile, A. S. LaValle, P. D. "[Environmental Protection Efforts in a Developing Country: The Case of Guyana](#)", Electronic Green Journal, 2000.
- 512 Annetta Markussen-Brown, Meagen Simms, "[Environmental and social impact assessment](#)", Associação de Povos Ameríndios (Guiana), The North-South Institute (Canadá) e Forest Peoples Programme (Reino Unido), janeiro de 2011.
- 513 CI-GEF Project Agency, "[INDIGENOUS PEOPLE'S ENGAGEMENT/MAINSTREAMING PLAN](#)", 2017.
- 514 No Kwik, "[Help mee aan een kwikveilig Surinam](#)".
- 515 The Amazon Conservation Team – Suriname, "[Over ons](#)".
- 516 Fundação para o Manejo e Supervisão Florestal, "[About SSB](#)".
- 517 Aliança para a Mineração Responsável, "[Supporting Mercury Phase-out in the Guianas](#)", 2020.
- 518 Camilla Costa, "[Destrucción del Amazonas: las principales amenazas para la mayor selva tropical del mundo en los 9 países que la comparten](#)", BBC News Mundo, 18 de fevereiro de 2020.
- 519 John Machado, "[El dinero sucio de la minería ilegal se lava a través de empresas](#)", Primicias, 22 de janeiro de 2020.
- 520 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alex Villca, secretário de Comunicação da Coordenação Nacional de Defesa de Territórios Indígenas Originários Camponeses e Áreas Protegidas (CONTIOCAP), 16 de junho de 2021.
- 521 Bram Ebus, "[Amistades peligrosas: las guerrillas colombianas en la frontera venezolana](#)", Crisis Group, 28 de abril de 2021.
- 522 Venezuela Investigative Unit, "[Guyana's Mining Region is Open Door to Venezuelan Organized Crime](#)", InSight Crime, 9 de dezembro de 2019.
- 523 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de María Belén Arroyo, jornalista que acompanhou o crime ambiental no Equador, 23 de fevereiro de 2021.
- Ana Cristina Basantes, "[Colombian and Ecuadorian Indigenous communities live in fear as drug traffickers invade](#)", Mongabay, 8 de janeiro de 2021.
- 524 Robert Evan Ellis, "[Security Challenges in Guyana and the Government Response](#)", Journal of the Americas, Vol. 1, no. 3, (6 de dezembro de 2019), pp. 205-229. Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Samuel Sittlington, ex-assessor da Unidade de Crime Organizado Especial da Guiana, 25 de fevereiro de 2021.
- Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Milagros Aguirre Andrade, jornalista e autor de livro sobre o comércio de madeira no Equador, 9 de março de 2021.
- Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialistas em crimes ambientais no Equador, 20 de janeiro de 2021.

525 InSight Crime, "[ELN](#)", 27 de outubro de 2020.

Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialista em crimes ambientais no sul da Venezuela, maio de 2021.

526 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Nathalia Bonilla, ambientalista, Acción Ecológica, 27 de janeiro de 2021.

527 Marcelle Thomas, "[El Dorado Trading denies illegal Venezuela gold link](#)", Stabroek News, 31 de dezembro de 2020; Bram Ebus, "[Tracing Tainted Gold](#)", Infoamazonia, 14 de setembro de 2020; Kyra Gurney, "[US Treasury Department abandoned major money laundering case against Dubai gold company](#)", Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, 21 de setembro de 2020.

528 Camilla Costa, "[Destrucción del Amazonas: las principales amenazas para la mayor selva tropical del mundo en los 9 países que la comparten](#)", BBC News Mundo, 18 de fevereiro de 2020.

529 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de Alex Villca, secretário de Comunicação da Coordenação Nacional de Defesa de Territórios Indígenas Originários Camponeses e Áreas Protegidas (CONTIOCAP), 16 de junho de 2021.

530 Entrevista ao InSight Crime, por telefone, de especialista em tráfico de animais silvestres na Colômbia, 4 de junho de 2021.

531 Damian Carrington, "[Amazon rainforest now emitting more CO2 than it absorbs](#)", The Guardian, 14 de julho de 2021.

532 Nelly Luna Amancio, "[Los últimos árboles de la Amazonía | ESPECIAL](#)", Mongabay e Ojo Público, 30 de setembro de 2018.

The Economist, "[The wind-power boom set off a scramble for balsa wood in Ecuador](#)", 30 de janeiro de 2021.

Connectas and Runrun, "[BCV la exprimidora oficial del oro venezolano](#)", 2020.

533 Sergio Saffón, "[Suriname's Jaguar Trade: From Poaching to Paste](#)", InSight Crime, 24 de setembro de 2020.

Vanessa Romo, "[Poaching Pressure Mounts on Jaguars, the Americas' Iconic Big Cat](#)", Mongabay, 17 de setembro de 2020. Polen Cisneros, "[Operation Jaguar - South America](#)", IFAW, 21 de dezembro de 2020.

534 El Universo, "[Fiscalía General del Estado anuncia la creación de una Unidad de Delitos Ambientales con el apoyo de organismos estadounidenses](#)", 22 de abril de 2021.

535 Yvette Sierra Praeli, "[Bolivia: controversia por leyes que promueven expansión de tierras agrícolas](#)", Mongabay, 28 de janeiro de 2020.



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and **do** tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente focado nas áreas de segurança pública, climática e digital e suas consequências para a democracia. Seu objetivo é propor soluções e parcerias para desafios globais por meio de pesquisas, novas tecnologias, comunicação e influência em políticas públicas. O Instituto trabalha com governos, setor privado e sociedade civil para desenhar soluções baseadas em dados. Fomos premiados como a melhor ONG de Direitos Humanos no ano de 2018 e melhor think tank em política social pela Prospect Magazine em 2019.

Saiba mais sobre o programa de segurança climática do Instituto Igarapé em: igarape.org.br/temas/seguranca-climatica/.

Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org
instagram.com/igarape_org/

www.igarape.org.br



**InSight
Crime**

A InSight Crime é uma organização sem fins lucrativos dedicada ao estudo da principal ameaça à segurança nacional e cidadã na América Latina e no Caribe: o crime organizado. Por uma década, a InSight Crime atravessou fronteiras e instituições - unimos o jornalismo e recursos acadêmicos - para aprofundar o debate e informar sobre o crime organizado nas Américas. Relatórios locais, pesquisas cuidadosas e investigações impactantes são marcas da organização desde o início.

Para saber mais sobre a cobertura sobre crimes ambientais, acesse: es.insightcrime.org/indepth/delitos-ambientales/.

info@insightcrime.org
facebook.com/InSightCrime
twitter.com/insightcrime

www.insightcrime.org

Apoio



NICFI Norway's
International Climate
and Forest Initiative

Autores

María Fernanda Ramírez
Gerente de Projetos InSight Crime

Juan Diego Cárdenas
Pesquisador InSight Crime

Katie Jones
Pesquisadora InSight Crime

Javier Lizcano
Pesquisador InSight Crime

Scott Mistler-Ferguson
Assistente de Pesquisa InSight Crime

**Nienke Laan, Julian Lovregio e
Isaac Norris**
Assistentes de Pesquisa InSight Crime

Diagramação e desenho

**Ana Isabel Rico, Juan José Restrepo e
María Isabel Gaviria**
Design Gráfico InSight Crime

Elisa Roldán
Diretora Criativa InSight Crime

André Guttierrez
Design Gráfico Instituto Igarapé

Raphael Durão
Coordenador Criativo Instituto Igarapé

Processo editorial

Seth Robbins
Editor InSight Crime

**Gabrielle Gorder, Diego García,
María Luisa Valencia e Marina Vargas**
Tradução

Revisão

Melina Risso
Diretora de Pesquisa Instituto Igarapé

Laura Waisbich
Pesquisadora Instituto Igarapé

Carolina Andrade
Assessora do Programa de Segurança
Climática Instituto Igarapé



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



InSight
Crime